



CNDH

Conselho Nacional de
Direitos Humanos

RELATÓRIO DE ATIVIDADES:

BIÊNIO 2016-2018

BRASÍLIA
2018



CNDH

Conselho Nacional de
Direitos Humanos

RELATÓRIO DE ATIVIDADES:

BIÊNIO 2016-2018

BRASÍLIA
2018

© 2018 Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH).

Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. O CNDH disponibiliza, na íntegra, o conteúdo desta e de outras obras do Conselho através do link:

<http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh>

Tiragem: 1ª edição - 2018 - versão impressa

ISBN:

Editora Geral

Editora Executiva

Elaboração, distribuição e informações:

Conselho Nacional dos Direitos Humanos

SCS-B, Quadra 09, Lote C - Ed. Parque Cidade Corporate - Torre A, 9º Andar.

CEP: 70.308-200 - Brasília/DF.

Site: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh>

Facebook: <https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos/>

Twitter: www.twitter.com/conselhodh

E-mail: cndh@mdh.gov.br

Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Presidência

2018: Fabiana Galera Severo - Defensoria Pública da União

2017: Darci Frigo - Plataforma de Direitos Humanos DHESCA Brasil

Mesa Diretora

Darci Frigo - Plataforma de Direitos Humanos DHESCA Brasil

Deborah Duprat - Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/MPF

Fabiana Galera Severo - Defensoria Pública da União

Herbert Borges Paes de Barros - Secretaria Nacional de Cidadania/MDH

Leonardo Penafiel Pinho - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil UNISOL

Sandra Elias de Carvalho - Justiça Global

Conselheiras e Conselheiros do Biênio 2016-2018

Poder Público

Procuradoria-Geral da República/MPF

Titular: Raquel Elias Ferreira Dodge

1º Suplente: Deborah Duprat

2º Suplente: Domingos Sávio Dresch da Silveira

Defensoria Pública da União

Titular: Carlos Eduardo Barbosa Paz

1º Suplente: Fabiana Galera Severo

2º Suplente: Francisco de Assis Nascimento Nóbrega

Conselho Nacional de Justiça

Titular: Mauro Campbell Marques

1º Suplente: Márcio Schiefler Fontes

2º Suplente: Jaiza Maria Pinto Fraxe

Secretaria Nacional de Cidadania/MDH

Titular: Herbert Borges Paes de Barros

1º Suplente: Tassiana Cunha Carvalho

2º Suplente: vago

Ministério das Relações Exteriores

Titular: Alexandre Peña Ghisleni

1º Suplente: Fernando de Oliveira Sena

2º Suplente: Daniel Leão Sousa

Ministério da Justiça

Titular: Maria Fernanda Jorquera Briceño

1º Suplente: Andréa Maria de Oliveira Farias

2º Suplente: Maria Florentino da Cruz

Departamento de Polícia Federal

Titular: Thiago Hauptmann Borelli Thomaz

Suplente: Priscila Santos Campêlo Macorin

Câmara dos Deputados

Situação (Maioria): Deputada Mara Gabrilli

Oposição (Minoria): Deputado Paulão

Senado Federal

Situação (Maioria): vago

Oposição (Minoria): vago

Organizações da Sociedade Civil**Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil**

Titular: Everaldo Bezerra Patriota

Suplente: Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda

Conselho Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e da União

Titular: Nívia Mônica da Silva

Suplente: Alessandra Campos Morato

Titulares eleitos/as:

Carlos Magno Silva Fonseca - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT)

Darci Frigo - Plataforma de Direitos Humanos DHESCA Brasil

Gilberto Vieira dos Santos - Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

Iara Gomes de Moura - Coletivo Brasil de Comunicação Social INTERVOZES

Ismael José César - Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Leonardo Penafiel Pinho - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil UNISOL

Marco Antônio da Silva Souza - Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)

Paulo Roberto Martins Maldos - Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Sandra Elias de Carvalho - Justiça Global (JG)

Suplentes eleitos/as:

Camila Lissa Asano - Associação Direitos Humanos em Rede CONECTAS

Cristian Trindade Ribas - Coletivo Nacional de Juventude Negra ENEGRECER

Eneida Guimarães dos Santos - União Brasileira de Mulheres (UBM)

Ivanete Alves Oliveira - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

Julian Vicente Rodrigues - Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)

Leonildo José Monteiro Filho - Movimento Nacional de População de Rua (MNPR)

Maria Dirlene Trindade Marques - Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Tchenna Fernandes Maso - Associação Nacional dos Atingidos Por Barragens (ANAB)

Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescentes (ANCED)

Secretaria Executiva

Renata Pinho Studart Gomes - Coordenadora-Geral

Assessoria de Comunicação

Cecília Bizerra Sousa

Mariana Marins de Carvalho

Assessoria Administrativa

Claudia de Almeida Soares

Kátia Aparecida Lima de Oliveira

Kell Adorno Rodrigues Porto

Rosane Farias Silva

Assessoria Técnica

Ana Carolina Freitas de Andrade Saboia

Bárbara Roberto Estanislau

Diony Maria Oliveira Soares

Isabelle de Oliveira Ribeiro

Luiza de Andrade Penido

Natália Cassanelli

Raíssa Pereira Maciel Comini Christófaro

C755

Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Relatório de atividades: biênio 2016 - 2018 / Conselho nacional dos Direitos Humanos
- Brasília: Conselho Nacional dos Direitos Humanos; 2018.

88p.

ISBN;

Direitos Humanos. 2. Participação social. 3. Democracia.
4. Relatório de atividades. I. Conselho Nacional dos Direitos Humanos

CDU. 342.7

ÍNDICE

9. INTRODUÇÃO
- ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO
14. SECRETARIA EXECUTIVA
20. INSTITUCIONAL
24. DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA DEMOCRACIA
31. PACTO NACIONAL DOS CONSELHOS DE DIREITOS HUMANOS
34. PROCESSO APURATÓRIO
35. DIREITO AO TRABALHO, À EDUCAÇÃO E À SEGURIDADE SOCIAL
41. DIREITO À MIGRAÇÃO
45. POLÍTICAS DE DROGAS E SAÚDE MENTAL
49. DIREITO À CIDADE
52. DIREITO À COMUNICAÇÃO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO
56. DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA
60. INTERVENÇÃO FEDERAL
62. CASO MARIELLE FRANCO
63. DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA
67. DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS E CRIMINALIZAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS
71. MONITORAMENTO E AÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES INTERNACIONAIS EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS
77. DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE
84. DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
88. DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTI
90. DIREITOS DAS MULHERES
93. PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E ENFRENTAMENTO AO RACISMO
95. DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
101. DIREITOS DOS QUILOMBOLAS
106. POPULAÇÕES AFETADAS POR GRANDES EMPREENDIMENTOS
108. POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
112. VIOLÊNCIA NO CAMPO
119. CASO MASSACRE DE PAU D'ARCO
123. INCIDÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS
135. MISSÕES DO CNDH
142. RELATÓRIOS
144. RESOLUÇÕES
150. RECOMENDAÇÕES
153. NOTAS PÚBLICAS
160. EVENTOS PÚBLICOS DO CNDH
164. REUNIÕES E AUDIÊNCIAS DO CNDH COM AUTORIDADES
173. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS
198. IMPACTO NA IMPRENSA - CLIPPING DE NOTÍCIAS



INTRODUÇÃO

ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) é um órgão colegiado de composição paritária que tem por finalidade a promoção e a defesa dos direitos humanos no Brasil através de ações preventivas, protetivas, reparadoras e sancionadoras das condutas e situações de ameaça ou violação desses direitos, previstos na Constituição Federal e em tratados e atos internacionais ratificados pelo Brasil.

Instituído inicialmente pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, que criou o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), o colegiado foi transformado em Conselho Nacional dos Direitos Humanos pela Lei nº 12.986, de 2 de junho de 2014.

O CNDH desempenha sua missão institucional tendo como orientação os Princípios Relativos ao Status das Instituições Nacionais de Direitos Humanos (Princípio de Paris), definidas pela ONU em 1992, marcados pelo pluralismo e pela autonomia.

Ao CNDH compete, dentre outras atribuições, fiscalizar e monitorar as políticas públicas de direitos humanos e o programa nacional de direitos humanos, podendo sugerir e recomendar diretrizes para a sua efetivação, e articular-se e manter intercâmbio e cooperação com entidades públicas ou privadas, municipais, estaduais, do Distrito Federal, além de nacionais ou internacionais, em especial com os órgãos integrantes dos Sistemas Internacional e Regional de Direitos Humanos.

Também cabe ao CNDH opinar sobre atos normativos, administrativos e legislativos de interesse da política nacional de direitos humanos e elaborar propostas legislativas e atos normativos relacionados com matéria de sua competência, e acompanhar processos administrativos e judiciais

que estejam, relacionados, direta ou indiretamente, a graves violações de direitos humanos.

Compete, ainda, ao CNDH, expedir recomendações a entidades públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos e dar especial atenção às áreas de maior ocorrência de violações de direitos humanos, podendo nelas promover a instalação de representações do CNDH pelo tempo que for necessário.

A Lei que instituiu o CNDH também prevê que o Conselho pode instaurar procedimentos apuratórios de condutas e situações contrárias aos direitos humanos, e aplicar sanções em relação a essas condutas. Dentre as sanções, o CNDH pode aplicar advertências, censura pública, recomendação de afastamento de cargo, bem como recomendação de que não sejam concedidos verbas, auxílios ou subvenções a entidades violadoras de direitos humanos.

As reuniões ordinárias, de Plenário e de Comissões Permanentes do CNDH são realizadas mensalmente, em geral na segunda semana do mês. As reuniões são públicas, e a pauta é divulgada previamente, exceto quando seja estabelecido o caráter sigiloso da reunião, por deliberação do Plenário, especialmente para resguardar interesses e direitos de pessoas e coletividades ameaçadas.

O CNDH também pode se reunir extraordinariamente por iniciativa do presidente ou de 1/3 (um terço) dos conselheiros e conselheiras. O Plenário é a instância máxima do CNDH, composta por seus/suas integrantes no exercício da titularidade.

Comissões Permanentes, Subcomissões e Grupos de Trabalho

O CNDH atua com 10 comissões permanentes, coordenadas por conselheiros e conselheiras titulares e compostas por integrantes do Conselho que têm afinidade com a temática da comissão, além de representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos públicos e profissionais especializados. As comissões, que se reúnem periodicamente, são:

1. Comissão Permanente Direitos da População em Situação de Rua
2. Comissão Permanente Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade
3. Comissão Permanente Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão
4. Comissão Permanente Defensores e Defensoras de Direitos Humanos e Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais
5. Comissão Permanente Direito à Cidade
6. Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada
7. Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários
8. Comissão Permanente Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social
9. Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos
10. Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo

Atuam também no âmbito das comissões permanentes do CNDH, em caráter temporário, subcomissões e grupos de trabalho com atribuições e objetos mais específicos. Alguns exemplos são as subcomissões sobre Drogas e Saúde Mental e sobre os Programas de Proteção e os grupos de trabalho sobre o Sistema Socioeducativo do Ceará e de Pernambuco; sobre Direitos dos Povos e Comunidades Quilombolas do Brasil; sobre Direitos das Comunidades Indígenas da Região Sul; sobre a população atingida pela implementação da UHE Belo Monte e pela Mineradora Belo Sun e sobre as populações afetadas pelo rompimento das barragens da mineradora Samarco na Bacia do Rio Doce.

Composição

Com a Lei nº 12.986/2014, o CNDH tornou-se mais democrático e ampliou a participação social, com 11 representantes da sociedade civil e 11 do poder público. Duas organizações da sociedade civil têm assento permanente: o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos estados e da União (CNPGE). As demais são definidas em assembleia das próprias entidades.

O processo eleitoral se dá por meio da publicação de edital de convocação e realização de encontro nacional, onde são eleitas, para o mandato de dois anos, organizações da sociedade civil de abrangência nacional e relevante atuação na defesa dos direitos humanos. São eleitas nove titulares e nove suplentes e as representações buscam assegurar a representatividade de raça e etnia, de gênero e geracional.

Para o biênio 2016-2018, foram eleitas as seguintes organizações:

Titulares: 1) Conselho Indigenista Missionário (CIMI); 2) Plataforma de Direitos Humanos – DHESCA Brasil; 3) Central Única dos Trabalhadores (CUT); 4) Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social; 5) Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT); 6) Justiça Global; 7) Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil – UNISOL Brasil; 8) Conselho Federal de Psicologia (CFP); 9) Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR)

Suplentes: 1) União Brasileira de Mulheres (UBM); 2) Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); 3) Central de Trabalhadores do Brasil (CTB); 4) Movimento Nacional da População de Rua (MNPR); 5) Coletivo Nacional de Juventude Negra – Enegrecer; 6) Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB); 7) Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; 8) Associação Direitos Humanos em Rede – Conectas Direitos Humanos; 9) Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED).

Ainda conforme a Lei nº 12.986/2014, integram o CNDH representando o Poder Público os seguintes órgãos/autoridades: 1) Ministério dos Direitos Humanos; 2) Procurador-Geral da República; 3) Deputado/a Federal (Maioria); 4) Deputado/a Federal (Minoria); 5) Senador/a da República (Maioria); 6) Senador/a da República (Minoria); 7) Entidade de Magistrados - Conselho Nacional de Justiça; 8) Ministério das Relações Exteriores; 9) Ministério da Justiça; 10) Polícia Federal; 11) Defensoria Pública da União (DPU)

Dessa forma, atuaram nesse biênio 2016-2018 como conselheiras e conselheiros nacionais de direitos humanos, destacando em negrito as designações atuais:

Poder Público

Procuradoria-Geral da República/MPF

Titular: Rodrigo Janot Monteiro de Barros / **Raquel Elias Ferreira Dodge**

1º Suplente: **Deborah Duprat**

2ª Suplente: João Akira Omoto / **Domingos Sávio Dresch da Silveira**

Defensoria Pública da União

Titular: Carlos Eduardo Barbosa Paz

1º Suplente: Edson Rodrigues Marques / **Fabiana Galera Severo**

2º Suplente: **Francisco de Assis Nascimento Nóbrega**

Conselho Nacional de Justiça

Titular: Regina Helena Costa / **Mauro Campbell Marques**

1º Suplente: **Márcio Schiefler Fontes**

2º Suplente: **Jaiza Maria Pinto Fraxe**

Secretaria Nacional de Cidadania/MDH

Titular: Flávia Cristina Piovesan / **Herbert Borges Paes de Barros**

1º Suplente: Silvio José Albuquerque e Silva / Akemi Kamimura / **Tassiana Cunha Carvalho**

2º Suplente: Frederico de Moraes Andrade Coutinho

Ministério das Relações Exteriores

Titular: **Alexandre Peña Ghisleni**

1º Suplente: Pedro Marcos de Castro Saldanha / **Fernando de Oliveira Sena**

2º Suplente: Fabiana Muniz de Barros Moreira / **Daniel Leão Sousa**

Ministério da Justiça

Titular: Clarice Gomes de Oliveira / Priscilla Oliveira / Rafael Raeff Rocha / **Maria Fernanda Jorquera Briceño**

1º Suplente: Melina Bordone de Siqueira / Magda Maria R. Ferreira Valadares / Cíntia Rangel Assumpção / **Andréa Maria de Oliveira Farias**

2º Suplente: Lívia Maria de Andrade Pinheiro / Mara Fregapani Barreto / **Maria Florentino da Cruz**

Departamento de Polícia Federal

Titular: Adalton de Almeida Martins / Umberto Ramos Rodrigues / **Thiago Hauptmann Borelli Thomaz**

1º Suplente: Diana Calazans Mann / Lucicléia Souza e Silva Rollemberg / **Priscila Santos Campêlo Macorin**

2º Suplente: Luiz Carlos Ramos Porto

Câmara dos Deputados

Situação (Maioria): **Deputada Mara Gabrilli**

Oposição (Minoria): Deputado Orlando Silva / **Deputado Paulão**

Senado Federal

Situação (Maioria): vago

Oposição (Minoria): vago

Organizações da Sociedade Civil

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Titular: **Everaldo Bezerra Patriota**

Suplente: **Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda**

Conselho Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e da União

Titular: **Nívia Mônica da Silva**

Suplente: Sérgio Parreiras Abritta / **Alessandra Campos Morato**

Titulares eleitos/as:

Carlos Magno Silva Fonseca - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT)

Darci Frigo - Plataforma de Direitos Humanos DHESCA Brasil

Gilberto Vieira dos Santos - Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

Iara Gomes de Moura - Coletivo Brasil de Comunicação Social INTERVOZES

Ismael José César - Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Leonardo Penafiel Pinho - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil UNISOL

Marco Antônio da Silva Souza - Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)

Paulo Roberto Martins Maldos - Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Sandra Elias de Carvalho - Justiça Global (JG)

Suplentes eleitos/as:

Camila Lissa Asano - Associação Direitos Humanos em Rede CONECTAS

Cristian Trindade Ribas - Coletivo Nacional de Juventude Negra ENEGRECER

Eneida Guimarães dos Santos - União Brasileira de Mulheres (UBM)

Ivanete Alves Oliveira - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

Julian Vicente Rodrigues - Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)

Leonildo José Monteiro Filho - Movimento Nacional de População de Rua (MNPR)

Maria Dirlene Trindade Marques - Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Tchenna Fernandes Maso - Associação Nacional dos Atingidos Por Barragens (ANAB)

Vinicius Valentin Raduan Miguel / **vago** - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescentes (ANCED)

Presidência e Mesa Diretora

A Mesa Diretora do CNDH é composta, de forma paritária, por conselheiras/os poder público e sociedade civil, considerando um assento para a presidência, um para vice-presidência, dois para conselheiras/os da sociedade civil e dois para conselheiros/as do poder público, sendo observada a paridade de gênero.

A presidência e vice-presidência são exercidas por um/uma representante do poder público e um/uma representante da sociedade civil, que alternam as funções após um ano do mandato. Ambos são eleitos pelo Plenário para mandato de dois anos, também sendo observada a paridade de gênero no processo eleitoral.

No biênio 2016-2018, a presidência e a vice-presidência do CNDH foram exercidas por Fabiana Galera Severo, representante da Defensoria Pública da União no colegiado, e Darci Frigo, representante da Plataforma Dhesca Brasil no Conselho. Os demais componentes da Mesa Diretora no período foram:

Deborah Duprat - Ministério Público Federal

Flávia Piovesan / Akemi Kamimura / Herbert Barros - Ministério dos Direitos Humanos

Leonardo Pinho - Unisol Brasil

Sandra Carvalho - Justiça Global

SECRETARIA EXECUTIVA

A Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) é responsável pelos serviços de apoio técnico e administrativo do colegiado, por secretariar as reuniões do colegiado e providenciar o cumprimento de suas decisões. Tendo em vista o caráter autônomo do CNDH, a Secretaria Executiva, formalmente vinculada à estrutura da Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, tem atuado para fortalecer a autonomia administrativa relacionada aos recursos humanos, materiais e orçamentários do Conselho para seu pleno funcionamento.

A validação do nome para ocupar o cargo de secretária/o executiva/o é feita pelo Plenário do CNDH e a nomeação da/o servidor pelo Ministério dos Direitos Humanos, tendo em vista a estrutura da Secretaria Executiva do CNDH como parte administrativa do MDH, conforme Decreto nº 9.122/2017. Suas competências estão descritas na Lei nº 12.986/2014 e no Regimento Interno do CNDH, além da Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e seu trabalho deve ser orientado pela Mesa Diretora do Conselho.

As atividades da equipe da Secretaria Executiva se traduzem, principalmente, em organizar e viabilizar as reuniões do Plenário, das comissões e subcomissões permanentes, dos grupos de

trabalho e de missões a municípios e estados para acompanhar a ocorrência de situações e condutas contrárias aos direitos humanos, além de organizar a realização de audiências públicas e seminários e agendar audiências com autoridades, de acordo com a decisão do colegiado.

Ainda dentro das atribuições da Secretaria Executiva, cabe destacar o trabalho de execução das deliberações e encaminhamentos de todas as instâncias do Conselho, por meio da elaboração de ofícios, representações e documentos de solicitação de informações, bem como o apoio técnico à construção de notas, resoluções, recomendações e relatórios do CNDH, dando ampla divulgação às suas decisões.

Articulado ao trabalho da assessoria técnica e administrativa de garantir preservação da memória institucional, produzindo relatos, atas e mantendo a organização de pautas e documentos de reuniões, está o trabalho da assessoria de comunicação, que desempenha suas funções visando dar publicidade e transparência às atividades do CNDH, tanto à imprensa quanto à sociedade brasileira como um todo. Ademais de divulgar as reuniões e seus resultados, produz notícias para alimentar veículos próprios do Conselho, pautar e assessorar à imprensa para garantir a visibilidade dos temas abordados pelo CNDH.

Vale destacar um largo trabalho de bastidores desenvolvido pela Secretaria Executiva que inclui desde a reserva de salas, impressão de documentos, instalação de equipamentos, execução do processo de emissão de passagens e diárias, elaboração e envio de convites, ligações de confirmação de presença de todas e todos, até a execução de tarefas administrativas da estrutura pública do Ministério a que a Secretaria Executiva está vinculada.

Diantes de tantos desafios, a gestão 2016/2018 da Secretaria Executiva, sintonizada com as diretrizes do Plenário do CNDH, avançou na consolidação da autonomia e independência do Conselho como Instituição Nacional dos Direitos Humanos, conforme os Princípios Relativos ao Status das Instituições Nacionais de Direitos Humanos (Princípio de Paris), definidas pela ONU em 1992.

Equipe

No sentido de fortalecer sua autonomia administrativa, o CNDH reafirmou a necessidade de ampliação de sua Secretaria Executiva com uma equipe própria para dar conta da execução das deliberações do maior órgão de participação social em matéria de direitos humanos do Brasil. Para tanto, partiu-se **da importância de ter funcionárias e funcionários das carreiras de Estado lotadas no CNDH** formando uma **equipe multidisciplinar** para dar apoio técnico e administrativo ao Conselho. Essa equipe não poderia existir sem representar a pluralidade a que esse Conselho se propõe e, dessa forma, ela também foi composta a partir dos critérios de **representatividade de gênero e raça e ação afirmativa**.

Com todas as comissões e subcomissões permanentes do CNDH em pleno funcionamento, além do Plenário e Mesa Diretora, e com uma rotina institucional já estabelecida, chegou-se ao entendimento de que a Secretaria Executiva do CNDH deve ser composta por uma equipe **mínima de 15 pessoas**, destacando a importância de uma assessoria administrativa com funcionárias/es terceirizadas/es, de uma assessoria técnica e uma assessoria de comunicação com servidoras/es de Estado.

Nesse sentido, a gestão 2016/2018 da Secretaria Executiva, mesmo com a redução de cargos comissionados disponíveis para a área, conseguiu ampliar a equipe, por meio da requisição e movimentação interna de servidoras com vínculo com a administração pública. Assim, a equipe atual da Secretaria Executiva foi ampliada de 7 para 14 pessoas, contando com o trabalho de 14 servidoras, sendo uma nomeada no cargo comissionado de coordenadora-geral (DAS 101.4) do Ministério dos Direitos Humanos, oito servidoras de carreira com vínculo com o Estado, quatro funcionárias terceirizadas e uma estagiária, com a seguinte composição:

Secretaria Executiva: Renata Pinho Studart Gomes - Coordenadora-Geral

Assessoria de Comunicação: Cecília Bizerra Sousa e Mariana Martins de Carvalho

Assessoria Administrativa: Claudia de Almeida Soares, Kátia Aparecida Lima de Oliveira, Kell Adorno Rodrigues Porto e Rosane Farias Silva

Assessoria Técnica: Ana Carolina Freitas de Andrade Saboia, Bárbara Roberto Estanislau, Diony Maria Oliveira Soares, Isabelle de Oliveira Ribeiro, Luiza de Andrade Penido, Natália Cassanelli e Raíssa Pereira Maciel Comini Christófar.

Planejamento, Memória Institucional e Documentação

Dentro do trabalho desenvolvido pela Secretaria Executiva do CNDH, a sistematização do planejamento institucional, a preservação da memória institucional e a organização dos documentos são considerados de caráter estruturante para fortalecimento do Conselho.

O Regimento Interno do CNDH define que a Secretaria Executiva deve manter e organizar a documentação e informações referentes aos trabalhos do CNDH, bem como informar ao Conselho o monitoramento das recomendações aprovadas pelo colegiado. Essas funções são centrais para subsidiar a atuação do CNDH na fiscalização da política nacional de direitos humanos e na análise do cumprimento das recomendações a entidades públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos.

Assim, a Secretaria Executiva tem priorizado a organização dos documentos, alguns inclusive de caráter sigiloso, e se empenhado na elaboração, expedição e tramitação de mais de dois mil ofícios do CNDH por ano, somados à tramitação de documentos e processos externos recebidos pelo Conselho. A assessoria tem realizado também a **catalogação das respostas às recomendações e às solicitações de informações do Conselho**, a sistematização do conteúdo das respostas aos relatórios do CNDH para análise da efetividade das providências adotadas pelos órgãos e mantido um fluxo permanente de envio às/aos conselheiras/os, integrantes de comissões e grupos de trabalho para definição de estratégia de atuação do colegiado.

Para gerir seus documentos oficiais, o CNDH utiliza o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), vinculado à administração do Ministério dos Direitos Humanos, com uma caixa de entrada do CNDH onde a Secretaria Executiva administra e a sua presidência tem acesso para assinatura dos documentos. Uma iniciativa relevante para a autonomia do Conselho foi a criação e a utilização da **logomarca do CNDH**, no lugar do brasão do Governo Federal, em todos seus documentos oficiais. Além disso, já é consolidado o entendimento institucional de que a Secretaria Executiva,

por não se tratar de uma área finalística do MDH, recebe somente as solicitações e documentos afetos ao Conselho e assuntos de gestão administrativa interna.

A Secretaria Executiva desenvolve, ainda, um importante trabalho de garantir a memória das reuniões e eventos do Conselho, resguardando a gravação das reuniões Plenárias e elaborando atas e sumários executivas para dar encaminhamento às deliberações. Essa tarefa de **preservação da memória institucional, tanto por meio dos documentos quanto da participação em todas as atividades do Conselho**, para além do importância institucional na história desse órgão, auxilia a decisão das/os conselheiras/os da Mesa Diretora e das comissões na coordenação das atividades e na atuação política do Conselho. Nesse sentido, em 2017, foi apresentado pela Secretaria Executiva à Mesa Diretora um cenário de todos os temas de atuação do colegiado que resultou no **construção pelo Plenário do planejamento estratégico** para 2018.

Orçamento

A Lei nº 12.986/14, de criação do CNDH, estabelece que as despesas decorrentes do funcionamento do CNDH correrão à conta de dotação própria do orçamento da União. Entretanto, considerando o processo de transformação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) para CNDH e os trâmites burocráticos da administração pública necessários para construção, a médio/longo prazo, de uma unidade de gestão própria da União, o Regimento Interno previu que o Ministério de Direitos Humanos proverá os recursos necessários à consecução das finalidades do CNDH.

Ante o exposto, a Secretaria Executiva do CNDH junto com a Secretaria Nacional de Cidadania/MDH definiram como objetivo prioritário de seu planejamento estratégico o avanço na criação de uma dotação orçamentária própria do CNDH. Em 2017, foi criado um **plano orçamentário** dentro da ação orçamentária da Secretaria Nacional de Cidadania/MDH e disponibilizado um recurso de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Em 2018, foi dado um passo significativo e proposta a criação de uma ação orçamentária própria do CNDH, que foi aprovada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG) e, assim, apresentada no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019 (PLOA 2019) para aprovação do Congresso Nacional. A **ação orçamentária própria (2190 – Funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos) tem previsão de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais)** e, ainda que dentro da unidade de gestão do MDH, tem arcabouço legal e simboliza um avanço fundamental na autonomia administrativa.

No intuito de ampliar o orçamento do CNDH, a Secretaria Executiva passou a apresentar diretamente aos/as parlamentares projetos para concessão de emendas direcionadas ao CNDH, enfatizando que, com a justificativa da emenda parlamentar expressamente indicada à ação orçamentária do Conselho, a utilização desse recurso deverá definida por esse colegiado. Assim, em 2016, para exercício em 2017, foi concedido uma emenda de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) pela Deputada Federal Maria do Rosário. **Em 2018, para exercício em 2019, foram concedidas duas emendas parlamentares, uma de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) pelo Deputado Paulão e uma de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) pela Senadora Vanessa Grazziotin.**

Tendo em vista que as/os conselheiras/os nacionais de direitos humanos, bem como integrantes de comissões e especialistas convidadas/os, que exercem sua função como serviço de relevante interesse público, sem remuneração, e que grande parte não reside em Brasília, o orçamento

é utilizado, principalmente, para a emissão de passagens e diárias destinadas a viabilizar a atuação do Conselho e de suas instâncias, com prioridade para a participação da sociedade civil.

Cabe destacar, por fim, que o cargo da secretária-executiva do CNDH, denominado coordenadora-geral (DAS 101.4), tem caráter de ordenadora de despesa na administração pública, e que o orçamento do CNDH deve ser executado de acordo com as deliberações do Plenário e da Mesa Diretora, responsável por coordenar as atividades do Conselho.

Espaço

Com o crescimento da equipe, a Secretaria Executiva do CNDH precisou mudar para uma sala maior e está no seu planejamento a adequação para um novo ambiente, que inclua sala de reuniões e que comporte adequadamente toda a nova equipe e as novas demandas de estrutura do colegiado. Também deve ser priorizado, a médio prazo, o levantamento e a articulação, junto aos órgãos públicos competentes, para cessão de um espaço próprio do CNDH que cumpra com os requisitos constantes nos Princípios de Paris de uma Instituição Nacional de Direitos Humanos. Cabe destacar que, hoje, além da sala da Secretaria Executiva, o CNDH utiliza as salas de reuniões do Ministério dos Direitos Humanos para as reuniões mensais e audiências e, ainda, o amplo espaço do arquivo central do Ministério.

Transparência e Divulgação

A transparência e divulgação das atividades do CNDH, bem como a preservação da memória institucional do Conselho, foram prioridades dessa gestão 2016-2018, estruturando e fortalecendo uma assessoria de comunicação, que além de divulgar as reuniões e seus resultados, produziu notícias para alimentar os veículos próprios do CNDH e promoveu maior visibilidade dos temas abordados pelo CNDH perante a imprensa e à sociedade brasileira.

A assessoria construiu a base da estratégia de divulgação do Conselho e criou produtos de comunicação, como boletins informativos, cards, releases, avisos de pauta, notas e notícias, que dialoguem com o público interno e externo, bem como organizou a realização de coletivas de imprensa deliberadas pelo colegiado. A assessoria também criou e fomentou páginas nas redes sociais do CNDH, como facebook e twitter, que possuem selo azul de verificação de autenticidade, que informa às pessoas que são contas de interesse público autênticas.

Avançou-se, ainda, na construção de um site próprio do Conselho, que garanta o amplo acesso à informação sobre a atuação desse colegiado e que comunique à imprensa e à sociedade, de maneira clara, acerca da sua autonomia política e administrativa em relação ao Governo Federal. Assim, no ano de 2017, após deliberação Plenária do CNDH e com o apoio administrativo do gabinete da Secretaria Nacional de Cidadania, da Assessoria de Comunicação e do Departamento de Tecnologia da Informação, do Ministério dos Direitos Humanos, a Secretaria Executiva iniciou o processo de criação do site do CNDH e está em andamento a compra do domínio e garantia de servidor para manutenção do site, que será construído por meio de parcerias.

Revela-se, portanto, a importância da Secretaria Executiva do CNDH para o cumprimento dos princípios constitucionais que orientam a administração pública de legalidade, impessoalidade,

moralidade, publicidade e eficiência. Fundamentada na Lei nº 12.986/14, a Secretaria Executiva do CNDH deve cada vez mais ser fortalecida como parte vinculada ao CNDH, refletindo sua composição plural e com apoio entre os órgãos do poder público que o integram, inclusive em relação aos fluxos institucionais cujas autorizações e deliberações devem ocorrer da Presidência, da Mesa Diretora e do Plenário do Conselho.

INSTITUCIONAL

FEVEREIRO/2017

Conselho Nacional dos Direitos Humanos elege nova Mesa Diretora e Darci Frigo assume a presidência

Darci Frigo, representante da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma Dhesca Brasil) é o novo presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Frigo é advogado e coordenador da organização de direitos humanos Terra de Direitos. Ele foi eleito na 24ª Reunião Ordinária do Conselho, em Brasília, realizada nos dias 01 e 02 de fevereiro de 2017.

No encontro, também foi eleita a vice-presidente do CNDH, Fabiana Severo. Fabiana é defensora pública federal do 3º Ofício de Migrações e Refúgio da Defensoria Pública da União (DPU), em São Paulo. Exerce a função de Defensora Regional de Direitos Humanos e representa a Defensoria Pública da União no Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), com pesquisa sobre o trabalho escravo contemporâneo, representa ainda a DPU na Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo, de São Paulo.

Link: <http://www.mdh.gov.br/sdh/noticias/2017/fevereiro/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-elege-novo-presidente>

SETEMBRO 2017

Procuradora-Geral da República participa de reunião do CNDH

A procuradora-geral da República do Brasil, Raquel Dodge, participou da 30ª Reunião Ordinária do CNDH que aconteceu em Brasília nos dias 27 e 28 de setembro de 2017. Com assento titular no Conselho, a procuradora mencionou a defesa dos Direitos Humanos como foco do seu trabalho e se colocou à disposição do colegiado para a implementação de recomendações pela promoção e defesa dos direitos humanos.

Raquel Dodge reafirmou o empenho da instituição na prevenção e no combate aos abusos contra os direitos humanos no Brasil, ressaltando a reestruturação do seu gabinete com a criação de uma Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva. “Não é possível falarmos de atribuições da Procuradoria-Geral da

República sem situarmos nela uma secretaria que trata da matéria”, disse Dodge.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/procuradora-geral-da-republica-participa-de-reuniao-do-cndh>

JANEIRO/2018

Fabiana Severo é a nova presidenta do Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Durante o ano de 2018, Fabiana Galera Severo, representante da Defensoria Pública da União (DPU) no Conselho Nacional dos Direitos Humanos e vice-presidenta do colegiado em 2017, passa a presidir o Conselho. Isso porque a presidência e vice-presidência do CNDH são exercidas por um/uma representante do poder público e um/uma representante da sociedade civil, que alternam as funções após um ano do mandato.

Darci Frigo, representante da Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil no CNDH, que presidiu o colegiado em 2017, ocupará a vice-presidência em 2018. Ambos foram eleitos pelo Plenário na 24ª Reunião Ordinária do CNDH, realizada nos dias 2 e 3 de fevereiro de 2017, para mandato de dois anos.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/fabiana-severo-e-a-nova-presidenta-do-conselho-nacional-dos-direitos-humanos>

Mulheres, raça e população LGBTI são temas de nova comissão permanente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos

A criação de uma comissão permanente para tratar dos temas relacionados a gênero, raça e população LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos) foi mais um dos resultados da 34ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, realizada entre os dias 29 de janeiro e 1º de fevereiro de 2018. O Plenário aprovou, por unanimidade, no dia 1º de fevereiro, a criação da nova instância, que se chamará Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/genero-raca-e-populacao-lgbti-sao-temas-da-nova-comissao-permanente-do-conselho-nacional-dos-direitos-humanos>

MARÇO/ 2018

Reunião Ordinária descentralizada: Conselho Nacional dos Direitos Humanos promove atividades no Fórum Social Mundial 2018, em Salvador (BA)

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos esteve presente na edição de 2018 do Fórum Social Mundial (FSM), que acontece de 13 a 17 de março de 2018 em Salvador (BA). Com o tema “Resistir é criar, Resistir é transformar”, o FSM 2018 espera receber cerca de 60 mil pessoas de 120 países.

O CNDH participou compondo a Tenda Direitos Humanos em conjunto com o Conselho Nacional de Saúde (CNS), o Conselho Federal de Psicologia (CFP), o Fórum de Educação Popular (Frepop), a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (PFDC), a Plataforma de Direitos Humanos (Dhesca Brasil) e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT).

Além da Tenda Direitos Humanos e da participação em atividades de convergência e autogestionadas em parceria com outras organizações, o CNDH também realizou atividades próprias, como o lançamento do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos, que acontece no dia 14 de março, na Tenda Direitos Humanos, em parceria com os conselhos estaduais e distrital de direitos humanos. No dia 15 de março, o CNDH realiza o debate “Austeridade Fiscal e o Desmonte do Estado Nacional: Repercussões no campo dos Direitos Humanos”, em parceria com a Campanha pela Revogação da Emenda Constitucional 95 e a Plataforma Dhesca. Na ocasião, foi também realizada a 35ª Reunião Ordinária do Conselho.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-promove-atividades-no-forum-social-mundial-2018-em-salvador-ba>

JUNHO/2018

Reunião descentralizada: Conselho Nacional dos Direitos Humanos realiza 38ª Reunião Ordinária no Pará

Depois de receber denúncias e de ter realizado pelo menos quatro missões ao estado do Pará, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) realizou, entre os dias 11 e 13 de junho de 2018, a sua 38ª Reunião Ordinária na capital paraense. A programação contemplou audiências com autoridades locais, dentre elas o governador do

estado, Simão Jatene, reuniões com entidades e uma audiência pública que reuniu, no dia 12 de junho, cerca de 200 representantes de organizações da sociedade civil e movimentos sociais que, diante do Conselho e de autoridades locais, denunciaram graves violações de direitos humanos, no campo e na cidade.

As violações mais recorrentes dizem respeito a conflitos no campo, com frequentes relatos de violência e alto número de assassinatos. Também foram apresentadas denúncias relativas à criminalização de lideranças de movimentos sociais e à perseguição e ameaça a defensores de direitos humanos, inclusive indígenas e povos do campo e da floresta em geral. Questões socioambientais, de contaminação e outros impactos provocados por grandes empreendimentos em comunidades tradicionais, como o caso dos atingidos pela usina Belo Monte e pela mineradora Belo Sun; da comunidade quilombola de Abacatal, em Marituba, atingida por um lixão e por dejetos de conjuntos habitacionais, e o recente caso de poluição dos rios de Barcarena causada pela empresa Hydro Alunorte, também apareceram muito entre as denúncias.

A violência urbana também foi muito citada, com destaque para as chacinas nas periferias da região metropolitana de Belém. A violência de gênero, como as altas taxas de feminicídio de mulheres negras, sendo o Pará o terceiro estado com maior número de assassinato de mulheres, ficando atrás apenas de Roraima e Goiás, e a discriminação, violência e mortes sofridas por religiosos de matriz africana também estiveram entre as denúncias listadas.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/junho/reuniao-do-conselho-nacional-dos-direitos-humanos-no-para-levanta-denuncias-de-violacoes-e-direcional-encaminhamentos-para-solucoes-junto-aos-orgaos-responsaveis>

DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA DEMOCRACIA

MARÇO/2017

Conselho Nacional dos Direitos Humanos se reúne com presidente do STF, ministra Cármen Lúcia e reafirmam compromisso com a agenda de Direitos Humanos no Brasil

No dia 22 de março de 2017, representantes do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) se reuniram com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, na sede do STF.

Cármen Lúcia reafirmou sua atuação como defensora dos direitos humanos. “Eu fui de comissão e conselho de direitos humanos desde muito tempo, início da década de 90, logo depois da constituição, em Belo Horizonte”, afirma, destacando que também foi integrante da Pastoral Carcerária.

Durante a audiência, que durou mais de duas horas, o presidente do CNDH, Darci Frigo, a ex-presidente Ivana Farina, e demais integrantes da Mesa Diretora do colegiado, pautaram temas relacionados às áreas onde há maior incidência de violações de direitos humanos no Brasil, como o sistema prisional e o sistema socioeducativo, e apresentaram relatórios e recomendações oficiais do colegiado relativos a estes e outros temas, como a criminalização de lideranças e movimentos sociais, conflitos agrários envolvendo povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais, a lista suja do trabalho escravo e a reforma da previdência.

Link: <http://www.mdh.gov.br/sdh/noticias/2017/marco/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-e-presidente-do-stf-reafirmam-compromisso-com-agenda-de-direitos-humanos-no-brasil>

ABRIL/2017

Plenário do CNDH decide acompanhar marcha de encerramento do Acampamento Terra Livre

Diante da ação desproporcional da polícia do Distrito Federal em repressão à manifestação pacífica dos indígenas realizada no dia 25 de abril de 2017, o Plenário do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), reunido em Brasília em sua 26ª

Reunião Ordinária, deliberou por acompanhar, no dia 27, a marcha de encerramento do Acampamento Terra Livre, organizada pelos indígenas na Esplanada dos Ministérios.

A ação do CNDH se deu no sentido de evitar a ocorrência de novos abusos e violações de direitos humanos durante os protestos, sobretudo os direitos à livre expressão e livre manifestação e associação.

O CNDH atuou em conformidade com as Diretrizes para a Observação de Manifestações e Protestos Sociais, formuladas em 2016, durante Oficina Regional para a América do Sul do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos. A oficina ocorreu em Montevidéu e contou com a participação de instituições de direitos humanos de toda a América do Sul, inclusive do CNDH.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/plenario-do-conselho-nacional-dos-direitos-humanos-decide-acompanhar-marcha-dos-indigenas-na-tarde-desta-quinta-27-em-brasilia>

NOVEMBRO/2017

Encontro Nacional de Direitos Humanos reúne sociedade civil e poder público para construção de agenda comum para 2018

Em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, o CNDH realizou, nos dias 8 e 9 de novembro de 2017, em Brasília, o Encontro Nacional de Direitos Humanos.

O Encontro reuniu militantes, movimentos sociais, entidades e conselhos estaduais e distrital de direitos humanos, além de parlamentares e agentes públicos comprometidos com a defesa dos direitos humanos no Brasil.

As discussões realizadas em Plenário e nos Grupos de Trabalho do evento trouxeram um quadro nacional marcado por violações de direitos e, diante do quadro, foram propostas recomendações e encaminhamentos a diversas instituições, apresentadas no relatório final.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/encontro-nacional-de-direitos-humanos-reune-sociedade-civil-e-poder-publico-para-construcao-de-agenda-comum-para-2018>

ABRIL/2018

Conselho Nacional dos Direitos Humanos manifesta repúdio às reiteradas ameaças ao Estado Democrático de Direito

Em nota publicada no dia 6 de abril de 2018, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos manifesta repúdio às reiteradas ameaças ao Estado Democrático de Direito e extrema preocupação com o atual contexto de judicialização da política no Brasil.

Para o CNDH, “a aplicação seletiva do direito penal, inclusive quanto à velocidade do processo, em detrimento das garantias do devido processo legal e da ampla defesa, bem como do respeito ao princípio constitucional da presunção de inocência, fortalece expressões que não prezam pelo Estado Democrático de Direito e pela defesa dos direitos humanos, e gera um ambiente de permissão à utilização de instrumentos de criminalização da livre atuação política e manifestação democrática”.

Na nota, o CNDH também reafirma o seu compromisso com a defesa dos princípios democráticos e do direito à liberdade de atuação política e de manifestação, como pressupostos dos direitos humanos, garantidos pela Constituição Cidadã de 1988 e pelos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos ratificados pelo Estado brasileiro.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-manifesta-repudio-as-reiteradas-ameacas-ao-estado-democratico-de-direito/view>

Em entrevista coletiva, CNDH manifesta preocupação com militarização da política e teme acirramento da violência durante processo eleitoral

Em entrevista coletiva concedida no dia 12 de abril de 2018, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos manifestou preocupação com o clima de intolerância política vivido no país nos últimos meses. Para o CNDH, o Brasil vive um cenário de instabilidade democrática e de real ameaça ao Estado Democrático de Direito.

De acordo com o Conselho, a intervenção federal no Rio de Janeiro, o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), o ataque à caravana do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Sul e as declarações do General Villas Boas no Twitter são exemplos de fatos recentes que sinalizam um aprofundamento Estado de exceção, e compõem este cenário de instabilidade que coloca o Estado Democrático de Direito em jogo.

No dia 6 de abril, o CNDH já havia manifestado publicamente seu repúdio às reiteradas ameaças ao Estado Democrático de Direito, além de “extrema preocupação com o atual contexto de judicialização da política no Brasil”. Para o CNDH, “a aplicação seletiva do direito penal, inclusive quanto à velocidade do processo, em detrimento das garantias do devido processo legal e da ampla defesa, bem como do respeito ao princípio constitucional da presunção de inocência, fortalece expressões que não prezam pelo Estado Democrático de Direito e pela defesa dos direitos humanos, e gera um ambiente de permissão à utilização de instrumentos de criminalização da livre atuação política e manifestação democrática”.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/em-entrevista-coletiva-cndh-manifesta-preocupacao-com-militarizacao-da-politica-e-teme-acirramento-da-violencia-durante-processo-eleitoral>

JUNHO/2018

Em reunião com CNDH, Maia se compromete a não pautar projeto de lei que altera Lei de Terrorismo

No dia 6 de junho de 2018, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos se reuniu com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, para tratar do Projeto de Lei nº 9.604/2018, de autoria do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS), que altera a Lei nº 13.260/16 (Lei de Terrorismo), e de outros projetos de lei que retrocedem no direito à manifestação.

O CNDH demandou do presidente a não aprovação do regime de urgência dos projetos de lei, para que seja garantido o debate público e democrático quanto ao conteúdo das propostas. Também solicitou o arquivamento dos projetos, já que “violam o direito à liberdade de expressão, à livre manifestação e associação, fundamentos basilares da democracia”, destaca a presidenta do colegiado, Fabiana Severo, que representou o colegiado na audiência.

Maia se comprometeu categoricamente a não pautar esses projetos enquanto estiver na presidência da Câmara. Também participaram da audiência representantes das organizações Rede Justiça Criminal, Comissão Pastoral da Terra, Artigo 19, Terra de Direitos e da Jusdh – Articulação Justiça e Direitos Humanos. Em maio, mais de 150 organizações assinaram um manifesto alertando para o conteúdo autoritário das propostas e solicitando

que os parlamentares não autorizem a tramitação do regime de urgência do PL 9.604/18.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/junho/em-reuniao-com-cndh-maia-se-compromete-a-nao-pautar-projeto-de-lei-que-altera-lei-de-terrorismo>

AGOSTO/2018

Em nota, CNDH defende legitimidade do Comitê de Direitos Humanos da ONU

Enquanto órgão de monitoramento do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, e responsável por conferir interpretação autêntica do tratado internacional pelo Estado brasileiro, o Conselho Nacional de Direitos Humanos lançou, no dia 28 de agosto de 2018, nota pública em defesa da legitimidade do Comitê de Direitos Humanos da ONU.

Na nota, o CNDH defende que as medidas interinas adotadas pelo Comitê sejam ser cumpridas pelo Estado brasileiro, “independentemente de seu caráter vinculante, como expressão de sua boa-fé no cumprimento de obrigações internacionalmente assumidas quanto à implementação de direitos humanos no país”.

Link: <https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos/photos/em-nota-cndh-defende-legitimidade-do-comite%C3%AA-de-direitos-humanos-da-onuquando-%C3%B3/677443679285719/>

SETEMBRO/2018

Representantes da Mesa Diretora do CNDH se reúnem com procuradora-geral da República, Raquel Dodge

No dia 10 de setembro de 2018, representantes da Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos se reuniram com a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, também conselheira titular do colegiado. Dentre os assuntos abordados na audiência estavam a intervenção federal no Rio de Janeiro e as investigações do assassinato da vereadora Marielle Franco; a situação dos migrantes venezuelanos no Brasil e o controle externo da atividade policial por parte do ministério públicos estaduais, federal e militar. Na reunião, também foi abordada a preocupação com a Lei nº 13.491/2017, que transfere para a Justiça Militar o julgamento de agentes das Forças Armadas que praticarem crimes contra civis.

Os participantes da reunião manifestaram preocupação com o fato de as polícias nos estados estarem se utilizando da referida lei também em suas corporações. O CNDH se comprometeu em fazer audiências com Ministros do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, que hoje é objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5901.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/setembro/em-audiencia-com-raquel-dodge-cndh-discute-controle-externo-da-atividade-policial-por-parte-dos-ministerios-publicos>

SETEMBRO/2018

CNDH cobra compromisso de presidenciáveis com agenda de direitos humanos

O Conselho Nacional de Direitos Humanos aprovou no dia 13 de setembro de 2018, durante a sua 40ª Reunião Ordinária, uma Agenda de Direitos Humanos para Presidenciáveis. A intenção do Conselho era que os candidatos e candidatas ao pleito se posicionem sobre uma agenda de direitos humanos.

Dentre os pontos trazidos pelo colegiado para posicionamento público dos postulantes estão o compromisso explícito com a revogação da Emenda Constitucional 95, chamada política econômica de austeridade, e com o cumprimento das leis nacionais e tratados internacionais que promovem e garantem direitos humanos.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/setembro/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-cobra-compromisso-de-presidenciaveis-com-agenda-de-direitos-humanos>

OUTUBRO/2018

CNDH pede providências à Raquel Dodge sobre jogo que incita violência contra minorias

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos expediu ofício, no dia 10 de outubro de 2018, à Procuradora-Geral Eleitoral (PGE), Raquel Dodge, com sugestão de representação à Justiça Eleitoral para abertura de investigação judicial sobre jogo que incita ódio e violência contra grupos minoritários.

O jogo, disponibilizado em uma plataforma na internet, utilizava a imagem de um dos candidatos à Presidência da República agredindo representantes de movimentos sociais, grupos

específicos e minorias historicamente discriminadas e violentadas no Brasil.

No documento, o CNDH recomenda que seja investigada a utilização indevida de meios de comunicação social em benefício de candidato, “com o agravante de incitação à violência e ao homicídio de pessoas integrantes de grupos representativos de pautas de direitos humanos”.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/outubro/cndh-pede-providencias-a-raquel-dodge-sobre-jogo-que-incita-violencia-contraminorias>

CNDH critica omissão de autoridades em relação ao acirramento da violência e à disseminação de “fake news” no contexto das eleições 2018

Por meio de uma nota pública aprovada na Reunião Plenária realizada no dia 18 outubro de 2018 e de uma entrevista coletiva realizada no dia 19, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos manifestou publicamente repúdio e preocupação com a violência crescente e com a disseminação de “fake news” no contexto das eleições presidenciais de 2018.

O colegiado também criticou a omissão das instituições públicas com responsabilidade no tema, como Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Procuradoria Geral da República (PGR), cobrou providências urgentes, e conclamou a sociedade a combater o discurso de ódio.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/outubro/cndh-critica-omissao-de-autoridades-em-relacao-ao-acirramento-da-violencia-e-a-disseminacao-de-201cfake-news201d-no-contexto-das-eleicoes-2018>

NOVEMBRO/2018

Em visita ao Brasil, Comissão Interamericana de Direitos Humanos realiza reunião com CNDH

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), veio ao Brasil entre os dias 5 e 12 de novembro de 2018 para verificar a ocorrência de violações de direitos humanos em diversas áreas do país.

A Comissão se reuniu com Conselho Nacional dos Direitos Humanos no dia 5 de novembro, quando foram apresentadas, por parte do CNDH, preocupações relacionadas a aspectos específicos dentro da temática, como a restrição ao direito de manifestação

e o aprofundamento da violência no campo e na cidade, mas também sobre questões estruturais, como a continuidade da política e das instituições de promoção e defesa dos direitos humanos.

O Conselho foi recebido pelos comissários Francisco José Eguigueren Praeli e Antonia Urrejola Nogueira, relatora para o Brasil, e pela relatora especial para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Soledad Garcia Muñoz. A CIDH realizou também missões aos estados da Bahia, Maranhão, Pará, Roraima, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, e Rio de Janeiro. Todos os estados visitados pela CIDH já haviam recebido visitas do CNDH.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/em-visita-ao-brasil-comissao-interamericana-de-direitos-humanos-realiza-reuniao-com-cndh>

PACTO NACIONAL DOS CONSELHOS DE DIREITOS HUMANOS

OUTUBRO/2017

CNDH e conselhos estaduais e distrital de direitos humanos avançam na construção de um Sistema Nacional de Direitos Humanos

Nos dias 8 e 9 de novembro de 2017 o Conselho Nacional dos Direitos Humanos realizou, em Brasília, a sua segunda reunião ampliada com conselhos estaduais e distrital de direitos humanos do país, dentro da programação do Encontro Nacional de Direitos Humanos (ENDH) 2017.

A atividade contou com a presença de representantes de 20 conselhos estaduais e distrital, e levantou informações sobre os mais diversos tipos de violações de direitos humanos que vêm ocorrendo nos estados, além dos desafios de atuação desses colegiados. Também foram colhidas sugestões para elaboração do Pacto do CNDH com conselhos estaduais e distrital e outras instituições de direitos humanos, com foco na promoção e defesa dos direitos humanos e à luz no princípio do não-retrocesso social.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-e-conselhos-estaduais-e-distrital-de-direitos-humanos-avancam-na-construcao-de-um-sistema-nacional-de-direitos-humanos-1>

JANEIRO/2018

Processo para construção do pacto entre CNDH e conselhos estaduais com o objetivo de criar a rede foi lançado no Fórum Social Mundial

O lançamento da Proposta do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos foi, certamente, o ápice da participação do CNDH no Fórum Social Mundial que aconteceu de 12 a 17 de março de 2018 em Salvador-BA.

Além de todas as conselheiras e conselheiros do CNDH que estavam no Fórum, participaram da atividade representantes de conselhos de direitos humanos de diversos estados do país, que manifestaram o reconhecimento da relevância da construção do Pacto. O documento-base do Pacto, lançado durante o Fórum, foi posteriormente submetido à consulta dos colegiados e passou por várias etapas até sua aprovação final em novembro de 2018.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-promove-atividades-no-forum-social-mundial-2018-em-salvador-ba>

MARÇO/2018

CNDH e conselhos estaduais elaboram Pacto Nacional que cria Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos

No dia 2 de março de 2018, o Grupo de Trabalho formado pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos e representantes de conselhos estaduais se reuniu em Brasília para iniciar a construção de um Pacto Nacional entre os colegiados de direitos humanos do país.

O Pacto tem por finalidade o fortalecimento da independência e da autonomia destes conselhos como Instituições de Direitos Humanos à luz dos ‘Princípios de Paris’, bem como o estabelecimento das condições para a criação do Sistema Nacional de Direitos Humanos.

A Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos terá, por sua vez, o objetivo de promover ações conjuntas de monitoramento dos compromissos e responsabilidades do Estado brasileiro com direitos humanos; contribuir para que os conselhos produzam posicionamentos comuns sobre temas de direitos humanos; e elaborar diretrizes para organizar os conselhos como Instituições de Direitos Humanos à luz dos “Princípios de Paris”.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-e-conselhos-estaduais-elaboram-pacto-nacional-que-cria-rede-nacional-de-conselhos-de-direitos-humanos>

JULHO/2018

Conselhos estaduais e distrital de direitos humanos participam de consulta Pacto Nacional Direitos Humanos

Lançado em março no Fórum Social Mundial 2018, o processo para a construção do Pacto Nacional de Direitos Humanos teve mais uma etapa em julho. O documento-base do Pacto recebeu contribuições dos colegiados dos conselhos estaduais e distrital de direitos humanos para ser aperfeiçoado.

O Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos foi proposto na 2ª Reunião Ampliada do CNDH com conselhos estaduais e distrital de direitos humanos, realizada em novembro de 2017, e tem por finalidade o fortalecimento da independência e da autonomia destes conselhos como Instituições de Direitos Humanos à luz dos ‘Princípios de Paris’, bem como o estabelecimento das condições para a criação do Sistema Nacional de Direitos Humanos.

Um das propostas do Pacto foi a criação da Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos que tem o objetivo de promover ações conjuntas de monitoramento dos compromissos e responsabilidades do Estado brasileiro com direitos humanos; contribuir para que os conselhos produzam posicionamentos comuns sobre temas de direitos humanos; e elaborar diretrizes para organizar os conselhos como Instituições de Direitos Humanos à luz dos “Princípios de Paris”.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/julho/cndh-disponibiliza-pacto-nacional-direitos-humanos-para-consulta-de-conselhos-estaduais-e-distrital-de-direitos-humanos>

OUTUBRO/2018

Pacto Nacional pelos direitos humanos é aprovado por conselhos de todo país

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos realizou, nos dias 18 e 19 de outubro de 2018, em Brasília, a 3ª Reunião Ampliada dos Conselho Estaduais, Distrital e Nacional de Direitos Humanos para aprovação do documento base do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos que cria a Rede formada por essas entidades.

O lançamento do processo de construção do Pacto aconteceu em março deste ano, durante o Fórum Social Mundial em Salvador, quando foi apresentado um documento base para representantes de Conselhos de todo o país. O documento passou

por uma consulta pública e recebeu inúmeras contribuições via internet, até ser finalizado durante o encontro, que contou com a participação de 21 conselhos, dentre estaduais e distrital, para além de representantes do próprio Conselho Nacional.

O documento base do Pacto, construído ao longo do ano, foi aprovado por unanimidade, e, junto com ele, a formação da Rede. O pacto tem por finalidade o fortalecimento da independência e autonomia dos Conselhos como Instituições de Direitos Humanos à luz dos “Princípios de Paris” e a criação de condições para a efetivação do Sistema Nacional de Direitos Humanos.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/outubro/pacto-nacional-pelos-direitos-humanos-e-assinado-por-conselhos-de-todo-pais>

PROCESSO APURATÓRIO

OUTUBRO/2017

Conselho Nacional dos Direitos Humanos decide instaurar, pela primeira vez, comissão de apuração de condutas e situações contrárias aos direitos humanos do ministro do trabalho, Ronaldo Nogueira

Diante da publicação, no dia 16 de outubro de 2017, da Portaria nº 1.129/2017, do Ministério do Trabalho, que altera os conceitos que definem o trabalho escravo no Brasil, reduzindo as situações que caracterizam o crime e dificultando a sua fiscalização, o Plenário do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, reunido em Brasília na sua 31ª Reunião Ordinária, repudiou a medida e decidiu, na manhã do dia 25 de outubro de 2017, por unanimidade, instaurar uma Comissão de Apuração de Condutas e Situações Contrárias aos Direitos Humanos do Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira.

Esta é a primeira vez que o colegiado abre um procedimento apuratório, recurso previsto na lei que cria o conselho (Lei nº 12.986/2014). A justificativa para abertura do procedimento são as ações reiteradas adotadas pelo ministro, desde o início de sua gestão, que criam dificuldades ao processo de erradicação do trabalho escravo no país, como a ação voltada à não publicação da lista suja e, mais recentemente, a publicação da Portaria MTB nº1129/2017.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-decide-instaurar-pela-primeira-vez-comissao-de-apuracao-de-condutas-e-situacoes-contrarias-aos-direitos-humanos-do-ministro-do-trabalho-ronaldo-nogueira>

DIREITO AO TRABALHO, À EDUCAÇÃO E À SEGURIDADE SOCIAL

MARÇO/2017

CNDH aprova recomendações contra Reforma da Previdência e pela publicação imediata da Lista Suja do Trabalho Escravo

A 25ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, realizada nos dias 9 e 10 de março de 2017, em Brasília, aprovou recomendação direcionada ao Presidente da República Michel Temer, para que retire a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016 – que trata da Reforma da Previdência – e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, para que suspenda a tramitação da proposta no Congresso Nacional até que haja uma escuta ampla e democrática da sociedade.

Também foi aprovada recomendação ao Ministério do Trabalho solicitando imediata atualização e publicação do cadastro de empregadores autuados por utilização de mão de obra escrava – a Lista Suja do trabalho escravo. Os documentos foram protocolados nesta quarta-feira (15).

O CNDH também aprovou, em sua última reunião, documento que recomenda ao Ministério do Trabalho imediata atualização e publicação da Lista Suja do trabalho escravo. A recomendação também solicita ao Ministério do Trabalho que qualquer debate envolvendo trabalho escravo seja promovido no âmbito da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), espaço de discussão que envolve a participação de representantes do poder público, do setor privado, de organismos internacionais e da sociedade civil que acumulam experiência na luta pelo enfrentamento ao trabalho escravo no Brasil.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/cndh-aprova-recomendacoes-contrareforma-da-previdencia-e-pela-publicacao-imediata-da-lista-suja-do-trabalho-escravo>

CNDH aprova recomendação direcionada ao Presidente da República Michel Temer para que retire Proposta de Emenda à Constituição que trata da Reforma da Previdência

A 25ª Reunião Ordinária do CNDH, realizada nos dias 9 e 10 de março de 2017, aprovou recomendação direcionada ao Presidente da República Michel Temer, para que retire a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016 – que trata da Reforma

da Previdência, tendo em vista a falta de transparência dos dados integrais relativos à Seguridade Social, sem estudos econômicos, atuariais e demográficos completos, e o amplo e legítimo clamor da sociedade contra a proposta legislativa.

O documento também é direcionado ao Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, recomendando que seja suspensa a tramitação da PEC 287/2016 no Congresso Nacional até que haja uma escuta ampla e democrática da sociedade.

A Recomendação nº 03, de 10 de março de 2017, foi encaminhada ao Plenário do CNDH por meio da Comissão Permanente de Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social, instituída pelo Conselho em fevereiro deste ano com o objetivo de receber e examinar denúncias de violações dos direitos humanos no mundo do trabalho e no campo dos direitos sociais, tendo em vista a manutenção de direitos trabalhistas previstos Constituição Federal e em diversos Tratados e Convenções Internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/cndh-aprova-recomendacao-direcionada-ao-presidente-da-republica-michel-temer-para-que- retire-proposta-de-emenda-a-constituicao-que-trata-da-reforma-da-previdencia>

ABRIL/2017

Audiência entre CNDH e Ministério Público do Trabalho discute reforma trabalhista sob o viés dos direitos humanos

No dia 05 de abril de 2017, o presidente do CNDH, Darci Frigo, e a sua vice-presidenta, Fabiana Galera Severo, reuniram-se com o Procurador Geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, para tratar sobre a reforma trabalhista e as violações aos direitos humanos dela decorrentes. Trabalho escravo, terceirização, jornada intermitente e conduta anti-sindical estiveram em debate e estão no centro da preocupação do CNDH e do MPT.

Darci Frigo informou que o CNDH criou recentemente a Comissão Permanente Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social, com o objetivo de receber e examinar denúncias de violações dos direitos humanos no mundo do trabalho, tendo em vista a garantia de direitos trabalhistas previstos Constituição Federal e em diversos Tratados e Convenções Internacionais dos quais o Brasil é signatário, e sugeriu a participação do MPT na comissão. O procurador manifestou disposição e informou que já indicaria um integrante para participar da próxima reunião, que deve ocorrer no dia 25 de abril.

Na reunião, também foi apresentada a preocupação do CNDH com o Projeto de Lei nº 6442/2016, de autoria do deputado Nilson Leitão, que exclui das relações de trabalho rural a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e estabelece que elas sejam reguladas pela lei proposta, pelos acordos individuais ou coletivos de trabalho, contratos individuais de trabalho e regulamento das empresas.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/audiencia-entre-cndh-e-ministerio-publico-do-trabalho-discute-reforma-trabalhista-sob-o-vies-dos-direitos-humanos>

AGOSTO/2017

CNDH aprova Resolução que trata da iniciativa de programa “Escola sem Partido”

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos aprovou a Resolução nº 7, de 23 de agosto de 2017, que trata da iniciativa de programa “Escola sem Partido”. O Plenário do colegiado, que se reuniu em Brasília, nos dias 23 e 24 de agosto, aprovou o texto por unanimidade.

No documento, o CNDH repudia iniciativas que tenham como objetivo restringir, em ambiente escolar, a liberdade de comunicação sobre temas relacionados à política ou “cercear o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”. A resolução também repudia iniciativas que busquem impedir a discussão sobre gênero e sexualidade na escola, ou a execução de programas voltados à promoção da igualdade e ao combate à discriminação nesses temas, “respeitados, evidentemente, as necessidades e o conteúdo apropriado para cada idade.”

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-aprova-resolucao-sobre-2018escola-sem-partido2019>

OUTUBRO/2017

CNDH se posiciona contra violações de direitos humanos causadas pela política econômica brasileira e pela Emenda do “Teto dos Gastos”

Em Reunião Ordinária, realizada nos dias 25 e 26 de outubro de 2017, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) aprovou a Recomendação nº 7/2017, que trata da política econômica

praticada pelo governo brasileiro e seus impactos na violação dos direitos humanos.

A Recomendação do CNDH reafirma a posição do colegiado pela inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 95, conhecida como Emenda do “Teto dos Gastos”, e decide apoiar as Ações Diretas de Inconstitucionalidades e todas as iniciativas da sociedade pela revogação das políticas de austeridade e da Emenda Constitucional nº 95.

No documento, o colegiado também recomenda ao presidente da República e aos presidentes da Câmara e do Senado a criação de um “Comitê Nacional de Emergência sobre os Impactos das Políticas de Austeridade”. O comitê teria como objetivo monitorar e orientar a intervenção pública nas situações em que grupos mais impactados pelas políticas de austeridade têm suas condições de sobrevivência comprometidas.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-se-posiciona-contraviolacoes-de-direitos-humanos-causadas-pela-politica-economica-brasileira-e-pela-emenda-do-201cteto-dos-gastos201d>

CNDH solicita que cortes anunciados sejam revistos e não atinjam os orçamentos destinados à participação e controle social

Na sua 31ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 25 e 26 de outubro de 2017 em Brasília, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos também aprovou recomendação direcionada ao Ministro do Planejamento, solicitando que os cortes anunciados sejam revistos e não atinjam os orçamentos destinados à participação e controle social.

O documento, também direcionado à Ministra dos Direitos Humanos, recomenda que seja cumprido o art. 14 da Lei nº 12.986/14, que afirma que “as despesas decorrentes do funcionamento do CNDH correrão à conta de dotação própria no orçamento da União”.

O documento também afirma o posicionamento do CNDH quanto ao Fórum Interconselhos, compreendendo que os cortes já anunciados para 2018, pela lógica da Emenda Constitucional nº 95/16, e seu “ajuste fiscal” em cima dos direitos econômicos e sociais do povo brasileiro, configura-se como “retrocesso social” e qualquer discussão de prioridades deve estar ancorada no princípio da manutenção do orçamento de 2017 para as áreas sociais e os seus instrumentos de participação e controle social.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/cndh-solicita-que-cortes-anunciados-sejam-revistas-e-nao-atingam-os-orcamentos-destinados-a-participacao-e-controle-social/view>

CNDH participa de audiência na Câmara sobre portaria do governo que modifica conceito de trabalho escravo

No dia 25 de outubro de 2017, a Comissão de Direito Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública sobre a Portaria nº 1.129/2017 do Governo Federal, que altera os conceitos que definem o trabalho escravo no Brasil, reduzindo as situações que caracterizam o crime e dificultando a sua fiscalização.

Após a publicação portaria, o CNDH decidiu abrir pela primeira vez um procedimento apuratório de condutas contrárias aos direitos humanos por parte do Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira. Uma comissão formada para a apuração desta portaria terá 120 dias para colher provas, ouvir o 'acusado' e chegar a um relatório final.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-participa-de-audiencia-na-camara-sobre-nova-portaria-do-governo-que-modifica-conceito-de-trabalho-escravo>

ABRIL/2018

Conselho Nacional dos Direitos Humanos debate impactos da política de austeridade nos direitos humanos

Os impactos da implementação da Emenda Constitucional 95/2016, que congela os investimentos públicos nas áreas da saúde, educação e outras políticas sociais por vinte anos, estarão no centro do debate promovido pelo CNDH na tarde do dia 12 de abril de 2018, em Brasília.

A atividade, aberta ao público, ocorreu no âmbito do mês de ativismo pela revogação da Emenda Constitucional 95, da Campanha Direitos Valem Mais: por uma economia a favor da vida e contra todas as desigualdades, no prédio da Defensoria Pública da União (DPU).

O debate contou com a participação da assessora política do Inesc, Grazielle David; do Professor do Instituto de Economia da Unicamp - Universidade Estadual de Campinas, Pedro Rossi; da integrante do Fórum de Mulheres do DF e Entorno, Keka Bagno;

do coordenador de campanhas da Oxfam Brasil, Rafael Georges, e da gestora e produtora cultural da Casa Frida, Hellen Cristhyan.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-debate-impactos-da-politica-de-austeridade-nos-direitos-humanos/view>

SETEMBRO/2018

CNDH participa de ato de lançamento de carta-compromisso da Campanha Direitos Valem Mais para candidaturas ao Legislativo e ao Executivo

No dia 5 de setembro de 2018, entidades de várias áreas sociais e colegiados, como o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e o Conselho Nacional de Saúde (CNS), participaram de ato político da Coalizão Antiausteridade e pela Revogação da Emenda Constitucional 95/2016, realizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

No ato foi publicizada a carta-compromisso para candidatos e candidatas se comprometerem em atuar pela mudança da política econômica. Após o ato público, as organizações se reuniram com a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, Deborah Duprat, que recebeu o documento, e seguiram para o Supremo Tribunal Federal (STF), já que a Emenda é objeto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 5633, 5643, 5655, 5658, 5715 e 5743.

Também foi lançado documento político que alerta para o colapso das políticas sociais, para o acirramento das desigualdades no país e para a importância das eleições no sentido de reverter esse processo.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/setembro/cndh-participa-de-ato-de-lancamento-da-carta-compromisso-da-campanha-direitos-valem-mais-para-candidaturas-ao-legislativo-e-ao-executivo>

NOVEMBRO/2018

Recomendação sobre direitos econômicos e sociais de catadores é aprovada pelo CNDH

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos aprovou em sua 42ª Reunião Plenária, realizada nos dias 7 e 8 de novembro de 2018, uma recomendação pela garantia dos direitos econômicos e sociais das organizações de catadores e catadoras de materiais recicláveis. A Recomendação trata também da necessidade de

aprovação da PEC 309/13, que prevê a aposentadoria especial para esta categoria.

No documento, o CNDH reconhece as catadoras e catadores de materiais recicláveis como agentes sociais e ambientais, que foram responsáveis também pelo aumento da conscientização da necessidade da reciclagem e da coleta seletiva solidária no país. Esteve presente na reunião um dos representantes do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), Antônio de Alencastro Cavalcanti.

A Recomendação pela garantia dos direitos econômicos e sociais das organizações de catadores e catadoras de materiais recicláveis foi direcionada a diversos órgãos públicos como a Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente, ao BNDES, à Confederação Nacional de Municípios (CNM) e à Associação Brasileira de Municípios (ABM), à Câmara dos Deputados, ao Ministério Público Federal (MPF) e à Defensoria Pública da União (MPU).

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/recomendacao-sobre-direitos-economicos-e-sociais-de-catadores-e-aprovada-pelo-cndh>

DIREITO À MIGRAÇÃO

JANEIRO/2018

Após missão a três estados, Plenário do CNDH aprova recomendação emergencial sobre direitos de imigrantes venezuelanos no Brasil

O Plenário do Conselho Nacional dos Direitos Humanos aprovou, no dia 31 de janeiro de 2018, durante a 34ª Reunião Ordinária, recomendação emergencial sobre direitos de venezuelanas e venezuelanos no fluxo migratório no Brasil. O documento recomenda, à Presidência da República e à Casa Civil, instalação urgente de Gabinete Emergencial de Gestão Migratória e realização de estudo e implementação de plano de interiorização

A recomendação é fruto da missão realizada pelo CNDH a cinco cidades dos estados do Pará, Amazonas e Roraima, entre os dias 17 e 26 de janeiro, para verificar in loco a situação dos direitos humanos de imigrantes venezuelanos que têm ingressado no território brasileiro solicitando refúgio e residência em decorrência da crise econômica e humanitária estabelecida na Venezuela.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/plenario-do-cndh-aprova-recomendacao-emergencial-sobre-direitos-de-imigrantes-venezuelanos-no-brasil>

MAIO/2018

“CNDH vê com preocupação militarização da resposta humanitária ao fluxo de venezuelanos”, diz relatório aprovado pelo colegiado

O relatório final do Conselho Nacional dos Direitos Humanos sobre as violações de direitos contra imigrantes venezuelanos e venezuelanas no Brasil foi aprovado, por unanimidade, na Plenária do colegiado que foi realizada em Brasília nos dias 9 e 10 de maio de 2018.

O documento, além de relatar as violações identificadas, traz um conjunto de recomendações direcionadas à Presidência da República, a diversos órgãos do Executivo Federal e aos poderes locais dos estados e municípios visitados e dos que participam do programa de interiorização acolhendo venezuelanos e venezuelanas. As recomendações são relacionadas principalmente à estratégia de interiorização, à atuação das Forças Armadas, à regularização migratória, ao abrigo dos imigrantes e à assistência social e ingresso no mercado de trabalho.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/201ccndh-ve-com-preocupacao-militarizacao-da-resposta-humanitaria-ao-fluxo-de-venezuelanos201d-diz-relatorio-aprovado-pelo-colegiado>

JUNHO/2018

CNDH afirma que acolhida humanitária de venezuelanos não se esgota com abrigo e pede atuação integrada de órgãos federais

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos esteve em Roraima nos dias 19 e 20 de junho de 2018 para apresentar o relatório final da missão realizada pelo colegiado em janeiro e para monitorar a atual situação dos direitos humanos de migrantes venezuelanos e venezuelanos que têm ingressado no Brasil solicitando refúgio e residência em decorrência da crise econômica e humanitária estabelecida na Venezuela.

Durante os dois dias foram realizadas uma audiência pública, visitas a abrigos e várias reuniões para monitoramento da situação atual dos migrantes em Roraima, sobretudo na capital, Boa Vista,

onde encontram-se aproximadamente 25 mil venezuelanos, e no município de Pacaraima, onde fica a fronteira entre os dois países. Compuseram a comitiva a presidenta do CNDH, Fabiana Severo, e a conselheira Camila Asano, representante da organização Conectas Direitos Humanos no Conselho.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/julho/cndh-afirma-que-acolhida-humanitaria-de-venezuelanos-nao-se-esgota-com-abrigamento-e-pede-atuacao-integrada-de-orgaos-federais>

OUTUBRO/2018

CNDH participa de seminário sobre retrocesso na política de migração brasileira

Fabiana Severo, presidenta do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, participou de seminário sobre direitos humanos de migrantes e refugiados/as, realizado nos dias 28 e 29 de setembro de 2018, na Missão Paz em São Paulo. O evento foi organizado por entidades de direitos humanos que trabalham com imigração no país e teve como tema: “Não me julgue antes de me conhecer”.

A questão das migrações e, principalmente, o direito dos migrantes, é uma preocupação constante do CNDH. Em janeiro deste ano, o Conselho fez uma missão aos estados do Pará, Amazonas e Roraima para acompanhar de perto a situação dos venezuelanos que chegaram ao Brasil. Em junho, o Conselho foi novamente a Roraima, acompanhar a implementação das recomendações do relatório da missão realizada em janeiro. O CNDH também acompanha as ações e políticas, tanto de governos estaduais quanto do governo federal, que dizem respeito a garantia de direitos dos migrantes.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/outubro/cndh-participa-de-seminario-sobre-retrocesso-na-politica-de-migracao-brasileira>

Nova recomendação sobre migração de venezuelanos é aprovada pelo CNDH

A reunião do Conselho Nacional de Direitos Humanos realizada nos dias 17 e 18 de outubro de 2018 aprovou nova Recomendação sobre a situação dos migrantes venezuelanos. A Recomendação, que dispõe sobre o direito de venezuelanas e venezuelanos no fluxo migratório dá seguimento às missões do colegiado para verificação da situação em Roraima.

O CNDH atuou continuamente nesta questão e já havia publicado, em janeiro, uma Recomendação emergencial sobre o mesmo tema e, em maio, uma Resolução. Um Relatório sobre as Violações de Direitos contra Imigrantes Venezuelanos no Brasil também foi elaborado após missão realizada pelo CNDH, em janeiro, aos estados do Pará, Amazonas e Roraima.

No entanto, como pontua a Recomendação, fatos que sucederam à missão de janeiro revelaram um agravamento das violações de direitos humanos da população migrante: como o pedido de fechamento temporário da fronteira, o Decreto que restringiu o acesso aos serviços públicos oferecidos pelo governo do estado de Roraima e a determinação de suspender a admissão e o ingresso de imigrantes venezuelanos no Brasil. Para além disso, atos de violência e xenofobia têm aumentado na região, somando-se a decretação de Garantia da Lei e da Ordem em Roraima, que, ainda de acordo como documento, “acentua a opção política militarizada de solução da questão por meio do uso da força”.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/outubro/nova-recomendacao-sobre-migracao-de-venezuelanos-e-aprovada-pelo-cndh>

NOVEMBRO/2018

CNDH participa de audiência pública sobre direitos humanos de migrantes e refugiados na Câmara

A presidenta do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), Fabiana Severo, e a conselheira e procuradora federal dos direitos do cidadão, Deborah Duprat, participaram no dia 7/11 de uma audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados. A audiência discutiu a violação de direitos dos migrantes e refugiados no Brasil. Atualmente, Roraima passa por uma crise migratória localizada, devido à entrada diária de 500 a 600 migrantes venezuelanos no estado, que estão fugindo da situação econômica do país fronteiriço.

Nos dias 23 e 24 de outubro foi realizado em São Paulo (SP) o Seminário Ibero-Americano “Proteção aos direitos de Venezuelanas e Venezuelanos - Por uma acolhida humanitária na América Latina”. Na ocasião, a presidenta do CNDH, Fabiana Severo, apresentou uma Recomendação sobre a situação dos migrantes venezuelanos que foi aprovada pelo pleno CNDH no mês de outubro de 2018. A Recomendação, que dispõe sobre o direito de venezuelanas e venezuelanos no fluxo migratório deu seguimento às missões do colegiado para verificação da situação

dos migrantes em Roraima. O documento trouxe recomendações à Casa Civil da Presidência da República, ao Comitê Nacional para os Refugiados, à Polícia Federal, aos Ministérios do Trabalho, da Saúde e da Educação e ao Governo do Estado de Roraima.

Link: https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos/posts/714747725555314?__tn__=K-R

POLÍTICAS DE DROGAS E SAÚDE MENTAL

MAIO/2017

Violência policial, recolhimento compulsório de pertences e dificuldade de acesso às políticas públicas são constatadas por missão do CNDH na “Cracolândia”

No dia 29 de maio de 2017, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos foi a São Paulo em missão emergencial para verificar a situação na região conhecida como Cracolândia – onde usuários de drogas e pessoas em situação de rua foram removidos de forma violenta pela Polícia no dia 21. O CNDH realizou também reuniões com órgãos públicos que tinham relação com o caso.

Nos dias 24 e 25 de maio, o CNDH já havia aprovado a Recomendação nº 06, sobre a ação realizada no dia 21 de maio na região da Luz. Na recomendação havia itens direcionados à Prefeitura Municipal de São Paulo, ao Governo do Estado de São Paulo e ao Procurador-Geral de Justiça de São Paulo.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/violencia-policial-recolhimento-compulsorio-de-pertences-e-dificuldade-de-acesso-as-politicas-publicas-sao-constatadas-por-missao-do-cndh-na-201ccracolandia201d>

JUNHO/2017

Após relato de missão emergencial à Cracolândia, Plenário do CNDH delibera protocolar, no Ministério Público, representação por improbidade administrativa contra o prefeito João Dória

O Plenário do Conselho Nacional dos Direitos Humanos deliberou, em sua 28ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 21 e 22 de junho de 2017, em Brasília, protocolar representação no Ministério

Público de São Paulo contra o prefeito de São Paulo, João Dória, por improbidade administrativa.

A representação é motivada pela descontinuidade da política pública municipal de drogas, já que o programa de Braços Abertos foi interrompido sem que fosse substituído por outro, e por gasto de recursos públicos em publicidade de projeto não publicado oficialmente.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-representara-ao-ministerio-publico-de-sao-paulo-contr-prefeito-joao-doria-por-improbidade-administrativa-1>

JANEIRO/2018

CNDH recomenda ao Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) a realização de audiências e debates públicos antes da aprovação de qualquer iniciativa de alteração das diretrizes da atual Política de Álcool e outras Drogas

Reunido em Brasília na sua 34ª Reunião Ordinária, o Plenário do Conselho Nacional dos Direitos Humanos aprovou, por unanimidade, no dia 31 de janeiro de 2018, recomendação direcionada ao Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD).

A recomendação foi entregue em mãos aos conselheiros na reunião do CONAD pelos conselheiros Leonardo Pinho (Unisol Brasil) e Deborah Duprat (PFDC/MPF). No documento, o CNDH recomenda ao CONAD a realização de audiências e debates públicos, antes da aprovação de qualquer iniciativa de alteração das diretrizes da atual Política de Álcool e outras Drogas.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-aprova-recomendacao-ao-conad-para-realizacao-de-amplo-debate-na-sociedade-sobre-novas-diretrizes-da-politica-de-drogas>

FEVEREIRO/2018

CNDH recomenda ao Ministério da Saúde revogação de portarias que alteram Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas sem a participação do Conselho Nacional de Saúde

O Plenário do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) aprovou, no dia 31 de janeiro, recomendação ao Ministério da Saúde para que revogue a Resolução nº 32/17 e a Portaria nº 3.588/17,

que alteraram a Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas sem a participação do Conselho Nacional de Saúde.

O documento também recomenda que mudanças na Política Nacional de Saúde Mental sejam amplamente discutidas com o Pleno do Conselho Nacional de Saúde e com a sociedade em geral “garantindo o direito fundamental de participação e controle social previstos na Constituição Federal de 1988”.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-pede-revogacao-de-normativas-do-ministerio-da-saude-que-alteraram-a-politica-de-saude-mental-alcool-e-outras-drogas-2>

MARÇO/2018

Em nova missão à região da Cracolândia (São Paulo), CNDH verifica cumprimento de recomendações e visita centros de acolhimento

No dia 7 de março de 2018, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos realizou mais uma missão à região da Luz, em São Paulo, para vistoriar os novos equipamentos criados pela Prefeitura, verificar possíveis ocorrências de violações de direitos humanos na região conhecida como “Cracolândia” e ouvir a sociedade civil.

A comitiva visitou os Centros Temporários de Acolhimento e fez reunião com autoridades estaduais e municipais, dentre eles órgãos do Executivo, Defensoria e Ministério Público, e também com conselhos profissionais, de direitos e setores da sociedade civil vinculados ao tema, como o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool (COMUDA) e a Associação de Moradores e Comerciantes do Bairro de Campos Elíseos.

A missão foi uma continuidade à visita que o Conselho havia realizado em maio de 2017, logo após a ação violenta da Polícia contra usuários de drogas e pessoas em situação de rua da região.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/em-nova-missao-a-regiao-da-cracolandia-sao-paulo-cndh-verifica-cumprimento-de-recomendacoes-e-visita-centros-de-acolhimento>

CNDH participa de Audiência pública no TRF-3 sobre regulamentação de comunidades terapêuticas

No dia 20 de março de 2018, o coordenador da Subcomissão Drogas e Saúde Mental do Conselho Nacional dos Direitos Humanos,

Leonardo Pinho, participou de audiência pública no Tribunal Regional Federal de São Paulo (TRF3-SP) sobre a Resolução nº 01/2015 do Conselho Nacional de Política de Drogas (CONAD), que regulamenta as comunidades terapêuticas no Brasil.

A Resolução havia sido suspensa em agosto de 2016, pela Justiça Federal de São Paulo, e após a audiência pública de 20 de março teve a suspensão revogada, passando a estar novamente vigente.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-participa-de-audiencia-publica-no-trf-3-sobre-regulamentacao-de-comunidades-terapeuticas>

MARÇO/2018

Reunião entre CNDH e Prefeitura de São Paulo define pela suspensão do fechamento de hotéis e pela atenção individualizada e integral da população afetada na capital paulista

No dia 22 de março de 2018, uma reunião entre o Conselho Nacional dos Direitos Humanos e a Prefeitura de São Paulo, representada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads), definiu pela suspensão imediata do fechamento Hotel Dom Pedro, que acolhe cerca de 100 pessoas em situação de rua e/ou usuários de álcool e outras drogas remanescentes do Programa “De Braços Abertos”. A desocupação estava prevista para ocorrer na sexta-feira (23), dois dias depois da reunião.

Além da suspensão do fechamento do hotel, a reunião também definiu que a Smads deve enviar Plano Individualizado dos residentes dos hotéis para o CNDH; apoiar o colegiado na articulação com as secretarias de Habitação e Saúde; indicar representações ao Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool e enviar informações sobre as 66 pessoas que saíram dos dois hotéis fechados em janeiro.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/reuniao-entre-cndh-e-prefeitura-de-sao-paulo-define-pela-suspensao-do-fechamento-de-hotéis-e-pela-atencao-individualizada-e-integral-da-populacao-afetada-na-capital-paulista>

NOVEMBRO/2018

Recomendação do CNDH pede revogação de portaria do Ministério da Saúde sobre comunidades terapêuticas

A 42ª Plenária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, realizada nos dias 7 e 8 de novembro de 2018 em Brasília,

também aprovou recomendação solicitando a revogação da Portaria nº3.449/2018, do Ministério da Saúde, que institui um comitê sobre comunidades terapêuticas.

Para o CNDH, qualquer alteração na política pública de álcool e outras drogas deve ser precedida de um amplo debate na sociedade e nos espaços de controle social.

No documento, o CNDH também recomenda que o Ministério da Saúde priorize a expansão e a consolidação da rede de Unidades de Acolhimento (UA) que são, na avaliação do Conselho, espaços adequados aos cuidados contínuos de saúde para pessoas com necessidade decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/recomendacao-do-cndh-pede-revogacao-de-portaria-do-ministerio-da-saude-sobre-comunidades-terapeuticas>

DIREITO À CIDADE

JUNHO/2018

CNDH oficia Poder Judiciário do Pará sobre ameaça de despejo no município de Ananindeua

No dia 15 de junho de 2018, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos encaminhou ofício à 5ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará sobre ameaça de despejo em empreendimento imobiliário do Programa Minha Casa Minha Vida em Pouso do Aracanga, no município de Ananindeua, Pará.

Para que não fosse efetivada medida de reintegração de posse, e buscando resolver um possível conflito na área, o CNDH sugere ao Poder Judiciário, no ofício, a realização de audiência com os atores envolvidos como estratégia de enfrentamento da questão.

Na reunião descentralizada que aconteceu no Pará nos dias 11 e 12 de junho de 2018, o CNDH foi informado de que residem no empreendimento, ainda não concluído, cerca de 1.344 famílias (totalizando mais de 6 mil pessoas), que estariam sendo ameaçadas de remoção forçada.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-oficia-poder-judiciario-do-para-sobre-ameaca-de-despejo-no-municipio-de-ananindeua>

AGOSTO/2018

CNDH encaminhou ofício ao presidente da Infraero e ao TRF da 4ª Região manifestando preocupação em relação ao iminente despejo de mais de cinco mil pessoas no município de Navegantes, em Santa Catarina

O Conselho Nacional de Direitos Humanos encaminhou, no dia 17 de agosto de 2018, ofício ao presidente da Infraero e ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região manifestando preocupação em relação ao iminente despejo de mais de cinco mil pessoas no município de Navegantes, em Santa Catarina.

Moradores das comunidades conhecidas como Monte Sião e Nova Canaã, nas imediações do Aeroporto de Navegantes, estavam há 5 anos, aproximadamente, em conflito com a Infraero, que pretende ampliar a pista e o terminal de passageiros do aeroporto.

À época, o CNDH recebeu denúncias de que uma decisão judicial, que determinava o corte de energia e água das famílias, havia sido cumprida. Na ocasião, o Conselho oficiou as autoridades responsáveis e alertou que “os cortes de energia e de água violam o direito humano à alimentação adequada e à vida digna dessas pessoas, sendo urgente a promoção de medidas para reparação dessa violação”.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/cndh-manifesta-preocupacao-com-situacao-das-familias-de-monte-siao-e-nova-canaa>

OUTUBRO/2018

Resolução para garantia de direitos humanos em situações de conflitos por terra é aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Uma resolução sobre “soluções garantidoras de direitos humanos e medidas preventivas em situações de conflitos fundiários coletivos rurais e urbanos” foi aprovada no dia 17 de outubro de 2018, pela 41ª Plenária do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

O Brasil está no topo da lista dos países onde mais ativistas ambientais e da terra foram mortos em 2015, segundo pesquisa divulgada em junho de 2016 pela ONG Witness. A violência no campo pela disputa da terra ocasionou 70 mortes no ano passado, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nas cidades, a situação não é muito diferente, já que a falta de uma política habitacional adequada leva a um contingente significativo de

pessoas a ocuparem áreas de risco nas cidades e sendo também vítimas de despejos forçados.

Na tentativa de contribuir com a diminuição dos conflitos e com a violação de direitos humanos resultantes destes conflitos, o CNDH elaborou esta resolução que tem como principais destinatários “os agentes e as instituições do Estado, inclusive do sistema de justiça, cujas finalidades institucionais demandem sua intervenção, nos casos de conflitos coletivos pelo uso, posse ou propriedade de imóvel, urbano ou rural, envolvendo grupos que demandam proteção especial do Estado, tais como trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra e sem teto, povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, pessoas em situação de rua e atingidos e deslocados por empreendimentos, obras de infraestrutura ou congêneres”.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/outubro/resolucao-para-garantia-de-direitos-humanos-em-situacoes-de-conflitos-por-terra-e-aprovada-pelo-conselho-nacional-dos-direitos-humanos>

NOVEMBRO/2018

Em ofício ao Judiciário de Minas Gerais, CNDH manifesta preocupação com ameaça de despejo na ocupação Quilombo Campo Grande

Em ofício encaminhado ao Juiz Federal Auxiliar da 1ª Vara do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no dia 7 de novembro de 2018, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos manifestou preocupação com a possibilidade de ameaça de despejo das 450 famílias produtoras do café Guaií, do Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio, sul de Minas Gerais.

Diante da informação de que seria realizada uma audiência com as famílias acampadas na área, o CNDH solicitou ao Juiz Federal Auxiliar da 1ª Vara do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais respeito aos termos da Resolução nº 10/2018 do colegiado, que dispõe sobre soluções garantidoras de direitos humanos e medidas preventivas em situações de conflitos fundiários coletivos rurais e urbanos.

Representado pelo conselheiro Carlos Magno, da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), o CNDH participou de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) realizada no dia 22 de novembro sobre o tema.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/em-oficio-ao-judiciario-de-minas-gerais-cndh-manifesta-preocupacao-com-ameaca-de-despejo-de-familias-acampadas-na-ocupacao-quilombo-campo-grande>

DIREITO À COMUNICAÇÃO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

AGOSTO/2017

Conselho Nacional dos Direitos Humanos realiza Seminário “Liberdade de expressão e direitos humanos na internet: em busca do equilíbrio”

No dia 22 de agosto de 2017, em Brasília, foi realizado o Seminário Liberdade de expressão e direitos humanos na internet: em busca do equilíbrio, uma iniciativa do Intervozes em parceria com o CNDH. O evento reuniu defensores/as de direitos humanos e entidades e organizações que atuam em prol de uma internet livre para pensar juntos o equilíbrio entre a garantia da liberdade de expressão e o respeito aos direitos de mulheres, negros/as, população LGBTI e crianças no mundo virtual.

O seminário discutiu a forma como a internet está ameaçada por iniciativas de censura, remoção arbitrária de conteúdos e outras medidas vigilantistas que violam o direito fundamental à liberdade de expressão e os princípios dispostos no Marco Civil da Internet.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-realiza-seminario-liberdade-de-expressao-e-direitos-humanos-na-internet-em-busca-do-equilibrio>

DEZEMBRO/2017

CNDH e Conanda aprovam manifestação conjunta sobre restrição à liberdade artística no Brasil

Em dezembro de 2017, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (Conanda), colegiados com representação da sociedade civil e do poder público que monitoram políticas de direitos humanos no Brasil, decidiram manifestar-se publicamente sobre a liberdade artística no país e os mecanismos usados para restringi-la, muito discutidos recentemente por conta de polêmicas envolvendo museus e exposições artísticas.

Para os dois colegiados, setores mais conservadores da sociedade, sob o pretexto legítimo de proteção aos direitos das crianças, “acabaram por gerar reações desproporcionais e restritivas à liberdade de expressão”, destaca a nota, que menciona a exposição “Queermuseu”, do Santander Cultural, a performance “La Bête”, do Museu de Arte Moderna (MAM) e a exposição “História da Sexualidade”, do Museu de Arte de São Paulo (MASP).

Embora os conselhos reconheçam que a liberdade de expressão possa eventualmente ser restringida para proteger outros direitos da infância, lembram que é também um direito garantido às crianças e adolescentes, essencial ao seu desenvolvimento intelectual e criativo. “Assim, soluções para eventuais conflitos que surjam neste âmbito devem pautar-se pela proporcionalidade e buscar uma proteção integral aos direitos das crianças e adolescentes, o que inclui o acesso às artes e à diversidade de ideias e expressões que elas carregam”, destaca a nota.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-e-conanda-aprovam-manifestacao-conjunta-sobre-restricao-a-liberdade-artistica-no-brasil>

FEVEREIRO/2018

Conselho Nacional dos Direitos Humanos encaminha documento a ministros do Executivo, e a autoridades públicas de Rondônia e Goiás solicitando informações sobre assassinatos de jornalistas

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos encaminhou, no dia 22 de fevereiro de 2018, ofícios a diversas instituições públicas solicitando informações sobre as ações adotadas quanto à morte dos jornalistas Ueliton Bayer Brizon (Rondônia) e Jefferson Pureza Lopes (Goiás), assassinados brutalmente em janeiro do mesmo ano. O documento também questiona as instituições sobre medidas para o enfrentamento da violência contra comunicadores de uma maneira geral.

Os ofícios foram direcionados ao Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, ao Ministro Interino dos Direitos Humanos, Gustavo do Vale, ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Torquato Jardim, ao Governador de Rondônia, Confúcio Moura, ao Prefeito de Porto Velho, Hildon Chaves, ao Governador de Goiás, Marconi Perillo, e ao Prefeito de Goiânia, Iris Rezende.

O CNDH relata no documento que os assassinatos dos dois jornalistas foram amplamente denunciados nacional e internacionalmente por instituições ligadas à temática, e que todas elas afirmaram que os crimes, além de atentar contra a

integridade física dos jornalistas, representam uma grave violação do direito à liberdade de expressão.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-solicita-informacoes-sobre-assassinato-de-jornalistas>

MAIO/2018

Autoridades se comprometem com maior proteção de comunicadores vítimas de violência durante a audiência pública “Estratégias de enfrentamento à violência contra comunicadores no Brasil”

Diversas autoridades públicas afirmaram seu compromisso com a garantia da liberdade de expressão e a proteção dos comunicadores durante a audiência pública “Estratégias de enfrentamento à violência contra comunicadores no Brasil”, realizada no dia 8 de maio de 2018, em Brasília, pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos. Na audiência foram ouvidos comunicadores vítimas de violência, organizações da sociedade civil que se debruçam sobre o tema no país e representantes da Relatoria para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

O Relatório Final do Grupo de Trabalho “Direitos Humanos dos Profissionais de Comunicação no Brasil”, publicado em 2014, foi citado em diversos momentos como sendo uma referência para o debate. Criado em 2012 pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), o GT identificou 321 casos de violência entre 2009 e 2014, dos quais 18 homicídios e 13 tentativas de homicídios, além de propor uma série de recomendações para reverter esse quadro.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/autoridades-se-comprometem-com-maior-protecao-de-comunicadores-vitimas-de-violencia>

CNDH realiza audiência com ministro do STF sobre Recurso Extraordinário que trata da exigência de aviso prévio para organização de reuniões públicas

No dia 10 de maio de 2018, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos realizou audiência com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, sobre o Recurso Extraordinário (RE) 806.339, em pauta no Supremo, que trata da exigência de aviso prévio a autoridades competentes para a organização de reuniões públicas.

O tema tem como relator o ministro ministro Marco Aurélio, mas foi um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes que interrompeu, na sessão Plenária do dia 5 de abril, o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 806.339.

De acordo com o CNDH, a depender do conteúdo da decisão, a exigência de aviso prévio pode impor uma série de dificuldades ao exercício das liberdades de expressão, reunião e manifestação e, conseqüentemente, à ocorrência de qualquer tipo de reunião - desde encontros artísticos até protestos sociais - que podem passar a ser considerados ilícitos a depender do conteúdo da decisão.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-realiza-audiencia-com-ministro-do-stf-sobre-recurso-extraordinario-que-trata-da-exigencia-de-aviso-previo-para-organizacao-de-reunioes-publicas>

JUNHO/2018

CNDH aprova recomendação com medidas de combate à desinformação e às fake news (notícias falsas)

O Plenário do Conselho Nacional dos Direitos Humanos aprovou a Recomendação nº 4/2018, sobre medidas de combate às fake news (notícias falsas) e a garantia do direito à liberdade de expressão. A aprovação do documento se deu na 38ª Reunião Ordinária do colegiado, realizada entre os dias 11 e 13 de junho de 2018 em Belém/PA.

Para o CNDH, “categorizar todas as formas de desinformação sob a expressão ‘fake news’ ou ‘notícias falsas’, sem diferenciar as suas especificidades, dificulta o processo de elaboração de estratégias para combater esse fenômeno”, diz o documento.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/junho/cndh-aprova-recomendacao-com-medidas-de-combate-as-fake-news-noticias-falsas>

OUTUBRO/2018

Vetos à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais são repudiados pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos

O Conselho Nacional de Direitos Humanos aprovou, na sua 41ª Reunião Plenária, realizada nos dias 17 e 18 de outubro de 2018, uma nota pública que expressa posição contrária ao veto do Presidente Michel Temer à criação de uma Autoridade Nacional

de Proteção de Dados prevista no Projeto de Lei que criou a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Segundo a nota do Conselho, o veto realizado pelo governo federal à criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, aprovada por unanimidade no Congresso Nacional, pode comprometer a implementação e o monitoramento da recém-criada legislação. “O impedimento à criação de uma Autoridade, com autonomia administrativa, independência financeira, bem como capacidade técnica adequada, pode significar a ausência de medidas preventivas e de repressão à violação de direitos, o que justamente se visou obter com a criação da norma”, diz o colegiado na nota.

Na prática, o Conselho entende que o artigo vetado deixa as pessoas mais expostas e, “diante da abstração e complexidade dos modelos de tratamento de dados, sem capacidade de análise, identificação e denúncia de violação de direitos ou quem possa zelar por elas”.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/outubro/vetos-a-lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais-sao-repudiados-pelo-conselho-nacional-de-direitos-humanos>

DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

OUTUBRO/2017

CNDH recomenda instalação de Comissão para tramitar do Projeto de Lei nº 6.670/2016, que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA)

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos também deliberou, na sua 31ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 25 e 26 de outubro de 2017 em Brasília, pela aprovação da Recomendação nº 9/2017, que solicita ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, imediata instalação da Comissão Especial Temporária que vai dar seguimento à tramitação do Projeto de Lei nº 6.670/2016, que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA).

O documento também recomenda aos integrantes do Congresso Nacional a aprovação do P L nº 6.670/2016, bem como a rejeição dos Projetos de Lei nº 6.299/2002, nº 3.200/2015 e de todas as outras proposições legislativas que representam ameaça à proteção do direito à alimentação adequada e à saúde em decorrência do uso de agrotóxicos.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-recomenda-instalacao-de-comissao-para-tramitar-do-projeto-de-lei-no-6-670-2016-que-institui-a-politica-nacional-de-reducao-de-agrotoxicos-pnara>

DEZEMBRO/2017

CNDH aprova resolução sobre direito à alimentação de detentas gestantes, lactantes e com filhos e filhas

O CNDH aprovou, em sua 33ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília nos últimos dias 6 e 7 de dezembro de 2017, a Resolução nº 9/2017, que trata do Direito Humano à Alimentação Adequada de mulheres e adolescentes em privação de liberdade, em especial gestantes, lactantes e com filhos e filhas.

Para o colegiado, qualquer imposição de fome e sede às mulheres e adolescentes em Privação de Liberdade, sobretudo a título de punição ou como forma de condicionar comportamentos, é considerada tortura, por isso, o colegiado defende a aplicação de medidas alternativas à privação de liberdade como medida de prevenção à tortura.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-aprova-resolucao-sobre-direito-a-alimentacao-de-detentas-gestantes-lactantes-e-com-filhos-e-filhas>

MARÇO/2018

Conselho Nacional dos Direitos Humanos identifica violações de direitos na Penitenciária Feminina do Distrito Federal

Inaugurando o mês de março, mês da mulher, e com o objetivo de monitorar o cumprimento da Resolução nº 9/2017, que trata do direito à alimentação adequada de mulheres e adolescentes em privação de liberdade, em especial gestantes, lactantes e com filhos e filhas, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos realizou visita, na tarde do dia 1º de março de 2018, à Penitenciária Feminina do Distrito Federal, a Colmeia.

Por meio de vistorias e conversas com dirigentes, responsáveis técnicos e com as próprias mulheres privadas de liberdade da penitenciária, a missão identificou violações de direitos que vão desde quantidade significativa de presas provisórias, a comida estragada, não refrigerada, e falta de acesso à alimentação adequada.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-identifica-violacoes-de-direitos-na-penitenciaria-feminina-do-distrito-federal>

MAIO/2018

Para Conselho Nacional dos Direitos Humanos, PL 6299/02 (Pacote do Veneno) banaliza uso de agrotóxicos no Brasil

No dia 8 de maio de 2018, diante da previsão para a comissão especial da Câmara que analisa o Projeto de Lei nº 6299/02, conhecido como Pacote do Veneno, avaliar se o projeto segue ou não para votação no Plenário da casa, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos se posiciona recomendando a rejeição do PL 6299/2002 e de todas as outras proposições legislativas que representam ameaça à proteção do direito à alimentação adequada e à saúde em decorrência do uso de agrotóxicos. A solicitação consta na Recomendação nº 9/2017, aprovada em outubro de 2017 pelo colegiado.

Para o Conselho, o projeto banaliza o impacto do uso dos agrotóxicos no Brasil e, se for aprovado, tornará o Brasil, que já é um dos campeões mundiais em uso de agrotóxicos, ainda mais permissivo quanto à fabricação, comercialização e o uso abusivo dessas substâncias.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/para-conselho-nacional-dos-direitos-humanos-pl-6299-02-pacote-do-veneno-banaliza-uso-de-agrotoxicos-no-brasil>

AGOSTO/2018

CNDH divulga relatório de missão sobre direito à alimentação em penitenciária feminina do DF

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos realizou em março de 2018 uma missão à Penitenciária Feminina do Distrito Federal, a Colmeia. A partir de denúncias feitas pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), a missão teve como foco o direito à alimentação de detentas gestantes, lactantes e com filhos e filhas. Na incursão, o Conselho identificou uma série de violações, que resultaram em um relatório, aprovado na última reunião do pleno do colegiado, realizada no dia oito de agosto.

Foram verificadas as condições gerais de distribuição e consumo da alimentação e da água potável; as condições de gestação, parto e pós-parto (direitos sexuais e reprodutivos); a permanência ou não das crianças na unidade, dentre outros procedimentos.

Entre as conclusões, o grupo observou que a decisão do STF, que determinou a substituição da prisão preventiva pela domiciliar para mulheres grávidas e mães de crianças com até 12 anos, não vinha sendo cumprida. Além disso, as detentas não têm acesso adequado à água potável, são oferecidos alimentos em condições de higiene duvidosas, as refeições são monótonas e incompletas em termos de uma alimentação adequada e saudável, principalmente para gestantes e lactantes. Também foi identificada a inexistência de local apropriado para a realização das refeições, sendo as custodiadas submetidas a situações degradantes para se alimentar.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-aprova-relatorio-da-missao-sobre-direito-humano-a-alimentacao-adequada-na-penitenciaria-feminina-do-distrito-federal>

NOVEMBRO/2018

Comitiva do CNDH identifica violações de direitos humanos em visita realizada ao Vale do Ribeira

O Conselho Nacional de Direitos Humanos esteve na região do Vale do Ribeira, em São Paulo, entre os dias 21 e 22 de novembro de 2018. O objetivo da visita foi ouvir a população local sobre relatos de que a região vem sofrendo com violações de direitos humanos.

Dentre as violações estão o uso indiscriminado e excessivo de agrotóxicos, a não titulação de terras de comunidades quilombolas, o rigor excessivo na fiscalização ambiental em relação aos pequenos agricultores e quilombolas e a negação do acesso a serviços básicos como saúde, educação e transporte escolar.

A presidenta do Conselho, Fabiana Severo, e o coordenador da Comissão Permanente Direito ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social, Leonardo Pinho, realizaram escutas ativas de lideranças de comunidades quilombolas do município de Eldorado, e uma reunião ampliada com agricultoras e agricultores familiares na cidade de Registro.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/dezembro/comitiva-do-cndh-identifica-violacoes-de-direitos-humanos-em-visita-realizada-ao-vale-do-ribeira>

INTERVENÇÃO FEDERAL

FEVEREIRO/2018

Conselho Nacional dos Direitos Humanos manifesta repúdio à intervenção militar no Rio de Janeiro e qualifica decisão como “completamente inadequada e ineficaz”

No dia 19 de fevereiro de 2018, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos divulgou nota manifestando extrema preocupação e repúdio à intervenção militar no Rio de Janeiro, decretada pelo Presidente da República, Michel Temer, na sexta (16). A medida está sendo utilizada pela primeira vez no país, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Para o CNDH, o decreto aprofunda a ruptura com a institucionalidade democrática do país, o estado de exceção, e traz graves ameaças à estabilidade democrática e aos direitos humanos.

No documento, o CNDH exige dos órgãos do Governo Federal e do Estado do Rio de Janeiro, Defensoria Pública e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que apresentem relatório e prestem contas sobre a atuação das Forças Armadas já realizada no Estado. Também destaca que a solução para a crise na segurança pública dos estados deve ser discutida amplamente com a sociedade, e afirma que irá aprofundar o bate e deliberar por ações, em âmbito nacional e internacional, que busquem o fortalecimento da democracia.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-manifesta-repudio-a-intervencao-militar-no-rio-de-janeiro-e-qualifica-decisao-como-201ccompletamente-inadequada-e-ineficaz201d-1>

MARÇO/2018

Conselho Nacional dos Direitos Humanos deve questionar Estado sobre intervenção no Rio de Janeiro

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) realizaram, no dia 5 de março de 2018, na sede do Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, uma reunião de trabalho emergencial sobre o monitoramento das violações de direitos humanos decorrentes da intervenção militar no Rio de Janeiro.

A reunião contou com a participação de entidades da sociedade civil e instituições públicas ligadas à temática. Diversas situações

de violações de direitos e de insegurança jurídica foram relatadas pelas organizações presentes. A falta de determinação clara dos fundamentos jurídicos e normativos que lastreiam as medidas que vêm sendo implementadas foi identificada como a principal causa desta insegurança jurídica.

A reunião definiu que o CNDH deveria questionar não apenas o presidente da República, mas também o Poder Legislativo e o Sistema de Justiça sobre a medida. Também foi definido que o colegiado solicitasse audiência com a Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, para manifestar seu repúdio e preocupação com a intervenção militar no Rio de Janeiro e solicitar alguma ação do MPF questionando o decreto que estabelece a medida.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-deve-questionar-estado-sobre-intervencao-no-rio-de-janeiro>

AGOSTO/2018

CNDH cobra de Temer informações sobre violações de direitos humanos na Intervenção do Rio de Janeiro

Diante do agravamento da situação do Rio de Janeiro, o Conselho Nacional de Direitos Humanos encaminhou, no dia 23 de agosto de 2018, ofício ao Presidente Michel Temer cobrando os limites e os resultados da intervenção federal bem como informações sobre as notícias de abusos e violações de direitos humanos cometidos pelas Forças Armadas atingindo a população civil no estado.

Um outro ofício foi encaminhado ao Ministro dos Direitos Humanos (MDH), Gustavo do Vale Rocha, pedindo informações sobre o Observa Rio, um observatório vinculado ao MDH e que reúne especialistas, representantes da sociedade civil e membros de movimentos sociais e tem como objetivo monitorar o respeito aos direitos humanos durante o período da intervenção.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-cobra-de-temer-informacoes-sobre-violacoes-de-direitos-humanos-na-intervencao-do-rio-de-janeiro>

SETEMBRO/2018

Em nota pública, CNDH recomenda banimento do “caveirão aéreo”

Em reunião realizada nos dias 12 e 13 de setembro de 2018, o Conselho Nacional de Direitos Humanos aprovou uma nota de repúdio ao uso do helicóptero da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro, chamado “caveirão aéreo”. Segundo o CNDH, a pretexto de garantir segurança pública, promove intimidação, assédio moral, tortura e racismo institucional contra a população das favelas.

Os caveirões - carros e helicópteros blindados, que foram, a princípio, apresentados como um instrumento de apoio nas operações - tornaram-se armas de combate e ataque à vida, que ameaçam os direitos da população residente das favelas.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/em-nota-publica-cndh-recomenda-banimento-do-caveirao-aereo>

CASO MARIELLE FRANCO

MARÇO/2018

Conselho Nacional dos Direitos Humanos vai ao Rio de Janeiro acompanhar investigações sobre execução de Marielle Franco e Anderson Gomes. Para o colegiado, execução da vereadora Marielle Franco demanda investigação séria, imparcial e aprofundada

Uma comitiva do Conselho Nacional dos Direitos Humanos foi ao Rio de Janeiro no dia 16 de março de 2018, em missão emergencial, para acompanhar as investigações relacionadas ao crime de execução da vereadora carioca Marielle Franco e do motorista Anderson Pedro Gomes, ocorrido na noite do dia 14 de março no centro do Rio de Janeiro.

A comitiva prestou solidariedade aos familiares das vítimas e testemunhas do caso, e se reuniu com organizações da sociedade civil e instituições públicas incumbidas da defesa de direitos humanos e da apuração ou acompanhamento do crime, como o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Para o Conselho, o assassinato foi brutal, chocante e emblemático, que demanda uma investigação séria, imparcial e aprofundada. Também pôde ser compreendido como um ataque à democracia

por calar uma voz que vem das bases e que se colocava em defesa dos direitos humanos.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/para-conselho-nacional-dos-direitos-humanos-execucao-da-vereadora-marielle-franco-demanda-investigacao-seria-imparcial-a-aprofundada>

AGOSTO/2018

Após missão no Rio de Janeiro, CNDH seguirá cobrando atuação de órgãos responsáveis pelas investigações do caso Marielle e Anderson Gomes pelo monitoramento da intervenção federal

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos esteve mais uma vez em missão no Rio de Janeiro entre os dias 28 e 30 de agosto de 2018. Esta foi a terceira visita do CNDH ao Rio desde o início da intervenção federal. O objetivo dessa vez foi averiguar as denúncias de violações de direitos humanos decorrentes da intervenção no estado e também a investigação dos assassinatos da vereadora Marielle Franco e de Anderson Pedro Gomes, que ocorreram em março deste ano.

O Conselho se comprometeu a seguir monitorando e cobrando a atuação de órgãos com responsabilidade no acompanhamento da intervenção federal no Rio de Janeiro.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/setembro/apos-missao-no-rio-de-janeiro-cndh-seguira-cobrando-atuacao-de-orgaos-responsaveis-pelas-investigacoes-do-caso-marielle-e-pelo-monitoramento-da-intervencao-federal>

DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA

MAIO/2017

CNDH aprova nota de repúdio ao Decreto Presidencial de 24 de maio, que autoriza o emprego das Forças Armadas para “Garantia da Lei e da Ordem” no Distrito Federal

No dia 24 de maio de 2017, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos emitiu nota de repúdio ao uso das Forças Armadas para reprimir manifestação de movimentos sociais realizada na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, na mesma data.

Para o Conselho, a manifestação contra a retirada de direitos constitucionalmente assegurados é legítima, e a repressão policial contra os manifestantes compromete a estabilidade das instituições democráticas e republicanas deste país.

O Conselho repudiou, igualmente, a extensão dos efeitos do Decreto Presidencial de 24 de maio de 2017 por uma semana, já que é de conhecimento público que o ato foi convocado apenas para a tarde do dia 24 de maio, o que caracteriza inadmissível Estado de Sítio de fato.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/notas-publicas/nota-de-repudio-forcas-armadas/view>

JUNHO/2017

CNDH questiona Ministérios Públicos sobre mortes provocadas pela polícia e controle externo da atividade policial

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos encaminhou, no dia 30 de junho de 2017, ofício ao presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e aos procuradores gerais de justiça de todo o país, com questionamentos sobre as mortes provocadas pela polícia e o controle externo da atividade policial pelos Ministérios Públicos Estaduais e do Distrito Federal.

O ofício se referêcia na Resolução nº 129/2015, do próprio CNMP, que disciplina a investigação nos casos de morte resultante de atuação policial, e na Resolução nº 8/2012, do então Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), que recomenda o fim dos registros de mortes decorrentes de intervenção policial por meio de autos de resistência.

Dentre as perguntas, o CNDH questiona se a Resolução nº 129/2015 do CNMP está sendo integralmente implementada pelos Ministérios Públicos Estaduais e do Distrito Federal e quais os mecanismos de monitoramento do CNMP para a implementação da Resolução.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-questiona-ministerios-publicos-sobre-mortes-provocadas-pela-policia-e-controle-externo-da-atividade-policial>

JULHO/2017

CNDH realiza missão para acompanhar desdobramentos da Operação Alcateia, que investiga chacina que vitimou mais de 30 pessoas em julho de 2015 em Manaus

Após o registro de mais de 30 homicídios entre os dias 17 e 19 de julho de 2015, em Manaus, onde há suspeita de que vítimas tenham sido assassinadas por suposto grupo de extermínio com possível envolvimento de policiais, representantes da Comissão Direitos Humanos e Segurança Pública do Conselho Nacional dos Direitos Humanos foram a Manaus nos 31 de julho e 1º de agosto de 2017, em missão, para acompanhar os desdobramentos da investigação da chacina, conhecida como Operação Alcateia.

Integrantes da missão reuniram-se com representantes da sociedade civil e do poder público que acompanham o caso, e também com o Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Humana do Amazonas.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-realiza-missao-para-acompanhar-desdobramentos-da-operacao-alcateia-investigacao-de-chacina-que-vitimou-mais-de-30-pessoas-em-julho-de-2015-em-manaus>

AGOSTO/2017

CNDH realiza missão a Belém para acompanhar investigação da chacina que vitimou 10 jovens em 2014

Nos dias 15 e 16 de agosto de 2017, representantes do Conselho Nacional dos Direitos Humanos foram em missão a Belém para acompanhar os desdobramentos da investigação da chacina que ocorreu entre a noite e a madrugada dos dias 4 e 5 de novembro de 2014 na capital paraense, em que 10 jovens foram assassinados.

Na missão, integrantes do CNDH realizaram audiências com autoridades públicas locais, dentre elas o Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Pará e o Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, além de reuniões com organizações da sociedade civil e com familiares das vítimas para monitorar violações de direitos humanos decorrentes de todo o processo.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-realiza-missao-a-belem-para-acompanhar-investigacao-da-chacina-que-vitimou-10-jovens-em-2014>

AGOSTO/2018

CNDH cobra de Temer informações sobre violações de direitos humanos na Intervenção do Rio de Janeiro

Diante do agravamento da situação do Rio de Janeiro, o Conselho Nacional de Direitos Humanos encaminhou, em agosto de 2018, ofício ao Presidente Michel Temer cobrando os limites e os resultados da intervenção federal bem como informações sobre as notícias de abusos e violações de direitos humanos cometidos pelas Forças Armadas atingindo a população civil no estado.

Um outro ofício foi encaminhado ao Ministro dos Direitos Humanos (MDH), Gustavo do Vale Rocha, pedindo informações sobre o Observa Rio, um observatório vinculado ao MDH e que reúne especialistas, representantes da sociedade civil e membros de movimentos sociais e tem como objetivo monitorar o respeito aos direitos humanos durante o período da intervenção.

Link: <https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos/photos/a.249886872041404/674382452925175/?type=1&theater>

MARÇO/2017

CNDH aprova manifestação em repúdio à criminalização dos movimentos sociais e de militantes

Na Plenária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos que ocorreu nos dias 9 e 10 de março de 2017, foi aprovada manifestação em repúdio à criminalização dos movimentos sociais e de militantes que, de acordo com o colegiado, tem crescido nos últimos anos e atingindo níveis ameaçadores para a #democracia.

Como exemplo, o CNDH denuncia a prisão da jovem Fabiana Braga, de 22 anos, militante do MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra presa em novembro de 2016, durante a Operação Castra.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-aprova-manifestacao-em-repudio-a-criminalizacao-dos-movimentos-sociais-e-de-militantes>

ABRIL/2017

CNDH repudia ação policial que resultou na morte do jovem Edvaldo Alves, de 19 anos, numa manifestação em Itambé, Pernambuco

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos se manifestou em repúdio à ação policial que resultou na morte do jovem Edvaldo Alves, de 19 anos, numa manifestação contra a violência realizada

na cidade de Itambé, Pernambuco, no dia 17 de março de 2017. O jovem morreu no dia 11 de abril, devido a complicações no ferimento causado pela bala de borracha disparada pela polícia.

Em nota publicada no dia 11, o CNDH também requer do governo do estado e das demais autoridades competentes a devida apuração do caso, com responsabilização dos envolvidos. Na nota, o CNDH reitera o que já havia recomendado na Resolução nº 06, de 18 de junho de 2013, sobre a garantia de direitos humanos e aplicação do princípio da não violência no contexto de manifestações e eventos públicos, bem como na execução de mandados judiciais de manutenção e reintegração de posse.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-repudia-acao-policial-em-manifestacao-que-resultou-na-morte-do-jovem-edvaldo-alves-de-19-anos-em-itambe-pernambuco>

DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS E CRIMINALIZAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS

FEVEREIRO/2018

Em nota, CNDH alerta sobre o crescimento da violência contra defensoras e defensores de direitos humanos

Em nota aprovada pelo Plenário no dia 31 de janeiro de 2018, o CNDH alertou sobre o crescimento da violência contra defensoras e defensores de direitos humanos, especialmente vinculada a conflitos fundiários; contra povos indígenas, e para a quantidade de chacinas ocorridas em 2017. “As execuções em Colniza/MT (nove trabalhadores), Pau D’arco/PA (nove trabalhadores e uma trabalhadora) e Vilhena/RO (três trabalhadores), demonstram um ataque indiscriminado à luta pelos direitos humanos, especialmente vinculados às questões agrárias no Brasil”, diz a nota.

“O ano de 2018 começa com o assassinato de dois defensores de direitos humanos (execuções ocorridas em Anapu/PA e Iramaia/BA), o assassinato de dois professores indígenas (mortos a pauladas, em Penha/SC, e por apedrejamento, em Confresa/MT) além de um atentado por arma de fogo contra um indígena Munduruku em Itaituba/PA. São casos que apontam para um quadro gravíssimo de violência que requer urgente e necessária proteção e garantia dos direitos humanos”, destaca o documento do CNDH.

O colegiado também destaca que, “paralelo a este crescimento nos dados sobre a violência no campo, o Estado brasileiro tem tomado medidas que, na contramão dos direitos humanos, podem agravar um quadro que já é extremamente grave”, citando a Medida Provisória 759/2016 (altera a política de reforma agrária), a redução orçamentária para políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, a paralisação das demarcações dos territórios indígenas e quilombolas, dentre outras questões.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-manifesta-preocupacao-quanto-a-aumento-da-violencia-em-conflitos-no-campo>

MAIO/2018

CNDH manifesta preocupação com restrição do direito à livre manifestação e criminalização dos movimentos sociais

Na Plenária realizada em Brasília nos dias 9 e 10 de maio de 2018, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos se manifestou sobre o Recurso Extraordinário 806.339, em pauta no Supremo Tribunal Federal (STF), que trata da exigência de aviso prévio a autoridades competentes para a organização de reuniões públicas.

Para o CNDH, o que está em jogo neste caso é a discussão sobre o direito às liberdades de expressão, reunião e manifestação, sendo maior a preocupação do colegiado quanto à possibilidade de interpretações restritivas acerca da necessidade de aviso prévio. De acordo com o CNDH, a depender do conteúdo da decisão, a exigência de aviso prévio pode impor uma série de dificuldades ao exercício das liberdades de expressão, reunião e manifestação e, conseqüentemente, à ocorrência de qualquer tipo de reunião - desde encontros artísticos até protestos sociais - que podem passar a ser considerados ilícitos a depender do conteúdo da decisão.

Ainda na temática do direito à manifestação, e diante do contexto de retrocessos de direitos e de criminalização de movimentos sociais, o CNDH solicitou audiência com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para tratar do Projeto de Lei nº 9.604/2018, de autoria do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS), que altera a Lei de 13.260/16 (Lei de Terrorismo). O Conselho também se posiciona pela não-aprovação do regime de urgência do PL nº 9.604/18, para que seja garantido o debate público e democrático acerca do seu conteúdo.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-manifesta-preocupacao-com-restricao-do-direito-a-livre-manifestacao-e-criminalizacao-dos-movimentos-sociais>

JUNHO/2018

Em reunião com CNDH, Maia se compromete a não pautar projeto de lei que altera Lei de Terrorismo

No dia 6 de junho de 2018, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos se reuniu com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, para tratar do Projeto de Lei nº 9.604/2018, de autoria do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS), que altera a Lei nº 13.260/16 (Lei de Terrorismo), e de outros projetos de lei que retrocedem no direito à manifestação.

O CNDH demandou do presidente a não aprovação do regime de urgência dos projetos de lei, para que seja garantido o debate público e democrático quanto ao conteúdo das propostas. Também solicitou o arquivamento dos projetos, já que “violam o direito à liberdade de expressão, à livre manifestação e associação, fundamentos basilares da democracia”, destaca a presidenta do colegiado, Fabiana Severo, que representou o colegiado na audiência.

Maia se comprometeu categoricamente a não pautar esses projetos enquanto estiver na presidência da Câmara. Também participaram da audiência representantes das organizações Rede Justiça Criminal, Comissão Pastoral da Terra, Artigo 19, Terra de Direitos e da Jusdh – Articulação Justiça e Direitos Humanos. Em maio, mais de 150 organizações assinaram um manifesto alertando para o conteúdo autoritário das propostas e solicitando que os parlamentares não autorizem a tramitação do regime de urgência do PL 9.604/18.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/junho/em-reuniao-com-cndh-maia-se-compromete-a-nao-pautar-projeto-de-lei-que-altera-lei-de-terrorismo>

JULHO/2018

CNDH participa de seminário sobre criminalização do direito à manifestação

Na semana da condenação de 23 manifestantes que participaram, em 2013, de protestos contra a realização da Copa do Mundo no Brasil, a presidenta do Conselho Nacional de Direitos Humanos,

Fabiana Severo, participou de um seminário sobre criminalização do direito à manifestação e dos direitos humanos em São Paulo.

O Seminário, que contou também com a participação do relator especial para o direito à liberdade de associação pacífica e associação da Organização das Nações Unidas (ONU) Clément Nyaletsossi Voulé, aconteceu no dia 19 de julho de 2018 e foi organizado pela Artigo 19, Conectas Direitos Humanos e o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/julho/cndh-participa-de-seminario-sobre-criminalizacao-do-direito-a-manifestacao>

ABRIL/2017

CNDH e Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos dialogam sobre instituição nacional de direitos humanos

A Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos se reuniu, no dia 25 de abril de 2017, em Brasília, com as representantes do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) Ana Paula Souza e Angela Pires, para dialogar sobre o processo de credenciamento das instituições nacionais de direitos humanos no âmbito da ONU e os desafios a serem superados para que o Conselho seja reconhecido como Instituição Nacional de Direitos Humanos do Brasil.

Durante a reunião, o Presidente do Conselho, Darci Frigo, destacou a autonomia política da atuação do CNDH, bem como sua capilaridade e ampla participação social. Falou sobre as ações do colegiado orientadas pelos Princípios Relativos ao Status das Instituições Nacionais de Direitos Humanos, Princípios de Paris, e pontuou os desafios relacionados à autonomia administrativa do órgão. Também foram sugeridas agendas para maior articulação do CNDH com a ONU e demais instituições nacionais de direitos humanos do mundo.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-e-alto-comissariado-das-nacoes-unidas-para-os-direitos-humanos-dialogam-sobre-instituicao-nacional-de-direitos-humanos>

SETEMBRO/2017

CNDH participa da 36ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, na Suíça

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos participou da 36ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que aconteceu em Genebra, na Suíça, de 19 a 22 de setembro de 2017. O CNDH foi representado pela sua vice-presidenta, Fabiana Severo, que participou da reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU e apresentou a posição do Brasil sobre as recomendações da Revisão Periódica Universal (RPU).

Fabiana também participou do evento paralelo “Revisão Periódica Universal do Brasil: os desafios da implementação das recomendações”, realizado por organizações brasileiras de direitos humanos que acompanham o evento, inclusive o CNDH.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/aviso-de-pauta-cndh-participa-da-36a-sessao-do-conselho-de-direitos-humanos-das-nacoes-unidas-na-suica>

MONITORAMENTO E AÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES INTERNACIONAIS EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS

OUTUBRO/2017

CNDH participa de lançamento das diretrizes para proteção de observadores dos direitos humanos em protestos

No dia 5 de outubro de 2017, o Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), em parceria com outras instituições, dentre elas o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, lançou em São Paulo a versão em português do documento “Diretrizes para a Observação de Manifestações e Protestos Sociais”, um guia de assistência prática aos observadores de direitos humanos no contexto de manifestações e protestos sociais.

O documento foi elaborado em 2016, em conjunto com instituições nacionais de direitos humanos e Defensorias Públicas da América do Sul, com o objetivo de dar aos observadores e observadoras de direitos humanos os meios necessários para colaborar no exercício de suas funções. O CNDH participou ativamente do processo de elaboração destas diretrizes e foi representado, no evento de lançamento, pela sua vice-presidenta, Fabiana Severo.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-participa-de-lancamento-das-diretrizes-para-protecao-de-observadores-dos-direitos-humanos-em-protestos>

NOVEMBRO/2017

CNDH apresenta à Comissão Interamericana de Direitos Humanos o contexto de retrocessos e violações de direitos do Estado Brasileiro

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) entregou, no dia 13 de novembro de 2017, em Brasília, aos comissários da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) James Cavallaro e Esmeralda Arosemena, o relatório da missão do colegiado realizada nos dias 17 e 18 de agosto sobre o sistema socioeducativo do Ceará, que teve como objetivo monitorar as Medidas Cautelares 60-15 outorgadas pela Comissão Interamericana ao Estado Brasileiro em 31 de dezembro de 2015, tendo em vista a situação de gravidade e urgência das unidades de internação do sistema socioeducativo do estado.

O documento foi entregue pelo presidente do colegiado, Darci Frigo. Também foram entregues documentos com posicionamentos e recomendações do colegiado sobre a situação de retrocessos na pauta de direitos humanos no Brasil. Frigo participou ainda da reunião do comissário da CIDH, James Cavallaro, relator do organismo para o Brasil, com representantes da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e lideranças do quilombo Rio dos Macacos, território quilombola localizado em área de conflito com a Marinha. Representantes do Incra e da Fundação Cultural palmares também participaram da reunião.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-apresenta-a-comissao-interamericana-de-direitos-humanos-o-contexto-de-retrocessos-e-violacoes-de-direitos-do-estado-brasileiro>

DEZEMBRO/2017

CNDH participa de evento das Nações Unidas sobre “Empresas e Direitos Humanos”

Entre os dias 12 e 14 de dezembro de 2017, o conselheiro Leonardo Pinho participou, em Santiago do Chile, da Terceira Consulta Regional para América Latina e Caribe – Implementação dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. O evento foi promovido pelo Grupo de Trabalho para Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas, em parceria com o Escritório Regional do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos.

O evento discutiu o desenvolvimento e a implementação de mecanismos para uma conduta empresarial responsável e que assegure o respeito aos direitos humanos, a partir dos princípios orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Na ocasião, o conselheiro lembrou que o CNDH, em diversas recomendações e resoluções, tem denunciado um processo permanente de retrocesso nos direitos sociais e econômicos no Brasil, que passam pelo enfraquecimento do combate ao trabalho escravo, pela desregulamentação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, pelo aumento de práticas anti-sindicais e pela ampliação da violência contra populações tradicionais por grandes obras.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-participa-de-evento-das-nacoes-unidas-sobre-201cempresas-e-direitos-humanos201d>

FEVEREIRO/2018

CNDH participa de audiência sobre implementação das recomendações da ONU para proteção dos direitos humanos no Brasil

No dia 27 de fevereiro de 2018, a presidenta do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Fabiana Severo, participou da audiência pública “Revisão Periódica Universal no marco dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: por um plano nacional de monitoramento das recomendações”, realizada na sede da Procuradoria Geral da República, em Brasília.

A atividade teve como objetivo estimular o governo brasileiro a construir, com ampla participação da sociedade civil, um plano nacional de monitoramento das recomendações destinadas a

instituições do Legislativo, do Executivo e do Judiciário – nas esferas municipal, estadual e nacional. Durante a audiência, também foram apresentadas experiências internacionais no monitoramento de recomendações para efetivação de direitos humanos.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-participa-de-audiencia-sobre-implementacao-das-recomendacoes-da-onu-para-protecao-dos-direitos-humanos-no-brasil>

AGOSTO/2018

CNDH faz reunião com a Defensoria del Pueblo do Peru

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) participou, no dia 31 de agosto de 2018, em Lima, de uma reunião com um representante da Defensoria del Pueblo do Peru, que é uma organização reconhecida como Instituição Nacional de Direitos Humanos (INDH). Na ocasião, vice-presidente do colegiado, Darci Frigo, encontrou o Defensor del Pueblo, Percy Castillo Torres.

O objetivo do encontro foi conhecer o processo que fez com que a Defensoria fosse reconhecida como INDH na Categoria A e, também receber contribuições de como o CNDH pode construir sua institucionalidade em conformidade com os Princípios de Paris para que também possa se tornar um INDH.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-faz-reuniao-com-a-defensoria-del-pueblo-do-peru>

CNDH participa oficina sobre uso da Revisão Periódica Universal para monitoramento dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais

No dia 29 de agosto de 2018, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos participou, no Rio de Janeiro, de uma oficina do Consulado do Reino Unido e do IDDH - Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos sobre monitoramento dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais por meio da Revisão Periódica Universal da ONU, a RPU.

A atividade foi realizada no Centro Cultural Correios e o CNDH foi representado pela presidenta do órgão, Fabiana Severo.

A RPU é uma avaliação entre Estados (governos), que se avaliam mutuamente quanto à situação de direitos humanos, gerando um conjunto de recomendações. É um processo único

que compreende a avaliação periódica da situação de direitos humanos de todos os 193 Estados-membros das Nações Unidas.

Link: <https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos/photos/a.286416841721740/677782525918501/?type=3&theater>

OUTUBRO/2018

Em evento sobre Declaração Universal dos Direitos Humanos, conselheiro do CNDH lamenta morte de capoeirista e crescimento de “discursos de negação dos direitos humanos e do direito à vida”

No dia 10 de outubro de 2018, o conselheiro Gilberto Vieira representou o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) na abertura do Seminário “A Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, promovido pelo Ministério dos Direitos Humanos (MDH) em parceria com a Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República.

Vieira lembrou que, apesar da celebração dos 70 anos de Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 30 anos da Constituição Federal de 1988, o Brasil vê ganhar as ruas, no último período, o discurso na defesa das armas e a defesa da tortura “quando o artigo 5º da nossa Constituição é contra a tortura, essa forma vil de tratar a pessoa humana”. O conselheiro destacou o assassinato do mestre de capoeira e compositor Romualdo Rosário da Costa, de 63 anos, mais conhecido como Mestre Moa do Catendê, no dia 6, por um defensor do candidato à presidência do qual Moa afirmava discordar politicamente.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/outubro/em-evento-sobre-declaracao-universal-dos-direitos-humanos-conselheiro-do-cndh-lamenta-morte-de-capoeirista-e-crescimento-de-201cdiscursos-de-negacao-dos-direitos-humanos-e-do-direito-a-vida201d>

NOVEMBRO/2018

Em visita ao Brasil, Comissão Interamericana de Direitos Humanos realiza reunião com CNDH

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), veio ao Brasil entre os dias 5 e 12 de novembro de 2018 para verificar a ocorrência de violações de direitos humanos em diversas áreas do país.

A Comissão se reuniu com Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), no dia 05 de novembro, quando foram apresentadas, por parte do CNDH, preocupações relacionadas a aspectos específicos dentro da temática, como a restrição ao direito de manifestação e o aprofundamento da violência no campo e na cidade, mas também sobre questões estruturais, como a continuidade da política e das instituições de promoção e defesa dos direitos humanos.

O Conselho foi recebido pelos comissários Francisco José Eguigueren Praeli e Antonia Urrejola Nogueira, relatora para o Brasil, e pela relatora especial para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Soledad Garcia Muñoz. A CIDH realizou também missões aos estados da Bahia, Maranhão, Pará, Roraima, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, e Rio de Janeiro. Todos os estados visitados pela CIDH já haviam recebido visitas do CNDH.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/em-visita-ao-brasil-comissao-interamericana-de-direitos-humanos-realiza-reuniao-com-cndh>

CNDH aprova em Plenário proposta de acordo de cooperação com Parlamento do Mercosul

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) aprovou em sua 42ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 7 e 8 de novembro de 2018, a proposta de um Acordo de Cooperação com Parlamento do Mercosul, o Parlasul.

Esse acordo é resultado de uma reunião do CNDH com a Comissão de Direitos Humanos do Parlasul, realizada no Uruguai, que contou com a participação do Conselheiro Leonardo Pinho. O objetivo desse acordo é estreitar os laços de trabalho entre a Comissão de Direitos Humanos do Parlasul e o CNDH, estabelecendo uma estrutura de cooperação entre as partes para o desenvolvimento de atividades conjuntas que promovam e fortaleçam o respeito e a garantia dos direitos humanos no âmbito do processo de integração do Mercosul.

O texto, aprovado na Reunião Plenária do CNDH foi encaminhado também à Reunião Plenária do Parlasul para ser submetido à aprovação dos seus membros.

Nos termos do acordo, o ParlaSul valoriza o trabalho histórico desenvolvido pelo CNDH e o Conselho confirma sua disposição em contribuir, na medida de suas possibilidades e competências, para colaborar com o Parlamento em várias áreas relacionadas aos Direitos Humanos. Está previsto o desenvolvimento de ações

e projetos relacionados com a promoção e educação dos direitos humanos, a promoção da democracia e do estado de direito e o fortalecimento do processo de integração do bloco, por uma perspectiva dos direitos humanos.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-aprova-em-plenario-proposta-de-acordo-de-cooperacao-com-parlamento-do-mercosul>

DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

JANEIRO/2017

CNDH manifesta-se em relação ao massacre no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) manifestou através de nota pública indignação com o ocorrido no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus, onde uma rebelião deixou 56 detentos mortos no dia 1º de janeiro.

Na opinião do Conselho, o Estado brasileiro falhou no desenvolvimento de uma política de execução penal em consonância com parâmetros legais nacionais e internacionais e de proteção dos direitos humanos. Em outubro de 2016, em mapeamento realizado pelo CNDH a partir de relatos de conselhos estaduais e distrital de direitos humanos, o sistema prisional foi apontado como área de maior incidência de violações de direitos humanos no Brasil.

O CNDH destacou ainda a necessidade de adoção de medidas alternativas à privação de liberdade, realização de audiências de custódia e medidas de prevenção e combate à tortura, como absolutamente necessárias à mudança do quadro.

Link: <http://www.mdh.gov.br/sdh/noticias/2017/janeiro/cndh-aprova-nota-sobre-o-massacre-no-complexo-penitenciario-anisio-jobim-compaj-em-manaus>

CNDH participa de missão da Secretaria Especial de Direitos Humanos a Manaus, para acompanhar os desdobramentos do massacre nas penitenciárias da capital amazonense

A Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania promoveu diálogos e reuniões em Manaus para acompanhar os desdobramentos do massacre nas penitenciárias da capital do Amazonas em janeiro. Neste mês, unidades como o Complexo Penitenciário Anísio Jobim, os Centros de Detenção Provisória, o Instituto Penal Antônio Trindade e a Cadeia Pública Vidal Pessoa enfrentaram episódios de violência que resultaram em mais de 60 mortes, além de expor a fragilidade do sistema carcerário.

Além da Secretária, participaram da missão representantes da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e do Conselho Nacional de Direitos Humanos. A comitiva buscou promover o diálogo e a articulação entre os atores locais para discutir e sugerir propostas para enfrentar a questão.

A SEDH e outros órgãos componentes da comitiva se propuseram a permanecer em contato com os atores locais para manter o acompanhamento e continuar contribuindo com a solução da crise.

Link: <http://www.mdh.gov.br/sdh/noticias/2017/janeiro/em-manau-secretaria-especial-de-direitos-humanos-promove-a-articulacao-em-busca-de-solucoes-para-cri-se-carceraria>

FEVEREIRO/2017

CNDH se manifesta contra o emprego das Forças Armadas em unidades prisionais do país

Em posicionamento aprovado na sua 24ª Reunião Ordinária, que ocorreu em Brasília nos dias 2 e 3 de fevereiro de 2017, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) se manifesta contra o emprego das forças armadas no sistema prisional brasileiro, previsto no Decreto Presidencial Nº 17, de 17 de janeiro de 2017.

Para o CNDH, a medida, além de desvirtuar a função constitucional das Forças Armadas, não responderá aos enormes e complexos desafios do sistema prisional brasileiro – marcado pela superlotação carcerária e pelo descumprimento de patamares minimamente dignos para o cumprimento das penas, da segurança aos próprios presos, de seus visitantes e dos trabalhadores do sistema.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-se-manifesta-contr-a-emprego-das-forcas-armadas-em-unidades-prisionais-do-pais>

MARÇO/2017

CNDH já constatava “cenário de violações de direitos humanos e atentado à vida” em unidades do Sistema Socioeducativo de Pernambuco

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) publicou no dia 20 de março o Relatório Final da missão realizada nos dias 24 e 25 de novembro de 2016 ao Estado de Pernambuco, com o objetivo de acompanhar a ocorrência de violações de direitos humanos no Sistema Socioeducativo do Estado, após sequências de violações, rebeliões e mortes de adolescentes. Os ofícios com as recomendações aos órgãos do Executivo, do Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública Estadual com responsabilidade sobre o tema foram enviados formalmente pelo colegiado.

Segundo o CNDH, só entre os anos de 2012 e 2016, 40 adolescentes foram mortos em unidades socioeducativas de Pernambuco. Em março de 2017, ocorreram mais duas mortes de adolescentes no Centro de Atendimento Socioeducativo Abreu e Lima, situado na região metropolitana de Recife.

De acordo com o Relatório, a missão constatou “cenário de total desestruturação do sistema socioeducativo do Estado de Pernambuco, uma crise permanente, que se arrasta há anos, e que demanda respostas imediatas, de curto, médio e longo prazo”, que já vinha sendo denunciado pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Estado de Pernambuco, por organizações locais ligadas à promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente e pelo próprio CNDH.

Link: <http://www.mdh.gov.br/sdh/noticias/2017/marco/cndh-ja-constatava-201ccenario-de-violacoes-de-direitos-humanos-e-atentado-a-vida201d-em-unidades-do-sistema-socioeducativo-de-pernambuco>

ABRIL/2017

CNDH e CONANDA discutem crise no sistema socioeducativo com o governador de Pernambuco

No dia 19 de abril de 2017, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) se reuniram, no Recife, com o governador de Pernambuco, Paulo Câmara, para tratar do agravamento da crise do sistema socioeducativo pernambucano

que, de 2012 até o momento, registrou 46 assassinatos de adolescentes internos.

Na ocasião, foi novamente entregue o relatório final da missão de novembro de 2016, que constatou “cenário de total desestruturação do sistema socioeducativo do Estado de Pernambuco, uma crise permanente, que se arrasta há anos, e que demanda respostas imediatas, de curto, médio e longo prazo”. Foram reiteradas também na ocasião, as recomendações do relatório, como “ações firmes por parte do governo estadual, em diálogo com o legislativo, com os municípios, com o Ministério Público, Defensoria e, sobretudo, com o Poder Judiciário”.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-e-conanda-discutem-crise-no-sistema-socioeducativo-com-o-governador-de-pernambuco-1>

AGOSTO/2017

Conselho Nacional dos Direitos Humanos realiza missão para monitorar sistema socioeducativo cearense

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) realizou missão em Fortaleza, nos dias 17 e 18 de agosto de 2017, para monitorar o cumprimento das Medidas Cautelares 60-15, determinadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) ao Estado brasileiro em 31 de dezembro de 2015. As Medidas têm por objeto a grave situação do sistema socioeducativo no estado do Ceará, em especial das unidades de internação masculina Centro Educativo Patativa do Assaré, Centro Educacional São Miguel e Centro Educativo Dom Bosco.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-realiza-missao-para-monitorar-sistema-socioeducativo-cearense>

OUTUBRO/2017

CNDH aprova nota de repúdio à proibição de visitas íntimas no sistema penitenciário federal

No dia 27 de setembro de 2017, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos aprovou nota de repúdio à proibição de visitas íntimas no sistema penitenciário federal, expressa na Portaria nº 718, de 28 de agosto de 2017, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

De acordo com o CNDH, a pretexto de regulamentar o previsto no art. 95 do Regulamento Penitenciário Federal (Decreto nº 6.049/2007), a referida Portaria, na prática, suprimiu o direito de visitas íntimas da quase totalidade das pessoas mantidas em penitenciárias federais.

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/mocoos/2017.09.27NotaCNDHvisitaintimaSPF_aprovada.pdf

NOVEMBRO/2017

Conselho Nacional dos Direitos Humanos publica relatório sobre Sistema Socioeducativo do Ceará e diz que Medidas Cautelares outorgadas pela CIDH não foram implementadas

O relatório conjunto do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), publicado no dia 16 de novembro de 2017 pelo CNDH, recomenda, entre outras medidas, que o Ministério Público Estadual do Ceará (MPE-CE) adote medidas cabíveis contra o Governador do estado considerando as graves violações de direitos humanos constatadas contra os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, que poderiam, na avaliação do CNDH, constituir improbidade.

O documento também recomendou que o MPE-CE representação contra o Superintendente Estadual de Atendimento Socioeducativo por ato de improbidade administrativa; apuração dos inquéritos sobre os homicídios de adolescentes internos e instauração de procedimentos investigatórios sobre as denúncias de tortura e maus tratos sofridos pelos adolescentes nas unidades e no exercício do controle externo da atividade policial.

O relatório foi entregue no dia 13 de novembro em Brasília aos comissários da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) James Cavallaro e Esmeralda Arosemena que estavam no país em agenda oficial. O relatório foi novamente apresentado aos comissionários no dia 17, em Fortaleza, na reunião com os petionários das Medidas Cautelares junto à CIDH: Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (Cedeca Ceará), Fórum Permanente de ONGs de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Fórum DCA) e Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced).

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/conselho-nacional-dos-direitos-humanos->

afirma-em-relatorio-sobre-sistema-socioeducativo-do-ceara-que-medidas-cautelares-outorgadas-pela-cidh-nao-foram-implementadas-1

JANEIRO/2018

Conselho Nacional dos Direitos Humanos manifesta repúdio à resolução que busca alterar diretrizes para a arquitetura penal no Brasil

O Plenário do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), reunido nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2018, também aprovou manifestação de repúdio à Resolução nº 6 de 07 de dezembro de 2017 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), que flexibiliza as Diretrizes Básicas para a Arquitetura Penal, estabelecidas na Resolução nº 09 de 18 de novembro de 2011 do mesmo órgão.

De acordo com o CNDH, a Resolução nº 09/2011 foi elaborada com base em um conjunto de referências orientadoras internacionais e nacionais sobre os padrões de custódia de pessoas privadas de liberdade, além de fruto de ampla consulta à sociedade civil. Já a Resolução nº 6/2017, segundo o CNDH, suprime as áreas mínimas de quase totalidade dos módulos e propõe alterações que não contemplam estudos técnicos elaborados por especialistas em arquitetura e engenharia penal, nem diálogos com responsáveis por políticas intersetoriais ou realizadas consultas públicas.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/mocoes/NotaderepdioreoluodoCNPCCP.pdf>

SETEMBRO/2018

CNDH e Mecanismo Nacional de Prevenção Combate à Tortura visitam unidades do sistema socioeducativo de Goiás

O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) participou, de 26 a 28 de setembro de 2018, de uma visita de inspeção aos estabelecimentos do sistema socioeducativo estado de Goiás. A missão foi organizada pelo Mecanismo Nacional de Prevenção Combate à Tortura (MNPCT) e teve como foco os estabelecimentos de privação de liberdade de uma forma geral, incluindo o Centro de Atendimento Socioeducativo de Goiânia (CASE) e Centro de Internação Provisória (CIP).

Para além de acompanhar o MNPCT nas inspeções às duas unidades do sistema socioeducativo, CASE e CIP, o CNDH participou

também das reuniões com representantes do Governo do Estado de Goiás, que foram realizadas com o secretário estadual de assuntos estratégicos, com a Secretaria de Cidadania e com o Grupo Executivo de Apoio à Criança e ao Adolescente, o Gcria.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos tem em sua composição uma Comissão Permanente Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade e acompanha de perto a temática. Um relatório com a avaliação da missão e que contenham recomendações aos órgãos responsáveis por sanar os problemas encontrados será elaborado pelas entidades que compuseram a missão.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/outubro/cndh-e-mecanismo-nacional-de-prevencao-combate-a-tortura-visitam-unidades-do-sistema-socioeducativo-de-goias>

NOVEMBRO/2018

Racismo, prisão e violência são temas de audiência pública do CNDH

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), dentre as atividades da sua 42ª Reunião Ordinária, que ocorreu em Brasília entre os dias 5 e 8 de novembro DE 2018, realizou A audiência pública: “Racismo Institucional no Brasil: Polícias, Sistema de Justiça e Sistema Prisional”.

A audiência foi realizada no dia 6, no Memorial do Ministério Público Federal, e abordou casos emblemáticos por meio da escuta de vítimas e parentes de vítimas de violações de direitos humanos e de denúncias de organizações da sociedade civil. Também foram ouvidos posicionamentos de representantes do Estado brasileiro.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/racismo-prisao-e-violencia-sao-temas-de-audiencia-publica-do-cndh>

NOVEMBRO/2018

CNDH aprova Recomendação contra privatização do sistema prisional

O Plenário do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, reunido em Brasília nos dias 7 e 8 de novembro de 2018, aprovou Recomendação contra a privatização do sistema prisional,

proposta pelo Projeto de Lei nº 9.054/2017 e por outras iniciativas de natureza legislativa, política ou administrativa.

No documento, o CNDH recomenda aos governos estaduais, distrital e federal a não privatização dos serviços relacionados à custódia de pessoas presas, “especialmente no que tange às atividades de administração prisional, disciplina, segurança, transporte, assistência jurídica, médica, psicológica e social”.

Para o CNDH, a privatização tende a aumentar a precarização das relações sociais e de trabalho da categoria de agentes penitenciários e da área técnica penitenciária, favorecendo violações de direitos trabalhistas e ausência de controle na formação de uma função que demanda condições subjetivas e preparo técnico específico.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-aprova-recomendacao-contraprivatizacao-do-sistema-prisional>

DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

JANEIRO/2017

CNDH participa de audiência sobre criação, implementação e aprimoramento de políticas públicas para pessoas em situação de rua

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) participou, no dia 26 de janeiro de 2017, em Brasília, no auditório da sede da Procuradoria da República no Distrito Federal, de uma audiência pública sobre criação, implementação e aprimoramento de políticas públicas para pessoas em situação de rua.

No encontro, de forma direta ou por meio de representantes, pessoas que vivem em situação de rua expuseram suas dificuldades a porta vozes de órgãos públicos, que informaram sobre projetos e encaminhamentos que já estão sendo feitos para essa população.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-participa-de-audiencia-sobre-criacao-implementacao-e-aprimoramento-de-politicas-publicas-para-pessoas-em-situacao-de-rua>

OUTUBRO/2017

Missão do CNDH pauta direitos da população em situação de rua em Alagoas

Nos dias 19 e 20 de outubro de 2017, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) realizou missão em Maceió, Alagoas, para tratar dos direitos da população em situação de rua naquele estado. A missão foi uma deliberação da 30ª Reunião Ordinária do colegiado, realizada nos dias 27 e 28 de setembro, por proposição da Comissão Permanente Direitos da População em Situação de Rua, que recebeu denúncias de que o número de homicídios contra a população em situação de rua havia aumentado muito neste ano de 2017 (no intervalo de apenas um mês, entre julho e agosto deste ano, foram registrados seis homicídios contra moradores de rua em Maceió.)

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/missao-do-cndh-pauta-direitos-da-populacao-em-situacao-de-rua-em-alagoas>

MAIO/2018

Em Porto Alegre, missão do CNDH verifica denúncia sobre expulsão de pessoas em situação de rua de acampamentos

Nos dias 8 e 9 de maio de 2018, o CNDH esteve em missão na cidade de Porto Alegre para verificar a ocorrência de violações de direitos humanos resultantes da expulsão de pessoas em situação de rua de seus acampamentos. De acordo com denúncia apresentada ao Conselho, a ação aconteceu em março de 2018.

Durante a missão, foram realizadas audiências com órgãos públicos, e organizações da sociedade civil, além de audiência pública sobre a questão na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Link: <https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos/photos/a.249886872041404/586049305091824/?type=3&theater>

MAIO/2018

Missão do CNDH sobre violência contra população de rua em Porto Alegre cria grupo para monitoramento de denúncias

Um Grupo de Trabalho composto por órgãos públicos e entidades da sociedade civil locais para monitorar as denúncias de violência contra a população em situação de rua em Porto Alegre. Este foi

um dos resultados da missão do Conselho Nacional dos Direitos Humanos realizada em Porto Alegre/RS entre os dias 8 e 9 de maio de 2018.

Durante os dias de missão, a comitiva, composta por integrantes da Comissão Permanente Direitos da População em Situação de Rua do CNDH e do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, se reuniu com representantes do poder público e da sociedade civil local que têm relação com a temática e realizou audiência pública.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/missao-do-cndh-sobre-violencia-contra-populacao-de-rua-em-porto-alegre-cria-grupo-para-monitoramento-de-denuncias>

JULHO/2018

CNDH participa de Cúpula Latino-americana pelos Direitos das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua

Entre 27 e 29 de junho de 2018 foi realizada em Fortaleza a Cúpula Latino-americana pelos Direitos das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. O evento teve a participação de delegados de oito países. O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) esteve presente no encontro e foi representado pelo conselheiro Markinhos Souza, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR).

A Cúpula teve como tema “Construindo um mundo para todas as crianças” e o objetivo central era reivindicar a inclusão das crianças e adolescentes em situação de rua na pauta de prioridades dos governos e da sociedade civil nos países da região.

Durante o encontro foram compartilhadas experiências e metodologias para a construção de estratégias e ações que tenham efetivo impacto na vida dessa população. O evento foi uma iniciativa da Red Internacional Por La Defensa de la Infancia y Adolescencia en condicion de Calle – RIDIACC, que desde 2015 articula mais de 200 organizações que trabalham pelos direitos das crianças e adolescentes que vivem nas ruas na Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, México, Peru, Uruguai e Venezuela.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/julho/cndh-participa-de-cupula-latino-americana-pelos-direitos-das-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-rua>

AGOSTO/2018

CNDH participa de audiência pública sobre Violações de Direitos Humanos da População em Situação de Rua

Em homenagem ao dia 19 de agosto, Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua, a presidenta do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Fabiana Severo, participou de uma audiência pública, no dia 24 de agosto de 2018, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, sobre o tema “Políticas Públicas e Violações de Direitos Humanos da População em Situação de Rua”.

A audiência foi organizada pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e contou com a presença de autoridades públicas, de lideranças do movimento e de muitos representantes da população em situação de rua. Além do CNDH e do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Paraná, também estavam presentes na audiência representantes da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (PFDC/MPF), da Defensoria Pública da União (DPU), da Defensoria Pública do Estado do Paraná, do Ministério Público Estadual, da Arquidiocese de Curitiba e da Fundação de Assistência Social da Prefeitura de Curitiba.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/ndh-participa-de-audiencia-publica-sobre-violacoes-de-direitos-humanos-da-populacao-em-situacao-de-rua>

SETEMBRO/2018

Racismo, invisibilidade e violência letal contra população em situação de rua são debatidos em seminário

Com o intuito de dar maior visibilidade aos problemas e principalmente à violência que atinge essa população, o Conselho Nacional de Direitos Humanos realizou em Brasília, nos dias 13 e 14 de setembro de 2018, o seminário: Violência Letal contra a População em Situação de Rua no Brasil: Construir Propostas para Enfrentar Aspectos de um Genocídio.

O seminário trouxe para Brasília representantes dos movimentos de população de rua de vários estados Brasil, além de pesquisadores e operadores do direito e foi encerrado com uma Plenária que teve como objetivo a construção de estratégias para o enfrentamento da violência letal contra a população em situação de rua. Foi decidida a criação de um grupo de trabalho para dar prosseguimento às discussões e compilar questões debatidas,

bem como fazer a sistematização das propostas apresentadas, que farão parte do documento final do evento.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/setembro/racismo-invisibilidade-e-violencia-letal-contra-populacao-em-situacao-de-rua-sao-debatidos-em-seminario>

DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTI

MAIO/2017

17 de maio: Conselho Nacional de Direitos Humanos repudia violência contra população LGBTI

No dia 17 de maio, dia Internacional de Luta contra a LGBTfobia, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos manifestou posicionamento em repúdio à violência contra as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil. Na nota pública , o Conselho exige que o Estado brasileiro assuma o compromisso de atuar e executar políticas públicas voltadas para promoção da cidadania à população LGBT e ao enfrentamento à violência extrema que atinge essa população.

Somente no ano de 2017, até o início do mês de maio, pelo menos 117 pessoas LGBT haviam sido assassinadas no Brasil, segundo informações do Grupo Gay da Bahia (GGB). Neste conjunto, destaca-se o grande número de homicídios violentos praticados contra travestis e transexuais.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/17-de-maio-conselho-nacional-de-direitos-humanos-repudia-violencia-contra-populacao-lgbt>

JUNHO/2017

Presidente do CNDH participa de Parada da Diversidade em Curitiba

No dia 5 de novembro de 2017, o presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Darci Frigo, participou da Parada da Diversidade LGBT em Curitiba. Essa foi a 18ª edição do evento na cidade e reuniu milhares de pessoas na Praça 19 de Dezembro.

O tema da parada em 2017 foi “O que eu tenho a ver com isso”? problematizando a questão da violência sofrida pela população LGBTI. O Conselho Nacional de Direitos Humanos tem atuado constantemente na pauta LGBTI, tanto na denúncia de casos de

violência, quanto na defesa de ações que busque a construção de uma sociedade mais inclusiva, diversa, plural e democrática.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/presidente-do-cndh-participa-de-parada-da-diversidade-em-curitiba>

SETEMBRO/2017

CNDH aprova manifestação de apoio a resolução do CFP que veda “cura gay”

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos aprovou, na tarde do dia 28 de setembro de 2017, em sua 30ª Reunião Ordinária, uma manifestação de apoio à Resolução nº 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que veda aos psicólogos o uso de terapias de reversão ou reorientação das sexualidades.

No texto, o CNDH faz referência à decisão do Conselho Federal de Medicina (CFM) que, em 1985, retirava a homossexualidade do rol de patologias. Também cita, dentre outros documentos, resolução publicada pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) em 1984, que se opõe a todo tipo de discriminação contra homossexuais de ambos os sexos já que “a homossexualidade não implica prejuízo do raciocínio, estabilidade e confiabilidade ou aptidões sociais e vocacionais”.

O colegiado também destaca que o uso da “cura gay” se configura como uma prática de afronta os direitos humanos, uma vez que reforça estigmas e aumenta o sofrimento das pessoas a ela submetidas.

Link: <https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos/photos/a.249886872041404/487249041638518/?type=3&theater>

OUTUBRO/2017

CNDH participa de evento sobre advocacy para a cidadania LGBTI+

Entre os dias 2 e 4 de outubro de 2017 aconteceu em Brasília o Seminário Nacional “Construindo Ações Estratégicas de Advocacy para a Cidadania Plena LGBTI+ no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal”, que reuniu aproximadamente 16 diferentes grupos LGBTI e partidos políticos com o intuito de tirar consensos e encontrar meios para enfrentar os retrocessos e conseguir avançar na luta pelos direitos LGBTI no Brasil.

Carlos Magno, representante da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) no Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) representou o CNDH no seminário e acha a iniciativa muito importante para a luta LGBT, principalmente no momento em que o país se encontra, de retrocessos e assentimento do setor conservador.

MAIO/2018

Mensagem para o 17 de maio - Dia Internacional de Luta contra a LGBTFobia

No dia 17 de maio de 2018, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) se soma às pessoas e organizações que celebram os avanços na luta LGBTI e reitera seu compromisso com a causa e com a luta pela defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos no Brasil. Confira mensagem da presidenta do CNDH, Fabiana Severo, sobre a data.

Link: https://www.youtube.com/watch?v=BEY_nwF0jDM

DIREITOS DAS MULHERES

OUTUBRO/2017

Conselho Nacional dos Direitos Humanos recomenda veto a artigo de Projeto de Lei que altera Lei Maria da Penha

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos aprovou, em sua 31ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 25 e 26 de outubro de 2017 em Brasília, a Recomendação nº 10/2017, que solicita ao presidente da República, Michel Temer, que vete o artigo 12-B do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 07/2016, aprovado no Senado Federal no dia 10 de outubro, que altera a Lei Maria da Penha, admitindo às autoridades policiais a concessão de medidas protetivas de urgência a mulheres em situação de violência, após o registro da ocorrência policial.

Para o CNDH, admitir às autoridades policiais a concessão de medidas protetivas de urgência a mulheres em situação de violência, atribuição de competência de autoridades judiciais, representa um retrocesso que vulnerabiliza ainda mais as mulheres. A medida também acentua a vulnerabilidade das mulheres em situação de violência, pois coloca em risco a integridade emocional, física e a própria vida dessas mulheres.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-recomenda-veto-a-artigo-de-projeto-de-lei-que-altera-lei-maria-da-penha>

DEZEMBRO/2017

CNDH aprova resolução sobre direito à alimentação de detentas gestantes, lactantes e com filhos e filhas

O CNDH aprovou, em sua 33ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília nos dias 6 e 7 de dezembro de 2017, a Resolução nº 9/2017, que trata do Direito Humano à Alimentação Adequada de mulheres e adolescentes em privação de liberdade, em especial gestantes, lactantes e com filhos e filhas.

Para o colegiado, qualquer imposição de fome e sede às mulheres e adolescentes em Privação de Liberdade, sobretudo a título de punição ou como forma de condicionar comportamentos, é considerada tortura, por isso, o colegiado defende a aplicação de medidas alternativas à privação de liberdade como medida de prevenção à tortura.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-aprova-resolucao-sobre-direito-a-alimentacao-de-detentas-gestantes-lactantes-e-com-filhos-e-filhas>

CNDH se posiciona publicamente em repúdio a agressões misóginas e de incitação ao crime de estupro proferidas por vereador da cidade de Taquari no RS

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos manifestou publicamente repúdio, no dia 28 de dezembro de 2017, ao discurso proferido pelo vereador do município de Taquari/RS, Clóvis Bavaresco (PP), sobre o assalto sofrido pela deputada federal Maria do Rosário no dia 27, em Porto Alegre.

Para o CNDH, a fala do vereador em seu perfil público numa rede social é permeada de misoginia e incentiva o discurso de ódio com apologia ao crime de estupro, “o que, claramente, se reflete em incentivo a violações de direitos humanos, sobretudo os direitos das mulheres”.

Na nota, o CNDH lembra que protocolou, em dezembro de 2014, representação na Procuradoria Geral da República (PGR) contra o deputado federal Jair Bolsonaro, quando foram proferidas pelo parlamentar, também contra a deputada Maria do Rosário,

“agressões misóginas de incitação ao crime de estupro”, pelas quais Bolsonaro foi condenado.

“O estupro é um crime hediondo e qualquer iniciativa de apoio a tal prática é passível de abertura de processos nas esferas penal e cível”, ressalta documento do CNDH, que solicita apuração da situação pela Câmara de Vereadores do município de Taquari/RS, “sem prejuízo de outras medidas

Link: <https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos/photos/a.249886872041404/526015471095208/?type=3&theater>

JULHO/2018

Conselho Nacional dos Direitos Humanos manifesta pesar pela morte de Janaína Romão Lúcio, trabalhadora do Ministério dos Direitos Humanos

O Conselho Nacional de Direitos Humanos manifestou, através de nota publicada no dia 16 de julho de 2018, pesar pela morte de Janaína Romão Lúcio, trabalhadora do Ministério dos Direitos Humanos, que atuava na Coordenação da População em Situação de Rua.

As investigações do crime apontam para um possível feminicídio, crime rechaçado e combatido por este órgão. O CNDH se posiciona de forma veemente contra a violência de gênero e exige das autoridades competentes a investigação do caso com perspectiva de gênero, e a devida responsabilização do culpado.

Link: [https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos/publishing_tools/?section=PUBLISHED_POSTS&sort\[0\]=published_time_descending](https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos/publishing_tools/?section=PUBLISHED_POSTS&sort[0]=published_time_descending)

AGOSTO/2018

CNDH se posiciona a favor da descriminalização do aborto em audiência pública do STF

Nos dias 3 e 6 de agosto de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) promoveu audiência pública histórica com o objetivo de discutir Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, que trata da descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação.

A presidenta do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Fabiana Severo, foi uma das expositoras e apresentou o posicionamento do colegiado: "O CNDH se posiciona a favor da descriminalização do aborto, porque essa é uma questão de saúde pública e de

igualdade entre todas as mulheres, independentemente de origem, raça, religião ou classe social".

Convocada pela ministra Rosa Weber, relatora da Ação, a discussão deve auxiliar a magistrada na elaboração da ministra na ADPF 442, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com a finalidade de questionar os artigos 124 e 126 do Código Penal, que criminalizam a prática do aborto. De acordo com a Ação, a criminalização da interrupção da gravidez afronta princípios como a dignidade da pessoa humana, a cidadania, a não discriminação, a liberdade, a igualdade, a proibição de tortura ou o tratamento desumano e degradante, os direitos sexuais e reprodutivos, dentre outros.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/cndh-se-posiciona-a-favor-da-descriminalizacao-do-aborto-em-audiencia-publica-do-stf>

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E ENFRENTAMENTO AO RACISMO

DEZEMBRO/2017

CNDH aprova nota em repúdio ao racismo manifestado por servidores públicos no exercício de suas funções

O Conselho Nacional de Direitos Humanos aprovou, em sua 33ª Reunião Ordinária, realizada em Brasília nos dias 6 e 7 de dezembro de 2017, nota em repúdio ao racismo manifestado por Servidores Públicos no exercício de suas funções.

Na nota, o conselho cita as posturas do presidente da empresa pública EBC (Empresa Brasil de Comunicação), Laerte Rimoli, que compartilhou nas suas redes sociais imagens ironizando declaração da atriz Taís Araújo que narra o racismo que seus filhos sofrem cotidianamente, e do secretário municipal de educação do Rio de Janeiro, César Benjamin, que classificou como "idiotice racial" apontamentos sobre discriminação a negros.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-aprova-nota-em-repudio-ao-racismo-manifestado-por-servidores-publicos-no-exercicio-de-suas-funcoes>

SETEMBRO/2018

Conselho Nacional dos Direitos Humanos publica nota de repúdio sobre o caso da Dra. Valéria Lucia dos Santos

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) aprovou no dia 12 de setembro de 2018, durante a sua 40ª Reunião Ordinária, uma nota de repúdio ao tratamento arbitrário e vexatório pelo qual passou a advogada negra Dra. Valéria Lucia dos Santos, enquanto exercia sua profissão, na última segunda-feira, dia 10, no Juizado Especial Cível de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro.

Em nota, o CNDH “condena o racismo estrutural e suas práticas relacionadas à subalternização e invisibilização da população negra, reproduzido no corpo das instituições públicas, notadamente o Poder Judiciário”.

A presidenta do CNDH, Fabiana Severo, reforçou a intenção da nota em conclamar pelo combate ao racismo institucional e chamou atenção para o fato de que, neste ano de 2018, a abolição da escravatura, considerada pelo Conselho como inacabada no Brasil, completa 130 anos.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-publica-nota-de-repudio-sobre-o-caso-da-dra-valeria-lucia-dos-santos>

NOVEMBRO/2018

Racismo, prisão e violência são temas de audiência pública do CNDH

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos, dentre as atividades da sua 42ª Reunião Ordinária, que ocorreu em Brasília entre os dias 5 e 8 de novembro de 2018, realizou a audiência pública: “Racismo Institucional no Brasil: Polícias, Sistema de Justiça e Sistema Prisional”.

A audiência foi realizada no dia 6, no Memorial do Ministério Público Federal, e abordou casos emblemáticos por meio da escuta de vítimas e parentes de vítimas de violações de direitos humanos e de denúncias de organizações da sociedade civil. Também foram ouvidos posicionamentos de representantes do Estado brasileiro.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/racismo-prisao-e-violencia-sao-temas-de-audiencia-publica-do-cndh>

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

ABRIL/2017

No Acampamento Terra Livre, CNDH diz que vai denunciar proibição a ingresso de indígenas no Congresso Nacional

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos, reunido em Brasília em sua 26ª Reunião Ordinária, no dia 27 de abril de 2017, realizou parte de sua reunião na 14ª edição do Acampamento Terra Livre, que reuniu mais de 3 mil indígenas em Brasília para protestar contra retrocessos nos seus direitos.

O CNDH repudiou a ação desproporcional da polícia do Distrito Federal em repressão à manifestação pacífica dos indígenas realizada no dia 25 de abril, durante a programação do acampamento sediado na capital durante semana do índio.

Link: <http://www.mdh.gov.br/sdh/noticias/2017/abrc/no-acampamento-terra-livre-conselho-nacional-dos-direitos-humanos-diz-que-vai-denunciar-proibicao-a-ingresso-de-indigenas-no-congresso-nacional>

ABRIL/2017

Após ação da polícia, CNDH decide acompanhar marcha de encerramento do Acampamento Terra Livre

Diante da ação desproporcional da polícia do Distrito Federal em repressão à manifestação pacífica dos indígenas realizada no dia 25 de abril de 2017, o Plenário do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), reunido em Brasília em sua 26ª Reunião Ordinária, deliberou por acompanhar, no dia 27, a marcha de encerramento do Acampamento Terra Livre, organizada pelos indígenas na Esplanada dos Ministérios.

A ação do CNDH se deu na tentativa de evitar a ocorrência de novos abusos e violações de direitos humanos durante os protestos, sobretudo os direitos à livre expressão e livre manifestação e associação.

O CNDH atuou em conformidade com as Diretrizes para a Observação de Manifestações e Protestos Sociais, formuladas em 2016, durante Oficina Regional para a América do Sul do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos. A oficina ocorreu em Montevideu e contou com a participação de instituições de direitos humanos de toda a América do Sul, inclusive do CNDH.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/plenario-do-conselho-nacional-dos-direitos-humanos-decide-acompanhar-marcha-dos-indigenas-na-tarde-desta-quinta-27-em-brasilia>

MAIO/2017

CNDH e indígenas da região Sul definiram desdobramentos de relatório

Povos indígenas Kaingang, Xokleng e Guarani, da região Sul do Brasil, reuniram-se no dia 19 de maio de 2017 com o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) para tratar dos encaminhamentos do relatório final do Grupo de Trabalho sobre os Direitos dos Povos Indígenas da Região Sul.

Na ocasião, a Secretaria Executiva do CNDH se comprometeu a reiterar as recomendações do relatório junto às instituições que receberam o documento. As recomendações foram desde agilidade nos processos de regularização das terras indígenas ao atendimento especial à saúde indígena. Conflitos fundiários, criminalização, atentados à vida de lideranças indígenas e atuação irregular de agentes federais também estiveram entre os temas que foram reforçados. A DPU também se comprometeu a reforçar as cobranças e acompanhar de perto as demandas dos indígenas da região Sul.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-e-indigenas-da-regiao-sul-se-reunem-para-definir-desdobramentos-de-relatorio>

JUNHO/2017

Conselho Nacional dos Direitos Humanos aprova manifestação pública em repúdio ao relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai e do Incra

O Plenário do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) aprovou, em Reunião Ordinária realizada nos dias 21 e 22 de junho de 2017 em Brasília, uma manifestação pública em repúdio ao relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai e Incra, aprovado no dia 17 de maio.

Para o CNDH, as ações da CPI e a forma como ela foi conduzida demonstraram “nítido propósito de intimidação e criminalização de pessoas e entidades que atuam na defesa dos direitos dos povos indígenas, quilombolas e da reforma agrária”.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-emite-nota-em-repudio-ao-relatorio-da-cpi-da-funai-e-incra>

AGOSTO/2017

CNDH se reuniu em Brasília com deputada do Parlamento Europeu Julie Ward, do Reino Unido

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) se reuniu no dia 1º de agosto de 2017, em Brasília, com a deputada do Parlamento Europeu Julie Ward, do Reino Unido. A parlamentar esteve no Brasil durante 12 dias para conhecer as violações de Direitos Humanos nos territórios indígenas e conversar com parlamentares, instituições públicas e entidades da sociedade civil brasileiras para articular, em conjunto, soluções para o enfrentamento dessas violações.

À época, o Parlamento Europeu havia publicado uma resolução que sugeria instituir barreiras humanitárias à importação de produtos de países onde ocorresse violação de direitos humanos, especialmente quando se trata das conhecidas violências e restrições de direitos aos povos indígenas.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-se-reuniu-em-brasilia-com-deputada-do-parlamento-europeu-julie-ward-do-reino-unido>

SETEMBRO/2017

CNDH aprova nota pública de repúdio ao Parecer 001/2017 da AGU que viola o direito dos povos indígenas aos seus territórios

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos aprovou, no dia 27 de setembro de 2017, uma nota pública de repúdio ao Parecer 001 da Advocacia-Geral da União (AGU), que obriga a administração pública federal a aplicar, a todas as terras indígenas do país, condicionantes que o Supremo Tribunal Federal estabeleceu, em 2009, para a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

O posicionamento, aprovado na 30ª Reunião Ordinária do colegiado, realizada nos dias 27 e 28 de setembro, foi entregue em mãos à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que participou da sessão no dia 28.

Para o CNDH, violações contra a população indígena encontram respaldo no Parecer da AGU, que inclusive foi utilizado para anular, por meio da Portaria MJ 683/17, a Portaria MJ 581/15, que reconhece a posse permanente do povo Guarani na Terra Indígena Jaraguá.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-aprova-nota-publica-de-repudio-ao-parecer-01-2017-da-agu-que-violou-o-direito-dos-povos-indigenas-aos-seus-territorios>

JUNHO/2017

CNDH participa de encontro sobre normas internacionais para povos indígenas em isolamento voluntário e contato inicial

Nos dias 8 e 9 de junho de 2017, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) foi representado pelo conselheiro Francisco Nóbrega - que representa a Defensoria Pública da União no colegiado - na reunião de trabalho “Normas de direito internacional humanitário sobre os direitos dos povos indígenas em isolamento voluntário e em contato inicial na Amazônia e no Gran Chaco: revisão e propostas”, em Lima no Peru. O encontro foi organizado pela Relatoria Especial das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, pelo Relator Especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre Direitos dos Povos Indígenas e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-participa-de-encontro-sobre-normas-internacionais-para-povos-indigenas-em-isolamento-voluntario-e-contato-inicial>

ABRIL/2018

Mesa Diretora do CNDH visita Acampamento Terra Livre, em apoio à luta dos povos originários

No dia 25 de abril de 2018, a Mesa Diretora do CNDH visitou o Acampamento Terra Livre, em apoio à luta dos povos originários.

Em 27 de setembro de 2017 o CNDH posicionou-se em repúdio ao Parecer 01/2017, da Advocacia-Geral da União, que obriga a administração pública federal a aplicar, a todas as terras indígenas do país, condicionantes que o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu, em 2009, especificamente para a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Na ocasião, o CNDH reiterou seu posicionamento pela revogação do Parecer 01/2017 da AGU e manifestou-se mais uma vez pela retomada imediata da demarcação das terras indígenas.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/ mesa-diretora-do-cndh-visita-o-acampamento-terra-livre-em-apoio-a-luta-do-povos-originarios/view>

CNDH solicita a ministros do STF posicionamento pela inconstitucionalidade de parecer da AGU que inviabiliza demarcação de terras indígenas

No dia 25 de abril de 2018, a Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) se reuniu com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para solicitar posicionamento pela inconstitucionalidade do Parecer 001/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU), que obriga a administração pública federal a aplicar, a todas as terras indígenas do país, condicionantes que o STF estabeleceu em 2009 para a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Para o CNDH, o referido Parecer inviabiliza as demarcações das Terras Indígenas, já que contempla a tese do “marco temporal”, segundo a qual só teriam direito às suas terras comunidades que estivessem em sua posse em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição.

Na ocasião, o CNDH se reuniu com os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, e José Antonio Dias Toffoli.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-solicita-a-ministros-do-stf-posicionamento-pela-inconstitucionalidade-de-parecer-da-agu-que-inviabiliza-demarcacao-de-terras-indigenas/view>

AGOSTO/2018

No dia Internacional dos Povos Indígenas, Guarani Kaiowá participam da Reunião Plenária do CNDH

No dia 09 de agosto de 2018, Dia Internacional dos Povos Indígenas, representantes da etnia Guarani Kaiowá estiveram presentes na Reunião Plenária do CNDH.

Dentre as principais denúncias apresentadas pelas lideranças indígenas estão a demora na demarcação de suas terras e a retirada das crianças de suas famílias para adoção. O povo Guarani Kaiowá pediu apoio do Conselho para revogação do Parecer 001/2017 da Advocacia Geral da União (AGU) e contra o avanço do Marco Temporal.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/no-dia-internacional-dos-povos-indigenas-guarani-kaiowa-participam-da-reuniao-plenaria-do-cndh-2/view>

NOVEMBRO/2018

CNDH participa de audiência pública sobre Terra Indígena Pankararu (PE)

No dia 22 de novembro de 2018, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos participou, na Câmara Municipal de Vereadores de Jabotá, em Pernambuco, de audiência pública sobre o processo de desinvasão da Terra Indígena Pankararu. Na audiência, promovida pelo Ministério Público Federal, o CNDH foi representado pela conselheira Alessandra Morato, representante do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE) no colegiado.

A Terra Indígena Pankararu, localizada entre os municípios de Tacaratu, Jatobá e Petrolândia, foi demarcada em 1987. Desde então os Pankararu aguardam a desinvasão da sua terra, vivendo por décadas em conflito fundiário. Tendo o processo de desinvasão sido retomado, os indígenas enfrentam também um aumento da violência contra eles, tendo também sofrido o incêndio de uma escola pública municipal e uma Unidade de Saúde da Família (PSF) dentro da comunidade.

Para o CNDH, os indígenas devem usufruir dos seus direitos plenamente, entre eles o direito à terra, sendo por isso importante a realização completa da desinvasão, com indenização e reassentamento das famílias retiradas, garantindo o fim do conflito existente.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/dezembro/cndh-participa-de-audiencia-publica-sobre-terra-indigena-pankararu-pe>

DIREITOS DOS QUILOMBOLAS

JULHO/2017

Após missão do CNDH, comunidade quilombola Brejo dos Crioulos (MG) e autoridades locais criam comitê para acompanhamento de compromissos assumidos em audiência pública

A criação de um comitê gestor, que fará o acompanhamento dos compromissos assumidos pelas autoridades durante audiência pública realizada na sede da associação de moradores de Brejo dos Crioulos, no dia 27 de julho de 2017, foi um dos resultados da missão do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) ao território quilombola Brejo dos Crioulos, no norte de Minas Gerais.

A missão realizada entre os dias 25 e 27 de julho identificou, como alguns dos principais problemas da comunidade, a dificuldade no acesso à água e a ausência de qualquer tipo de projeto de gestão territorial e ambiental. A não finalização do processo de titulação do território também foi apontada pela missão como questão urgente a ser resolvida.

O comitê criado para o monitoramento das ações contará com a participação permanente de autoridades locais e representantes da comunidade.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/apos-missao-do-cndh-comunidade-quilombola-brejo-dos-crioulos-mg-e-autoridades-locais-criam-comite-para-acompanhamento-de-compromissos-assumidos-e-m-audiencia-publica>

CNDH vai à Bahia acompanhar investigações sobre assassinato de quilombolas em área de disputa de terras

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) fez um vista à comunidade quilombola de Lúna, localizada no município de Lençóis, na Bahia, para acompanhar as investigações do assassinato de sete quilombolas, mortos em área de disputa de terras no estado no mês de julho de 2017. A decisão foi resultado da 9ª reunião da comissão permanente que trata dos direitos dos povos indígenas, quilombolas e de outras temáticas relativas a conflitos fundiários, realizada em Brasília no dia 9 de agosto.

A missão foi à região após ser concluída a investigação do caso pela Delegacia Agrária do estado e teve como objetivo articular a adoção de medidas que deem celeridade ao processo de

regularização fundiária do território para garantam a reparação e proteção a familiares das vítimas, testemunhas, defensores de direitos humanos e demais quilombolas do território de Iúna.

Na ocasião, foram realizadas audiências com autoridades de órgãos locais com atuação no caso, como Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Superintendência do Incra, Defensoria Pública e Ministério Público, bem como escuta dos quilombolas e testemunhas e diálogo com organizações de direitos humanos e movimentos sociais, que também participarão da missão.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-vai-a-bahia-acompanhar-investigacoes-sobre-assassinato-de-quilombolas-em-area-de-disputa-de-terras>

AGOSTO/2017

Conselho Nacional dos Direitos Humanos realiza missão ao Território Quilombola de Alcântara, no Maranhão. Comunidade denuncia possibilidade de deslocamentos compulsórios de quilombolas

De 29 a 31 de agosto de 2017, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) esteve em missão ao Território Quilombola de Alcântara, no Maranhão. A visita in loco ocorreu no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) “Direitos dos Povos e Comunidades Quilombolas”, instituído pelo colegiado em março deste ano, com a finalidade de verificar as situações de violações de direitos humanos em territórios quilombolas e propor soluções às questões identificadas.

Com a presença de quilombolas, representantes de organizações da sociedade civil, da Prefeitura de Alcântara, do Governo do Maranhão e da Aeronáutica (Centro de Lançamento de Alcântara), a audiência pública do CNDH em Alcântara (MA) aconteceu no dia 31 de agosto, na comunidade Mamuna, e contou com a participação de cerca de 70 pessoas. No encontro, os quilombolas denunciaram a possibilidade de deslocamentos compulsórios de quilombolas de suas comunidades, diante da sinalização do governo de ampliação da área da base, e o descumprimento dos acordos pela Aeronáutica nos primeiros anos de implantação da base e afirmaram que não vão sair da área, argumentando que o Centro de Lançamento deve funcionar na área já delimitada para isso.

Também foram apresentadas demandas relacionadas à condição da estrada, ao acesso a equipamentos públicos, como hospitais e ambulâncias, além de reclamações quanto à distância das escolas, pois as crianças da pré-escola acabam tendo que realizar longos deslocamentos para estudar, e os adolescentes, para conseguirem cursar o Ensino Médio, precisam se mudar para a área urbana de Alcântara ou para São Luís.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/audiencia-publica-do-cndh-em-alcantara-ma-denuncia-possibilidade-de-deslocamentos-compulsorios-de-quilombolas>

A ministros do STF, CNDH defende constitucionalidade de decreto que regulamenta demarcação de terras quilombolas

Em agosto de 2017, mês em que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgaria a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3239/07, que questiona o Decreto 4887/03, que regulamenta o processo de demarcação das terras das comunidades quilombolas, o CNDH realizou uma série de audiências com ministros do STF sobre o tema. O julgamento acabou sendo adiado para o dia 8 de fevereiro de 2018 e, por maioria de votos, o STF declarou a validade do Decreto 4.887/2003, garantindo, com isso, a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas.

Considerando que o resultado do julgamento poderia impactar diretamente a efetivação de direitos e garantias fundamentais de comunidades quilombolas do Brasil, o CNDH realizou, antes do julgamento, audiências com vários ministros do STF sobre o tema, dentre eles Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso, Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski e Edson Fachin.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-defende-constitucionalidade-do-decreto-3239-demarcacao-de-terras-quilombolas>

OUTUBRO/2017

Missão do CNDH identifica violações de direitos humanos em territórios quilombolas da região de Santarém (PA)

A terceira missão do Grupo de Trabalho “Direitos dos Povos e Comunidades Quilombolas”, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), aconteceu nos dias 2 a 5 de outubro de 2017, e identificou diversas situações de violações de direitos humanos em comunidades quilombolas da região de Santarém, Oeste do Pará.

Entre as principais questões identificadas estão a paralisia nos processos de reconhecimento de territórios quilombolas, a precariedade das políticas públicas de educação e saúde, e o impacto da construção de um porto na comunidade Pérola do Maicá.

Durante a missão, a comitiva do CNDH participou de reuniões com lideranças locais e visitou as comunidades Patos do Ituqui, Saracura, Arapemã, Bom Jardim e Pérola do Maicá, principal comunidade atingida pela construção de um dos 26 portos previstos para serem construídos na região.

Também foram realizadas reuniões institucionais no sentido de solucionar os problemas identificados durante as visitas e relatados na audiência pública realizada na manhã do dia 4 de outubro, no auditório do Ministério Público Federal (MPF), em Santarém.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/missao-do-cndh-identifica-violacoes-de-direitos-humanos-em-territorios-quilombolas-da-regiao-de-santarem-pa>

DEZEMBRO/2017

Missão Rio dos Macacos: para CNDH, situação do quilombo é insustentável

No dia 12 de dezembro de 2017, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) esteve em missão no Território Quilombola Rio dos Macacos, no município de Simões Filhos, na Bahia, para verificar violações de direitos relacionadas ao impedimento de acesso dos quilombolas ao seu território; ao tensionamento entre os militares e a comunidade, além de ameaças e perseguições a lideranças e defensores e defensoras de direitos humanos da região.

Após o recebimento de diversas denúncias, o CNDH deliberou pela realização de uma missão in loco, para verificar os problemas da comunidade e propor soluções. A missão teve o intuito de ouvir os moradores do quilombo e discutir possibilidades de atuação do CNDH diante das violações de direitos humanos que vêm ocorrendo na área. As conselheiras ouviram relatos sobre as dificuldades que os quilombolas enfrentam para entrar e circular na comunidade, além de relatos de assédios contra as mulheres, principalmente as jovens, por parte dos fuzileiros. Também foram ouvidas a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR), DPU-BA e Ministério Público Federal (MPF), que atuam localmente em processos judiciais no interesse da

comunidade. As conselheiras irão elaborar um relatório com propostas de ação e encaminhamentos, que será votado pelo Plenário do CNDH.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/para-cndh-situacao-do-quilombo-rio-dos-macacos-na-bahia-e-insustentavel>

Relatório identifica violações de direitos humanos em comunidades quilombolas do Brasil

Um relatório que identifica as principais violações de direitos humanos em comunidades quilombolas

do Brasil e apresenta recomendações com propostas de ações para prevenção, defesa e reparação desses direitos violados. Esta é a essência do “Relatório final – Violações de direitos humanos das comunidades quilombolas no Brasil”, aprovado pelo CNDH no dia 6 de dezembro de 2017.

O relatório, produzido pelo Grupo de Trabalho Direitos dos Povos e Comunidades Quilombolas do CNDH, resulta de visitas in loco a três territórios quilombolas do país, com o objetivo de verificar os fatores de violações de direitos humanos nas áreas e realizar reuniões com autoridades responsáveis pela titulação e pela garantia de políticas públicas no território: Brejo dos Crioulos (MG); Alcântara (MA) e Santarém (PA).

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/relatorio-identifica-violacoes-de-direitos-humanos-em-comunidades-quilombolas-do-brasil>

AGOSTO/2018

Lideranças do território quilombola Rio dos Macacos estiveram presentes na 39ª Reunião Plenária do CNDH

Lideranças do território quilombola Rio dos Macacos também estiveram presentes na 39ª Reunião Plenária do CNDH em Brasília, no dia 9 de agosto de 2018.

Eles denunciaram violações de direitos relacionadas ao impedimento de acesso ao seu território por parte da Marinha; ao tensionamento entre os militares e a comunidade, além de situações de violência, ameaças e perseguições a lideranças e defensores e defensoras de direitos humanos da região.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/liderancas-do-territorio-quilombola-rio-dos-macacos-estiveram-presentes-na-39a-reuniao-plenaria-do-cndh/view>

POPULAÇÕES AFETADAS POR GRANDES EMPREENDIMENTOS

JANEIRO/2017

Governo Federal se reúne com atingidos por Belo Monte para discutir a possibilidade de remoção dos moradores do bairro

No dia 25 de janeiro de 2017, moradores do bairro Jardim Independente I, localizado município de Altamira-PA, reuniram-se em Brasília com representantes da Casa Civil da Presidência da República e de outros órgãos do Governo Federal para discutir a possibilidade de remoção dos moradores do bairro. Eles enfrentavam problemas como falta de saneamento básico, casas inundadas e acúmulo de lixo, além de outras questões decorrentes da implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na região. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH foi representado na reunião pelo conselheiro Francisco Nóbrega (DPU) e pela conselheira Deborah Duprat (MPF).

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/governo-federal-se-reune-com-atingidos-por-belo-monte-para-discutir-a-possibilidade-de-remocao-dos-moradores-do-bairro>

FEVEREIRO/2017

Conselho Nacional de Direitos Humanos requer suspensão de licença concedida a projeto da Belo Sun Mineração

Em Reunião Ordinária, realizada nos dias 2 e 3 de fevereiro de 2017, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) deliberou por emitir recomendação requerendo a suspensão da licença de instalação do projeto de mineração Volta Grande, de responsabilidade da empresa canadense Belo Sun Mineração, na região da Volta Grande do Xingu, no Pará.

O ofício com a recomendação de suspensão foi enviado à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS) nesta quinta-feira (9).

De acordo com o CNDH, que esteve em missão entre os dias 8 e 12 de outubro de 2016 na região, falta transparência e informação mínima em relação ao empreendimento por parte da mineradora Belo Sun, que também não respeitou o direito à consulta prévia aos moradores da região.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-cndh-requer-suspensao-de-licenca-concedida-a-projeto-da-belo-sun-mineracao>

MARÇO/2017

CNDH participa de Audiência Pública promovida pelo MPF para discutir a situação na Volta Grande do Rio Xingu após a operação de Belo Monte

Em março de 2017, o CNDH participou de uma Audiência Pública promovida pelo Ministério Público Federal - MPF, em Altamira, para discutir as condições para a reprodução da vida na Volta Grande do Rio Xingu após o início da operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O Conselho foi representado pelo Conselheiro Francisco Nóbrega.

Link: [https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos/publishing_tools/?section=PUBLISHED_POSTS&sort\[0\]=published_time_descending](https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos/publishing_tools/?section=PUBLISHED_POSTS&sort[0]=published_time_descending)

DEZEMBRO/2017

Em relatório final sobre direitos da população atingida pela Usina de Belo Monte e pela Mineradora Belo Sun, CNDH identifica inúmeras violações de direitos humanos

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) aprovou, em sua 33ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 6 e 7 de dezembro de 2017, em Brasília, relatório final sobre os direitos da população atingida pela implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e da Mineradora Belo Sun foi aprovado pelo

o relatório é resultado de uma missão realizada entre os dias 8 e 12 de outubro de 2016, e teve como objetivo monitorar o cumprimento das recomendações sobre a implementação da Usina de Belo Monte emitidas em 2015 pelo CNDH, à época em fase de liberação de sua Licença de Operação, e a visita à região da Volta Grande do Xingu, para avaliação das questões envolvidas no projeto de instalação da Mineradora Belo Sun, empreendimento de empresa canadense de mineração que se encontra em processo de licenciamento e impacta diretamente indígenas, comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/em-relatorio-final-sobre-direitos-da-populacao-atingida-pela-usina-de-belo-monte-e-pela-mineradora-belo-sun-cndh-identifica-inumeras-violacoes-de-direitos-humanos>

NOVEMBRO/2018

CNDH participa da elaboração de documento com recomendações sobre populações atingidas por grandes projetos

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) participou, entre setembro de 2017 e novembro de 2018, do Grupo de Trabalho Deslocamentos Compulsórios, coordenado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) e pela International Finance Corporation (IFC), do Grupo Banco Mundial.

O objetivo do GT foi debater aspectos associados à remoção de moradores em razão de grandes obras de infraestrutura e elaborar recomendações para a efetividade e garantia de direitos da população atingida durante o processo de instalação e operação desses grandes projetos. O CNDH foi representado no GT pelo conselheiro Francisco Nóbrega, representante da Defensoria Pública da União (DPU) no colegiado.

O documento “Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes”, que resultou das discussões do GT, foi submetido à consulta pública em agosto e lançado em novembro de 2018.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/dezembro/cndh-participa-da-elaboracao-de-documento-com-recomendacoes-sobre-populacoes-atingidas-por-grandes-projetos>

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

JANEIRO/2018

CNDH aprova posicionamento em defesa dos direitos das quebradeiras de coco e em repúdio ao Projeto de Lei que incentiva a queima total do babaçu no Tocantins

Reunido nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2018, o Plenário do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) também aprovou, por unanimidade, nota pública em defesa dos direitos das quebradeiras de côco e em repúdio ao Projeto de Lei Estadual 194/2017, que incentiva a queima total do babaçu no Tocantins.

De acordo com o colegiado, o Projeto de Lei não considerou, em sua proposição, o artigo 6º da Convenção 169 da Organização Internacional Do Trabalho - OIT, segundo o qual os governos deverão consultar os povos interessados mediante procedimentos

apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los.

“Compreendendo o lugar e a relevância histórica das quebradeiras de coco e a importância sociocultural do coco babaçu, o CNDH manifesta seu REPÚDIO ao Projeto de Lei Estadual 194/2017, da Assembleia Legislativa do estado de Tocantins, por violar a Constituição Federal e os acordos internacionais de proteção dos direitos humanos”, afirma o CNDH em nota.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-aprova-posicionamento-em-defesa-dos-direitos-das-quebradeiras-de-coco-e-em-repudio-a-projeto-de-lei-que-incentiva-a-queima-total-do-babacu-no-tocantins>

JULHO/2018

CNDH cria grupo de trabalho para verificar violações de direitos humanos de povos e comunidades tradicionais

Com o objetivo de identificar violações de direitos humanos em povos e comunidades tradicionais do país, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) criou, em junho de 2018, um Grupo de Trabalho (GT) para o tema. Além de levantar casos, o GT passou a realizar missões a territórios tradicionais onde há violações constantes e elaborar recomendações para sanar problemas encontrados.

A criação do Grupo de Trabalho dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais dá seguimento ao GT dos povos indígenas da região sul, realizado em 2016, e ao GT dos direitos dos povos e comunidades quilombolas, realizado em 2017.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/julho/cndh-cria-grupo-de-trabalho-para-verificar-violacoes-de-direitos-humanos-de-povos-e-comunidades-tradicionais>

AGOSTO/2018

Missão do CNDH vai a uma comunidade tradicional de Goiás conhecer o trabalho de parteiras, benzedeiras e rezadeiras

No dia 17 de agosto de 2018, uma missão do Grupo de Trabalho dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras

Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários foi até a cidade de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, para conhecer o trabalho de benzedeadas, parteiras e raizeiras da região.

É a partir do trabalho dessas mulheres que muitas pessoas têm o primeiro acesso aos cuidados de saúde. Uma das reclamações que ficou latente durante a missão foi justamente sobre a invisibilidade dos seus trabalhos, das suas tradições, do papel que desempenham na sociedade.

A iniciativa fez parte de uma série de missões que com povos e comunidades tradicionais do Brasil e que vão servir de base para a elaboração de um relatório sobre a realidade desses povos, as violações de direitos humanos que sofrem, podendo gerar recomendações aos órgãos públicos para melhoramento de suas atuações.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/setembro/missao-do-cndh-vai-para-goias-conhecer-o-trabalho-de-parteiras-benedeadas-e-raizeiras>

SETEMBRO/2018

Comunidade tradicional do sul da Bahia recebe visita de missão do CNDH

Representantes do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) estiveram, de 2 a 5 de setembro de 2018, na comunidade de Canavieiras, uma Reserva Extrativista (Resex) no sul da Bahia. A missão buscou conhecer mais de perto a forma de vida e os desafios de um conjunto de comunidades tradicionais que vive há séculos na região.

Em Canavieiras convivem várias comunidades de pescadoras e pescadores tradicionais, e extrativistas, uma grande diversidade de organizações estão presentes, são mais de 14 grupos que prestam serviços importantes ligados inclusive à preservação do meio ambiental. Para o CNDH, existe o desafio de a área ser reconhecida pelo Estado e ter seus direitos assegurados do ponto de vista do serviço que eles prestam, tanto na produção econômica como na preservação ambiental.

Um relatório detalhando os desafios das comunidades que vivem em Canavieiras será elaborado pela Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Envolvidos em Conflitos Fundiários e submetido ao colegiado do Conselho. Recomendações que visam dirimir os conflitos e assegurar os direitos da população devem ser encaminhadas a órgãos públicos após aprovação.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/comunidade-tradicional-do-sul-da-bahia-recebe-visita-de-missao-do-cndh>

OUTUBRO/2018

Comunidades tradicionais do Pantanal recebem missão do CNDH

O Grupo de Trabalho sobre os Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) realizou, na semana de 1º a 04 de outubro de 2018, uma missão ao Pantanal. O objetivo foi verificar denúncias de violações de direitos de comunidades tradicionais da região, principalmente no sudoeste de Mato Grosso e no noroeste do Mato Grosso do Sul, onde a instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), a exploração mineral e questão fundiária têm causado conflitos.

A missão foi composta por integrantes do Grupo de Trabalho, formado por um conselheiro do CNDH, três integrantes da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira e representantes de entidades que discutem a temática. Durante a missão, foram visitadas três comunidades: Porto do Limão, em Cáceres (MT), Antônio Maria Coelho, em Corumbá (MS), Barra de São Lourenço (MS).

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/outubro/comunidades-tradicionais-do-pantanal-recebem-missao-do-cndh>

NOVEMBRO/2018

Missão ao Norte de Minas identificar violações de direitos humanos relacionadas à atuação do agronegócio

Nos dias 3 e 4 de novembro de 2018, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) visitou comunidades geraizeiras do Norte de Minas Gerais, em conjunto com a Fian Brasil. A missão ocorreu como parte das atividades do Grupo de Trabalho sobre Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais, que busca identificar violações de direitos humanos em territórios de povos e comunidades tradicionais brasileiros e elaborar relatório com diagnóstico e propostas de soluções dos problemas verificados.

No Norte de Minas, a missão visitou as comunidades de Josenópolis, Batalha e Vale das Cancelas. Dentre as violações identificadas, muitas estão relacionadas à atuação de empresas ligadas ao agronegócio no território, como a contaminação por adubos químicos, que atinge as matas

de cerrado, as fontes de água, o solo, o ar, e, por consequência, a vida e a saúde da comunidade.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/missao-ao-norte-de-minas-identifica-violacoes-de-direitos-humanos-relacionadas-a-atuacao-do-agronegocio>

VIOLÊNCIA NO CAMPO

ABRIL/2017

CNDH emite recomendação pela retirada e suspensão da MP 759, que trata da política de regularização fundiária rural e urbana no Brasil

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) aprovou, na sua 26ª Reunião Ordinária, que aconteceu nos dias 26 e 27 de abril em Brasília, recomendação sobre a Medida Provisória nº 759 (MP 759), editada no dia 22 de dezembro de 2016, que trata sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária na Amazônia Legal.

A recomendação foi direcionada ao Presidente da República, para que retire a MP 759, abrindo um processo de discussão com as instituições e entidades da sociedade civil ligadas à temática, ao Presidente do Congresso Nacional, para que suspenda, imediatamente, a tramitação do projeto de lei, e ao Ministério Público Federal (MPF), para que fiscalize a legalidade da atuação do Executivo em casos concretos de transferência de domínio de imóveis públicos a terceiros e de regularização fundiária que tenham ocorrido desde a edição da MP 759.

De acordo com o CNDH, o conteúdo da MP impõe maiores ônus para a população de baixa renda, da cidade e do campo e padece de vícios de inconstitucionalidade formal e material que repercutem diretamente no exercício de direitos essenciais à dignidade humana, o que desafia a atuação do CNDH na promoção e a defesa dos direitos humanos.

Link: <http://www.mdh.gov.br/sdh/noticias/2017/maio/cndh-emite-recomendacao-pela-retirada-e-suspensao-da-mp-759-que-trata-da-politica-de-regularizacao-fundiaria-rural-e-urbana-no-brasil>

MAIO/2017

Grupo formado por sociedade civil e órgãos públicos denuncia aumento da violência no campo e descaso do Estado

No dia 8 de maio de 2017, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) realizou reunião emergencial em Brasília, com a participação de representantes da sociedade civil e de órgãos públicos com atuação em direitos humanos e conflitos no campo, com o objetivo de discutir propostas de ação conjunta para o enfrentamento à crescente violência no campo no Brasil.

Os participantes encaminharam a criação de um grupo executivo para a realização de ato público conjunto com o objetivo de denunciar o aumento da violência no campo contra indígenas, quilombolas, ativistas da luta pela terra e defensores e defensoras de direitos humanos e o descaso do Estado em relação ao acirramento dessas violações. Algumas propostas, como tomar medidas mais rápidas e fazer as denúncias em nível internacional também foram expostas durante os encaminhamentos.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/grupo-formado-por-sociedade-civil-e-orgaos-publicos-denuncia-aumento-da-violencia-no-campo-e-descaso-do-estado>

ATO DENUNCIA: Movimentos sociais e órgãos do judiciário e de defesa dos direitos humanos assumem compromissos contra a violência no campo e a retirada de direitos

Além de manifestar solidariedade às vítimas da violência no campo, florestas e águas, o Ato Denúncia “por direitos e contra a violência no campo”, realizado na tarde do dia 23 de maio de 2017, em Brasília, buscou construir soluções e apontar compromissos que foram assumidos por organizações e autoridades, em caráter de urgência, para conter o avanço da violência e da retirada de direitos.

Para as organizações presentes, o aumento da violência tem relação direta com o desmonte do Estado brasileiro e da política agrária, como a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a desestruturação da Fundação Nacional do Índio (Funai) e a paralisação das ações de reforma agrária e da demarcação e reconhecimento das terras indígenas e quilombolas.

Um dos principais momentos do Ato Denúncia foi o de testemunhos de pessoas em situação de ameaça, defensores(as) de direitos humanos, vítimas da violência no campo e/ou familiares. Em seguida, foi feita a leitura da carta de exigências ao poder público

e compromissos da sociedade civil com a defesa dos direitos e contra a violência no campo.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/ato-denuncia-movimentos-sociais-e-orgaos-do-judiciario-e-de-defesa-dos-direitos-humanos-assuem-compromissos-contra-a-violencia-no-campo-e-a-retirada-de-direitos>

JUNHO/2017

CNDH reuniu representantes do Ministério Público para criação de rede de ação emergencial contra violência no campo

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos realizou, no dia 5 de junho de 2017, uma reunião com promotores e procuradores de vários estados do país, integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), sobre o papel dos Ministérios Públicos no enfrentamento à violência no campo. A reunião encaminhou a criação de uma rede de ação emergencial que agrega sociedade civil e instituições públicas para atuar conjuntamente em casos de alerta de violência no campo.

A reunião ocorreu como uma extensão do ATO DENÚNCIA “Por direitos e contra a violência” no campo, que aconteceu no último dia 23 de maio e publicou uma carta de exigências e compromissos que contou com mais de 40 adesões de organizações da sociedade civil e instituições públicas de atuação em defesa dos direitos humanos.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/cndh-se-reune-com-representantes-do-ministerio-publico-e-cria-rede-de-acao-emergencial-contra-violencia-no-campo>

SETEMBRO/2017

Conselho Nacional dos Direitos Humanos recebe participantes da Caravana Matopiba

De 6 a 11 de setembro de 2017, uma caravana composta por especialistas em direitos humanos e desenvolvimento econômico e rural percorreu dois mil quilômetros na região do cerrado do Alto Parnaíba, no estado do Piauí, visitando e ouvindo os relatos de várias comunidades camponesas e tradicionais e debatendo com representantes do poder público e da sociedade civil sobre as violações de direitos humanos que vinham acontecendo com

a população daquela região conhecida como MATOPIBA, pois abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Após a viagem, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos recebeu os participantes da caravana em Brasília, no dia 15 de setembro, que apresentaram avaliações e recomendações que devem ser direcionadas aos poderes públicos, a partir das violações que foram verificadas na missão. A caravana avaliou que a grilagem de terras e a expansão das monoculturas de soja deixam um rastro de devastação ambiental generalizada, além de inúmeros impactos sociais nas comunidades da região. Em todas as visitas, a Caravana, que tinha como objetivo verificar in loco os indícios de grilagem de terras por empresas nacionais e estrangeiras e as consequentes violações de direitos humanos decorrentes dessas grilagens, testemunhou como o ambiente está danificado e o direito à alimentação, água e saúde das comunidades estão em risco.

A caravana foi coordenada pela FIAN Internacional e organizada pela FIAN Internacional, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, FIAN Brasil e CPT Piauí. Contou ainda com o apoio de diversas organizações nacionais e internacionais.

Link:<http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-recebe-participantes-da-caravana-matopiba>

DEZEMBRO/2017

Em Correntina, Bahia, missão composta por órgãos e entidades de defesa dos direitos humanos dialoga com moradores, lideranças e autoridades locais

Nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2017, uma missão organizada pelo Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH), composta por organizações de direitos humanos, movimentos sociais, Ministério Público Federal (MPF) e Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), foi a Correntina, na Bahia, para verificar violações de direitos após manifestações em defesa do Rio Arrojado, contra o uso indiscriminado das águas por empresas privadas em detrimento do direito à água de toda a população do município.

Além de reuniões com autoridades locais, a comitiva participou de audiência pública convocada pelo Ministério Público da Bahia, que reuniu mais de 5 mil pessoas no ginásio do município. O CNDH foi representado pelo conselheiro Gilberto Vieira, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que avalia que a missão conjunta ocorreu em momento oportuno, reuniu muitas organizações de peso com envolvimento na temática, e tirou encaminhamentos importantes.

Dentre os encaminhamentos estão a fiscalização das outorgas e das áreas para onde elas foram concedidas, a elaboração de um Projeto de Lei municipal com foco na proteção das áreas de recarga, além de investigação para todas as arbitrariedades relatadas pela população durante a investigação sobre as manifestações ocorridas no município em prol do rio Arrojado.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/em-correntina-bahia-missao-composta-por-orgaos-e-entidades-de-defesa-dos-direitos-humanos-dialoga-com-moradores-liderancas-e-autoridades-locais>

ABRIL/2018

CNDH participa de missão que verifica acirramento de conflitos agrários na região de Anapu, no Pará

Em abril de 2018, o CNDH realizou uma missão a região de Anapu, no Pará. O objetivo da missão foi verificar in loco o acirramento dos conflitos agrários na região, especialmente quanto às denúncias de violações de direitos das famílias que vivem legalmente no assentamento do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Virola-Jatobá. O local da missão fica na mesma região onde, em fevereiro de 2005, a missionária Dorothy Stang foi assassinada.

Além de visita ao PDS Virola-Jatobá, também estão previstas reuniões com diversos órgãos ligados à questão – como Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado, Instituto Brasileiro de Meio

Ambiente (Ibama), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Promotoria de Justiça Agrária do MP Estadual, Superintendência da Polícia Federal no Pará, Universidade Federal do Pará (UFPA) e Embrapa.

Link: [https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos/publishing_tools/?section=PUBLISHED_POSTS&sort\[0\]=published_time_descending](https://www.facebook.com/conselhodedireitoshumanos/publishing_tools/?section=PUBLISHED_POSTS&sort[0]=published_time_descending)

MAIO/2018

Pescadores e vazanteiros do Norte de Minas denunciam despejo ilegal ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Na quarta-feira 23 de maio de 2018, representantes da comunidade tradicional de pescadores e vazanteiros Canabrava, no Norte de Minas Gerais, reuniram-se com o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) em Brasília para apresentar denúncia de despejo ilegal e solicitar ajuda do Conselho na demanda por efetivação de Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), já que se trata de área pública, para que continuem a viver da pesca e da agricultura na região.

De acordo com o relato apresentado na reunião, no ano de 2017 a comunidade de aproximadamente 300 pessoas foi despejada ilegalmente do território que ocupava nas margens do rio São Francisco. A comunidade relatou que os jagunços, a mando de fazendeiros da região, queimaram tudo, fazendo a comunidade perder animais e plantações.

Na ocasião, o CNDH se comprometeu em solicitar informações ao governo de Minas Gerais, à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) do Ministério do Planejamento e à Advocacia Geral da União (AGU) sobre o caso.

Link: mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/maio/comunidade-de-pescadores-e-vazanteiros-do-norte-de-minas-denuncia-despejo-ilegal-ao-conselho-nacional-dos-direitos-humanos

AGOSTO/2018

CNDH encaminhou ofício ao presidente da Infraero e ao TRF da 4ª Região manifestando preocupação em relação ao iminente despejo de mais de cinco mil pessoas no município de Navegantes, em Santa Catarina

O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) encaminhou, no dia 17 de agosto de 2018, ofício ao presidente da Infraero e ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região manifestando preocupação em relação ao iminente despejo de mais de cinco mil pessoas no município de Navegantes, em Santa Catarina.

Moradores das comunidades conhecidas como Monte Sião e Nova Canaã, nas imediações do Aeroporto de Navegantes, estavam há 5 anos, aproximadamente, em conflito com a Infraero, que pretende ampliar a pista e o terminal de passageiros do aeroporto.

À época, o CNDH recebeu denúncias de que uma decisão judicial, que determinava o corte de energia e água das famílias, havia sido cumprida. Na ocasião, o Conselho oficiou as autoridades responsáveis e alertou que “os cortes de energia e de água violam o direito humano à alimentação adequada e à vida digna dessas pessoas, sendo urgente a promoção de medidas para reparação dessa violação”.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/agosto/cndh-manifesta-preocupacao-com-situacao-das-familias-de-monte-siao-e-nova-canaa>

SETEMBRO/2018

CNDH faz mediação de audiência entre INCRA, movimentos sociais e órgãos públicos e federais ligados à questão agrária no Pará

Sob mediação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, foi realizada no gabinete da presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Brasília, no dia 10 de setembro de 2018, uma audiência com movimentos sociais e órgãos públicos paraenses e federais ligados à questão agrária no Pará, em busca de soluções para as violações de direitos humanos decorrentes de conflitos agrários no estado.

Dentre os encaminhamentos da audiência ficou acordado a criação de uma força tarefa para a avaliação e arrecadação de terras que serão destinadas à reforma agrária; a realização de reuniões específicas para tratar da regularização de territórios quilombolas, e a realização de uma reunião entre órgãos públicos que detêm dados fundiários do estado com o objetivo de garantir a publicidade e disponibilização dessas informações.

O Conselho esteve no Pará entre os dias 10 e 13 de junho, onde realizou audiência pública para escuta das principais demandas de movimentos sociais relacionadas a violações de direitos humanos no campo e na cidade, e se reuniu com autoridades locais em busca de encaminhamentos para as questões apresentadas pela sociedade civil. A audiência com o Incra foi um dos desdobramentos da incidência que o CNDH realizou no Pará, estado de onde chega o maior volume de denúncias ao colegiado.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/setembro/audiencia-no-incra-constitui-forca-tarefa-para-arrecadacao-de-terras-publicas-destinadas-a-reforma-agraria-no-para>

OUTUBRO/2018

Resolução para garantia de direitos humanos em situações de conflitos por terra é aprovada pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Uma resolução sobre “soluções garantidoras de direitos humanos e medidas preventivas em situações de conflitos fundiários coletivos rurais e urbanos” foi aprovada no dia 17 de outubro de 2018, pela 41ª Plenária do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

O Brasil está no topo da lista dos países onde mais ativistas ambientais e da terra foram mortos em 2015, segundo pesquisa divulgada em junho de 2016 pela ONG Witness. A violência no campo pela disputa da terra ocasionou 70 mortes no ano passado, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nas cidades, a situação não é muito diferente, já que a falta de uma política habitacional adequada leva a um contingente significativo de pessoas a ocuparem áreas de risco nas cidades e sendo também vítimas de despejos forçados.

Na tentativa de contribuir com a diminuição dos conflitos e com a violação de direitos humanos resultantes destes conflitos, o CNDH elaborou esta resolução que tem como principais destinatários “os agentes e as instituições do Estado, inclusive do sistema de justiça, cujas finalidades institucionais demandem sua intervenção, nos casos de conflitos coletivos pelo uso, posse ou propriedade de imóvel, urbano ou rural, envolvendo grupos que demandam proteção especial do Estado, tais como trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra e sem teto, povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, pessoas em situação de rua e atingidos e deslocados por empreendimentos, obras de infraestrutura ou congêneres”.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/outubro/resolucao-para-garantia-de-direitos-humanos-em-situacoes-de-conflitos-por-terra-e-aprovada-pelo-conselho-nacional-dos-direitos-humanos>

CASO MASSACRE DE PAU D'ARCO

MAIO/2017

CNDH vai ao Sudeste do Pará em missão emergencial para acompanhar desdobramentos do massacre que deixou 10 trabalhadores rurais mortos na região

Apenas um dia após o Ato Denúncia “Por direitos e contra a violência no campo”, realizado no dia 23 de maio de 2017, em Brasília, dez

trabalhadores rurais foram mortos e vários feridos em um massacre na fazenda Santa Lúcia, localizada no município de Pau D'Arco, no sudeste do Pará, durante ação das Polícias Civil e Militar na manhã do dia 24.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), que organizou o Ato em conjunto com movimentos sociais e órgãos públicos com atuação em direitos humanos, deliberou em sua 27ª Reunião Ordinária, no mesmo dia do massacre, ir ao Pará em missão emergencial para acompanhar o caso.

A missão, que foi composta presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), Darci Frigo, e pela Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão e conselheira do CNDH, Deborah Duprat, tem como objetivo acompanhar a perícia e exigir que seja fosse a investigação da responsabilização dos culpados pelo massacre.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/aviso-de-pauta-cndh-vai-ao-sudeste-do-para-nesta-quinta-25-em-missao-emergencial-para-acompanhar-desdobramentos-do-massacre-que-deixou-10-trabalhadores-rurais-mortos-na-regiao>

JUNHO/2017

Massacre de Pau D'Arco será investigado pela Polícia Federal por determinação do ministro da justiça

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos foi notificado, no dia 1º de junho de 2017, pelo gabinete do Ministro da Justiça, Torquato Jardim, que a Polícia Federal iria investigar o massacre de Pau D'Arco, município do Sudeste do Pará onde dez trabalhadores rurais foram assassinados no dia 24 de maio, durante operação das Polícias Civil e Militar. A solicitação havia sido formalizada pelo CNDH no dia 29, após missão emergencial do colegiado ao local.

A autorização permitiu que a Polícia Federal atuasse na investigação “sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública arrolados no art. 144 da Constituição Federal, em especial das Polícias Militares e Cíveis dos Estados”. A atuação se deu nos termos da Lei 10.446, de 8 de maio de 2002, que prevê atuação da Polícia federal em casos de graves violações de direitos humanos.

Link: <http://www.mdh.gov.br/sdh/noticias/2017/junho/massacre-de-pau-d2019arco-sera-investigado-pela-policia-federal-determina-ministro-da-justica>

OUTUBRO/2017

Missão composta por CNDH, parlamentares e sociedade civil promove reuniões com autoridades do Pará sobre aumento da violência no campo, com um olhar especial ao Massacre de Pau D'Arco

No dia 6 de outubro de 2017, representantes do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH) e parlamentares da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal realizaram uma série de agendas com autoridades do estado do Pará para tratar do aumento no número de mortes e de violações de direitos humanos contra a população do campo naquele estado.

A Violência no campo foi pauta central, com um olhar especial ao Massacre de Pau D'Arco, em que 9 trabalhadores e 1 trabalhadora rural foram executados por agentes da segurança pública do Estado em maio de 2017.

Foram realizadas audiências com o presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJ/PA), Desembargador Ricardo Nunes; com o Governador do Pará, Simão Jatene, e com o Procurador-Geral de Justiça do estado, Gilberto Valente Martins. Também foram pautadas a estruturação do Iterpa (Instituto de Terras do Pará), a estruturação e atuação das Delegacias Especializadas em Conflitos Agrários e a atuação de policiais civis e militares em milícias rurais.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/missao-conjunta-composta-por-cndh-parlamentares-e-sociedade-civil-promove-reunioes-com-autoridades-do-para-para-tratar-do-aumento-da-violencia-no-campo>

DEZEMBRO/2017

CNDH solicita ao MJ e à Polícia Federal prosseguimento de investigações do Massacre de Pau D'Arco

A decisão da Ministra Laurita Vaz, presidenta do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que no dia 21 de dezembro de 2017 concedeu liminar restabelecendo as prisões dos policiais envolvidos no Massacre de Pau D'Arco, soltos no dia 18 de dezembro por determinação do Tribunal de Justiça do Pará, foi ao encontro da preocupação manifestada pelo CNDH em relação ao caso.

Diante do contexto de ameaças a lideranças que acompanham as investigações do massacre, que vitimou 10 trabalhadores rurais no Sul do Pará em maio deste ano, o CNDH havia contactado, no dia 19, o Ministério Público do Pará, tendo em vista que a soltura dos policiais agravava a situação dos ameaçados.

Ainda sobre Pau D'Arco, o CNDH também encaminhou, no dia 20 de dezembro de 2017, ofícios ao Ministro da Justiça, Torquato Jardim, e ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Fernando Segóvia, solicitando que fosse novamente designado um Delegado de Polícia Federal para que as investigações.

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/noticias/cndh-solicita-ao-mj-e-a-policia-federal-prosseguimento-de-investigacoes-do-massacre-de-pau-d2019arco-1>

ABRIL/2018

Conselho Nacional dos Direitos Humanos acompanha primeira fase das audiências de julgamento do massacre de Pau D'Arco

De 2 a 5 de abril de 2018, testemunhas do massacre de Pau D'Arco – que vitimou 10 trabalhadores/as rurais em maio de 2017 em fazenda do município de Redenção, no Pará – foram ouvidas em audiências de instrução e julgamento. As audiências ocorreram no âmbito da ação criminal proposta pelo Ministério Público do Pará contra os policiais civis e militares envolvidos no crime.

O vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Darci Frigo, foi a Redenção-PA para acompanhar a primeira fase das audiências de julgamento do crime que, segundo ele, não se explica sem que se saiba quem mandou.

De 2 a 5 de abril foram ouvidas as testemunhas listadas pela acusação; de 9 a 13 de abril foi a oitiva das testemunhas elencadas pela defesa; e de 16 a 19 de abril ocorreu o interrogatório dos acusados.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/novembro/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-acompanha-primeira-fase-das-audiencias-de-julgamento-do-massacre-de-pau-d2019arco>

MAIO/2018

Um ano depois, massacre de Pau D'Arco continua impune e mais pessoas são ameaçadas na região

Depois de um ano do massacre que vitimou 10 trabalhadores rurais em Pau D'Arco, no município de Redenção, Sudeste do Pará, o crime, que aconteceu na madrugada do dia 24 de maio de 2017, continua não esclarecido. Embora haja 17 policiais acusados, o judiciário ainda não chegou aos mandantes da chacina e há mais pessoas ameaçadas

na região, como é o caso dos advogados e advogadas de defesa dos trabalhadores.

As denúncias relatam a existência de listas de pessoas marcadas para morrer com o nome desses advogados, boatos, ligações telefônicas, e pessoas rondando suas casas.

O CNDH foi a Pau D'Arco em missão emergencial no dia 25 de maio de 2017, dia seguinte ao massacre, e passou a acompanhar de perto caso.

Link: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/maio/um-ano-depois-massacre-de-pau-d2019arco-continua-impune-e-mais-pessoas-sao-ameacadas-na-regiao>

INCIDÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS

As reuniões ordinárias do CNDH, onde Plenário e comissões permanentes se encontram de forma periódica para tratar de assuntos temáticos e de sucessivas demandas de violações de direitos, são realizadas mensalmente, em geral na segunda semana do mês. As reuniões acontecem na sede da Secretaria Nacional de Cidadania, do Ministério dos Direitos Humanos. Abaixo, a relação de todas as reuniões que ocorreram no último biênio.

2016

DEZEMBRO/2016

Cerimônia de Posse das Conselheiras e dos Conselheiros do CNDH, referente ao biênio 2016-2018

2017

FEVEREIRO/2017

24ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

26/01/2017 - 2ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Programas de Proteção (PPCAAM, PROVITA e Defensores)

01/02/2017 - Encontro Preparatório da Sociedade Civil Biênio 2016-2018 do CNDH

02 a 03/02/2017 - 24ª Reunião Plenária do CNDH

02/02/2017 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

22/02/2017 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

MARÇO/2017

25ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

07/03/2017 - 7ª Reunião da Comissão Permanente Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH

07/03/2017 - 3ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Programas de Proteção (PPCAAM, PROVITA e Defensores) do CNDH

08/03/2017 - 5ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade do CNDH

08/03/2017 - 7ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

09 e 10/03/2017 - 25ª Reunião Plenária CNDH

09/03/2017 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

ABRIL/2017

26ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

24/04/2017 - 2ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social do CNDH

24/04/2017 - 5ª Reunião da Comissão Permanente Direitos Humanos e Segurança Pública do CNDH

24/04/2017 - 5ª Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada do CNDH

25/04/2017 - 4ª Reunião da Comissão Permanente Direito à Cidade do CNDH

25/04/2017 - 5ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do CNDH

25/04/2017 - 6ª Reunião da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento à Criminalização dos Movimentos Sociais do CNDH

26 e 27/04/2017 - 26ª Reunião Plenária do CNDH

26/04/2017 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

MAIO/2017

27ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

08/05/2017 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

16/05/2017 - Reunião do Grupo de Trabalho Emergencial sobre Conflitos Fundiários do CNDH

18/05/2017 - Reunião do Grupo de Trabalho dos Direitos dos Povos e Comunidades Indígenas da Região Sul do CNDH

22/05/2018 - Reunião da Comissão Organizadora do Ato -Denúncia “Por direitos e contra a violência no campo”

22/05/2018 - 8ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

23/05/2018 - 6ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade do CNDH

23/05/2017 - 8ª Reunião da Comissão Permanente Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH

24 e 25/05/2017 - 27ª Reunião Plenária do CNDH

24/05/2017 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

JUNHO/2017

28ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

02/06/2017 - Reunião (via videoconferência) do Grupo de Trabalho Belo Monte do CNDH

08/06/2017 - Reunião do Grupo de Trabalho dos Direitos das Comunidades Quilombolas do CNDH

08/06/2017 - Reunião do Grupo de Trabalho do Sistema Socioeducativo do Ceará

09/06/2017 - 4ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Programas de Proteção (PPCAAM, PROVITA e Defensores), do CNDH

12/06/2017 - Reunião do Grupo de Trabalho Belo Monte / Belo Sun do CNDH

14/06/2017 - Reunião (via videoconferência) do Grupo de Trabalho dos Direitos dos Povos e Comunidades Indígenas da Região Sul do CNDH

19/06/2017 - 3ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social do CNDH

19/06/2017 - 6ª Reunião da Comissão Permanente Direitos Humanos e Segurança Pública do CNDH

20/06/2017 - 7ª Reunião da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento à Criminalização dos Movimentos Sociais do CNDH

28/06/2017 - 6ª Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada do CNDH

29/06/2017 - Reunião do Grupo de Trabalho Belo Monte / Belo Sun do CNDH

21 e 22/06/2017 - 28ª Reunião Plenária do CNDH

21/06/2017 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

JULHO/2017

01/07/2017 - Reunião do Grupo de Trabalho dos Direitos das Comunidades Quilombolas sobre Brejo dos Crioulos do CNDH

05/07/2017 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

17/07/2017 - 6ª Reunião (via videoconferência) da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do CNDH

17/07/2017 - Reunião do Grupo de Trabalho dos Direitos das Comunidades Quilombolas do CNDH

AGOSTO/2017

29ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

07/08/2017 - 5ª Reunião da Comissão Permanente Direito à Cidade do CNDH

08/08/2017 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

08/08/2017 - Reunião do Grupo de Trabalho para propor medidas que garantam os direitos humanos em conflitos coletivos possessórios rurais e urbanos do CNDH

09/08/2017 - 4ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social do CNDH

09/08/2017 - 9ª Reunião da Comissão Permanente Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH

09/08/2017 - 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Drogas e Saúde Mental do CNDH

21/08/2017 - 8ª Reunião da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento à Criminalização dos Movimentos Sociais do CNDH

21/08/2017 - 9ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

21/08/2017 - 7ª Reunião da Comissão Permanente Direitos Humanos e Segurança Pública do CNDH

22/08/2017 - 7ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade do CNDH

22/08/2017 - 7ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do CNDH

22/08/2017 - 7ª Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada do CNDH

23 e 24/08/2017 - 29ª Reunião Plenária do CNDH

23/08/2017 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

28/08/2017 - Reunião do Grupo de Trabalho do Sistema Socioeducativo do Ceará

SETEMBRO/2017

30ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

04/09/2017 - Reunião do Grupo de Trabalho Belo Monte / Belo Sun do CNDH

11/09/2017 - Reunião do Grupo de Trabalho dos Direitos das Comunidades Quilombolas do CNDH (avaliação Alcântara/MA)

25/09/2017 - 1ª Reunião da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em matéria de Direitos Humanos do CNDH

26/09/2017 - 8ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade do CNDH

26/09/2017 - 10ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

27 e 28/09/2017 - 30ª Reunião Plenária do CNDH

27/09/2017 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

OUTUBRO/2017

31ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

10/10/2017 - 8ª Reunião da Comissão Permanente Direitos Humanos e Segurança Pública do CNDH

19/10/2017 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

19/10/2017 - 5ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social do CNDH

23/10/2017 - 9ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do CNDH

24/10/2017 - 10ª Reunião da Comissão Permanente Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH

24/10/2017 - 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Drogas e Saúde Mental do CNDH

24/10/2017 - 8ª Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada do CNDH

25 e 26/10/2017 - 31ª Reunião Plenária do CNDH

25/10/2017 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

NOVEMBRO/2017

32ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

07/11/2017 - 11ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

07/11/2017 - Reunião para elaboração do Relatório do Grupo de Trabalho dos Direitos das Comunidades Quilombolas do CNDH

09 e 10/11/2017 - 32ª Reunião Plenária do CNDH

09/11/2017 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

22/11/2017 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

DEZEMBRO/2017

33ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

04/12/2017 - 10ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do CNDH

04/12/2017 - 11ª Reunião da Comissão Permanente Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH

04/12/2017 - 2ª Reunião da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em matéria de Direitos Humanos do CNDH

05/12/2017 - 9ª Reunião da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento à Criminalização dos Movimentos Sociais do CNDH

05/12/2017 - 9ª Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada do CNDH

06 e 07/12/2017 - 33ª Reunião Plenária do CNDH

06/12/2017 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

2018

JANEIRO/2018

34ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

17/01/2018 - Reunião preparatória sobre a missão imigrantes venezuelanos do CNDH

29/01/2018 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

29/01/2018 - 12ª Reunião da Comissão Permanente Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH

29/01/2018 - 9ª Reunião da Comissão Permanente Direitos Humanos e Segurança Pública do CNDH

30/01/2018 - 9ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade do CNDH

30/01/2018 - 6ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social do CNDH

30/01/2018 - 4ª Reunião da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em matéria de Direitos Humanos do CNDH

30/01/2018 - 3ª Reunião da Subcomissão Permanente de Drogas e Saúde Mental do CNDH

31/01 e 01/02/2018 - 34ª Reunião Plenária do CNDH

31/01/2018 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

FEVEREIRO/2018

19/02/2018 - 1ª Reunião preparatório para missão na penitenciária feminina do Distrito Federal do CNDH

21/02/2018 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

28/02/2018 - Reunião do Grupo de Trabalho Chacina Ceará do CNDH

28/02/2018 - 2ª Reunião preparatório para missão na penitenciária feminina do Distrito Federal do CNDH

MARÇO/2018

35ª Reunião Ordinária descentralizada do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

02/03/2018 - Reunião sobre o 6º Congresso Brasileiro de Saúde Mental

02/03/2018 - Reunião do GT construção do Pacto do CNDH com Conselhos Estaduais e Distrital de Direitos Humanos

06/03/2018 - Reunião sobre Relatório da missão fluxo migratório de venezuelanos

19/03/2018 - Reunião da Comissão Permanente Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)

22/03/2018 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

27/03/2018 - 11ª Reunião (via videoconferência) da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do CNDH

14 a 16/03/2018 - 35ª Reunião Plenária do CNDH no âmbito do Fórum Social Mundial - Salvador/BA

15/03/2018 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

ABRIL/2018

36ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

09/04/2018 - 10ª Reunião da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento à Criminalização dos Movimentos Sociais do CNDH

09/04/2018 - 12ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

10/04/2018 - 10ª Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada do CNDH

10/04/2018 - 1ª Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo do CNDH

11 a 12/04/2018 - 36ª Reunião Plenária do CNDH

11/04/2018 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

28/04/2018 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

MAIO/2018

37ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

02/05/2018 - Reunião do Grupo de Trabalho Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF) Relatório

07/05/2018 - 13ª Reunião da Comissão Permanente Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH

08/05/2018 - 10ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade do CNDH

08/05/2018 - 12ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do CNDH

08/05/2018 - 5ª Reunião da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em matéria de Direitos Humanos do CNDH

08/05/2018 - 7ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social do CNDH

09 a 10/05/2018 - 37ª Reunião Plenária do CNDH

09/05/2018 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

15/05/2018 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

JUNHO/2018

38ª Reunião Ordinária descentralizada do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), em Belém/PA

06/06/2018 - 11ª Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada do CNDH

28/06/2018 - 1ª Reunião do Grupo de Trabalho dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais do CNDH

11 a 13/06/2018 - 38ª Reunião Plenária descentralizada do CNDH – Belém/PA

11/06/2018 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

JULHO/2018

05/07/2018 - 2ª Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo do CNDH

05/07/2018 - Reunião do Grupo de Trabalho para propor medidas que garantam os direitos humanos em conflitos coletivos possessórios rurais e urbanos do CNDH

06/07/2018 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

11/07/2018 - 2ª Reunião do Grupo de Trabalho dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais do CNDH

12/07/2018 - Reunião do Grupo de Trabalho de organização do Seminário sobre Direitos da População de Rua do CNDH

AGOSTO/2018

39ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

06/08/2018 - 11ª Reunião da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento à Criminalização dos Movimentos Sociais do CNDH

07/08/2018 - 12ª Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada do CNDH

07/08/2018 - 14ª Reunião da Comissão Permanente Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH

20/08/2018 - Reunião (via videoconferência) do Grupo de Trabalho Agrotóxicos do CNDH

24/08/2018 - Reunião do Grupo de Trabalho do Sistema Socioeducativo do Ceará

27/08/2018 - Reunião do Grupo de Trabalho Agrotóxicos da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada do CNDH

08 e 09/08/2018 - 39ª Reunião Plenária do CNDH

08/08/2018 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

SETEMBRO/2018

40ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

02 a 04/09/2018 - 4ª Reunião da Subcomissão Permanente de Drogas e Saúde Mental do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) no âmbito do 6º Congresso Brasileiro de Saúde Mental

11/09/2018 - 11ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade do CNDH

11/09/2018 - 13ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do CNDH

11/09/2018 - 3ª Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo do CNDH

11/09/2018 - Reunião do Grupo de Trabalho para propor medidas que garantam os direitos humanos em conflitos coletivos possessórios rurais e urbanos do CNDH

13/09/2018 - 13ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

12 e 13/09/2018 - 40ª Reunião Plenária do CNDH

12/09/2018 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

24/09/2018 - Reunião do Grupo de Trabalho para Construção do Pacto Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH com Conselhos Estaduais e Distrital de Direitos Humanos

25/09/2018 - Reunião Processo Apuratório do CNDH

26/09/2018 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

27/09/2018 - Reunião Preparatória para Missão do Grupo de Trabalho dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) ao Pantanal/MS

OUTUBRO/2018

41ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

15/10/2018 - 8ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social do CNDH

16/10/2018 - Reunião do Grupo de Trabalho para propor medidas que garantam os direitos humanos em conflitos coletivos possessórios rurais e urbanos do CNDH

16/10/2018 - 12ª Reunião da Comissão Permanente Defensores dos Direitos Humanos e Enfrentamento à Criminalização dos Movimentos Sociais do CNDH

16/10/2018 - 13ª Reunião da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação Adequada do CNDH

16/10/2018 - 6ª Reunião da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em matéria de Direitos Humanos do CNDH

18 e 19/10/2018 - 3ª Reunião Ampliada do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com os Conselhos Estaduais e Distrital de Direitos Humanos

19/10/2018 - 1ª Reunião da Comissão Eleitoral do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) biênio 2018-2020

17 e 18/10/2018 - 41ª Reunião Plenária do CNDH

17/10/2018 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

NOVEMBRO/2018

42ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

05/11/2018 - 12ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade do CNDH

05/11/2018 - 4ª Reunião da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo do CNDH

09/11/2018 - Reunião do Grupo de Trabalho dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais do CNDH

26/11/2018 - 14ª Reunião (via videoconferência) da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão do CNDH

27/11/2018 – 14ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua do CNDH

06/11/2018 - Reunião da Mesa Diretora do CNDH

07 e 08/11/2018 - 42ª Reunião Plenária do CNDH

DEZEMBRO/2018

43ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

10/12/2018 - Entrega do Relatório de Atividades do biênio 2016/2018 e Solenidade de Posse do Novo Mandato do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) 2018-2020

11/12/2018 - Reunião Ampliada de Transição (mandatos 2016/2018 e 2018/2020)

10 e 11/12/2018 – 43ª Reunião Plenária do CNDH

MISSÕES CNDH

As missões do CNDH consistem em visitas *in loco* a estados e municípios brasileiros para verificar a ocorrência de situações violadoras de direitos humanos. Durante as missões, além da escuta das pessoas e organizações que compõem os grupos atingidos pelas violações para elaboração do diagnóstico da situação, são realizadas reuniões institucionais com os órgãos públicos locais e nacionais com responsabilidade no objeto da missão, no sentido de encaminhar soluções emergenciais.

Ao final das missões, o CNDH realiza uma audiência pública com a presença de todas as partes envolvidas, para apresentação de demandas e estabelecimento de compromissos por parte de autoridades públicas. Após as missões, são produzidos relatórios finais contendo diagnóstico da situação e recomendações direcionadas às instituições responsáveis, com a proposição de soluções às questões identificadas. Os relatórios são aprovados em Plenário e as instituições responsáveis são instadas acerca das recomendações por ofício, com prazo para resposta.

As missões são construídas no âmbito das comissões permanentes do CNDH, por meio de grupos de trabalho constituídos em conjunto com a sociedade civil local, que indica as violações e as demandas emergenciais. Geralmente são casos emblemáticos de violações que afetam coletividades, que chegam ao Conselho por meio de denúncias.

2017

JANEIRO/2017

Missão conjunta com a Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério de Direitos Humanos (SNC/MDH) a Manaus, Estado do Amazonas, sobre massacre de pessoas em situações de privação de liberdade no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj)

FEVEREIRO/2017

Missão conjunta com a Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério de Direitos Humanos (SNC/MDH) a Boa Vista, Estado de Roraima, sobre massacre de pessoas em situações de privação de liberdade na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo

MARÇO/2017

Missão de seguimento a Rio Bonito do Iguaçu, no Estado do Paraná, sobre violações de direitos humanos relacionados a conflitos fundiários

MARÇO/2017

Missão de seguimento a Altamira, no Estado do Pará, sobre violações de direitos humanos da população atingida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte e da mineradora Belo Sun

MARÇO/2017

Preparatória à missão a Fortaleza, no Estado do Ceará, sobre cumprimento das medidas cautelares proferidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em face das violações de direitos humanos do sistema socioeducativo

MARÇO/2017

Missão de seguimento a Porto Velho, Estado de Rondônia, sobre violações de direitos de defensores e defensoras de direitos humanos relacionadas a conflitos fundiários

ABRIL/2017

Missão de seguimento a Recife, Estado de Pernambuco, sobre violações de direitos no sistema socioeducativo

MAIO/2017

Missão emergencial a Pau D'Arco, no Estado do Pará, sobre a grave violações de direitos humanos diante do assassinato de dez trabalhadores/as rurais

MAIO/2017

Missão emergencial a região da Luz, conhecida como “Cracolândia”, no Estado de São Paulo, sobre violações de direitos humanos decorrentes da remoção violenta de usuários de drogas e pessoas em situação de rua

JULHO/2017

Missão a Manaus, Estado do Amazonas, sobre violações de direitos humanos relacionadas a casos de chacina que vitimou mais de trinta pessoas e acompanhamento da investigação (Operação Alcateia)

JULHO/2017

Missão a Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, sobre direitos da comunidade quilombola de Brejo dos Crioulos

AGOSTO/2017

Missão a Belém, Estado do Pará, sobre violações de direitos humanos relacionadas a casos de chacina que vitimou dez jovens e acompanhamento da investigação da chacina

AGOSTO/2017

Missão conjunta com Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) a Fortaleza, Estado do Ceará, sobre cumprimento das medidas cautelares proferidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em face das violações de direitos humanos do sistema socioeducativo

AGOSTO/2017

Missão emergencial conjunta com a Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial a Iúna, no Estado da Bahia, sobre o assassinato de lideranças quilombolas

AGOSTO/2017

Missão a Alcântara, no Estado do Maranhão, sobre violações de direitos de comunidades quilombolas

AGOSTO/2017

Missão de seguimento a Porto Velho, Estado de Rondônia, sobre violações de direitos de defensores e defensoras de direitos humanos relacionadas a conflitos fundiários

OUTUBRO/2017

Missão a Santarém, no Estado do Pará, sobre violações de direitos de comunidades quilombolas

OUTUBRO/2017

Missão a Maceió, no Estado de Alagoas, sobre violações de direitos da população em situação de rua

NOVEMBRO/2017

Missão conjunta com Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos a Correntina, no Estado da Bahia, sobre violações ao direito à livre manifestação e violações de direitos humanos relacionadas ao acesso à água

MARÇO/2017

Missão de seguimento a Porto Velho, Estado de Rondônia, sobre violações de direitos de defensores e defensoras de direitos humanos relacionadas a conflitos fundiários

ABRIL/2017

Missão de seguimento a Recife, Estado de Pernambuco, sobre violações de direitos no sistema socioeducativo

MAIO/2017

Missão emergencial a Pau D'Arco, no Estado do Pará, sobre a grave violações de direitos humanos diante do assassinato de dez trabalhadores/as rurais

MAIO/2017

Missão emergencial a região da Luz, conhecida como “Cracolândia”, no Estado de São Paulo, sobre violações de direitos humanos decorrentes da remoção violenta de usuários de drogas e pessoas em situação de rua

JULHO/2017

Missão a Manaus, Estado do Amazonas, sobre violações de direitos humanos relacionadas a casos de chacina que vitimou mais de trinta pessoas e acompanhamento da investigação (Operação Alcateia)

JULHO/2017

Missão a Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, sobre direitos da comunidade quilombola de Brejo dos Crioulos

AGOSTO/2017

Missão a Belém, Estado do Pará, sobre violações de direitos humanos relacionadas a casos de chacina que vitimou dez jovens e acompanhamento da investigação da chacina

AGOSTO/2017

Missão conjunta com Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) a Fortaleza, Estado do Ceará, sobre cumprimento das medidas cautelares proferidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em face das violações de direitos humanos do sistema socioeducativo

AGOSTO/2017

Missão emergencial conjunta com a Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial a Iúna, no Estado da Bahia, sobre o assassinato de lideranças quilombolas

AGOSTO/2017

Missão a Alcântara, no Estado do Maranhão, sobre violações de direitos de comunidades quilombolas

AGOSTO/2017

Missão de seguimento a Porto Velho, Estado de Rondônia, sobre violações de direitos de defensores e defensoras de direitos humanos relacionadas a conflitos fundiários

OUTUBRO/2017

Missão a Santarém, no Estado do Pará, sobre violações de direitos de comunidades quilombolas

OUTUBRO/2017

Missão a Maceió, no Estado de Alagoas, sobre violações de direitos da população em situação de rua

NOVEMBRO/2017

Missão conjunta com Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos a Correntina, no Estado da Bahia, sobre violações ao direito à livre manifestação e violações de direitos humanos relacionadas ao acesso à água

DEZEMBRO/2017

Missão ao território quilombola Rio dos Macacos, no Estado da Bahia, sobre violações de direitos humanos relacionadas ao impedimento de acesso dos quilombolas ao seu território, ao tensionamento entre os militares e a comunidade, além de ameaças e perseguições a lideranças e defensores e defensoras de direitos humanos da região.

2018

JANEIRO/2018

Missão a Boa Vista e Pacaraima, no Estado de Roraima, a Manaus, no Estado do Amazonas, e a Santarém e Belém, no Estado do Pará, sobre violações de direitos humanos relacionadas ao fluxo migratório de venezuelanos/as

MARÇO/2018

Missão de seguimento à região da Luz, conhecida como “Cracolândia”, no Estado de São Paulo, sobre violações de direitos humanos decorrentes da remoção violenta de usuários de drogas e pessoas em situação de rua

MARÇO/2018

Missão a Penitenciária Feminina Colmeia, no Distrito Federal sobre violações do direito humano à alimentação adequada de gestantes, lactantes e/ou com filhos em situações de privação de liberdade

MARÇO/2018

Missão emergencial ao Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, sobre a grave violação de direitos humanos diante do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Pedro Gomes

ABRIL/2018

Missão a Marabá, no Estado do Pará, sobre violações de direitos humanos decorrentes da fumigação de agrotóxicos

ABRIL/2018

Missão conjunta com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) a Anapu, no Estado do Pará, sobre violações de direitos humanos da população no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá (Anapu/PA)

MAIO/2018

Missão a Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, sobre violações de direitos humanos relacionadas à retirada de 20 pessoas em situação de rua pela guarda municipal de Porto Alegre

JUNHO/2018

Missão de seguimento a Boa Vista e Pacaraima, no Estado de Roraima, sobre violações de direitos humanos relacionadas ao fluxo migratório de venezuelanos/as

AGOSTO/2018

Missão de seguimento ao Rio de Janeiro, sobre a grave violação de direitos humanos diante do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Pedro Gomes

AGOSTO/2018

Missão a Santo Antônio do Descoberto, no Estado de Goiás, sobre violações de direitos humanos de comunidades e povos tradicionais (benzedeiros)

SETEMBRO/2018

Missão a Canavieiras, no Estado da Bahia, sobre violações de direitos humanos de comunidades e povos tradicionais (pescadores/as e população extrativistas tradicionais)

OUTUBRO/2018

Missão ao Pantanal, no Estado do Mato Grosso, sobre violações de direitos humanos de comunidades e povos tradicionais (pantaneiros/as)

NOVEMBRO/2018

Missão conjunta com a Fian Brasil ao norte do Estado de Minas Gerais, sobre violações de direitos humanos de comunidades e povos tradicionais

NOVEMBRO/2018

Missão ao Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo, sobre violações de direitos humanos decorrentes do uso de agrotóxicos

RELATÓRIOS

2017

FEVEREIRO/2017

Relatório parcial do CNDH da missão sobre direitos da população atingida pela implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e da Mineradora Belo Sun

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Relatorioparcial_BeloMonteBeloSun_Aprovado_final.pdf

FEVEREIRO/2017

Relatório do CNDH sobre violações de direitos humanos no Sistema Socioeducativo em Pernambuco

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of_RelatriosobreSistemaSocioeducativodePernambucovisitaCNDH2016_FINAL_Comanexos.pdf

MAIO/2017

Relatório do CNDH sobre Rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco e seus efeitos sobre o Vale do Rio Doce

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/RelatriodaBarragemdoRioDoce_FINAL_APROVADO.pdf

OUTUBRO/2017

Relatório do CNDH, PFDC e CONANDA sobre monitoramento das Medidas Cautelares 60-15 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) outorgadas em face das violações de direitos humanos do Sistema Socioeducativo do Ceará

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy4_ofRelatrioCNDHPFD-CeCONANDAsobremedidascautelaressocioeducativoCear_comanexos.pdf

NOVEMBRO/2017

Relatório do Encontro Nacional de Direitos Humanos de 2017

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/RELATRIOFINALENDH2017_06.12.2017.pdf

DEZEMBRO/2017

Relatório do CNDH sobre direitos da população atingida pela implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e da Mineradora Belo Sun

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/RelatriodeBeloMonteBeloSun_aprovadocomrevisaoDOPLENRIO.pdf

DEZEMBRO/2017

Relatório do CNDH sobre violações de direitos humanos das comunidades quilombolas no Brasil

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/RelatorioGTQuilombola_finalcompleta.pdf

2018

MAIO/2018

Relatório do CNDH sobre violações de direitos contra imigrantes venezuelanos/as no Brasil

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/RelatriosobreViolasdeDireitosHumanoscontraImigrantesVenezuelanos.pdf>

AGOSTO/2018

Relatório do CNDH sobre Direito Humano à Alimentação Adequada na penitenciária feminina do Distrito Federal

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/RelatrioPFDF_FINAL_APROVADO.pdf

RESOLUÇÕES

2017

Resolução nº 2, de 03 de fevereiro de 2017: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Resoluon02ComissoTrabalho.pdf>

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/638340/do1-2017-12-01-resolucao-n-2-de-3-de-fevereiro-de-2017-638336

Resolução nº 3, de 03 de fevereiro de 2017: Aprova o Relatório sobre o Sistema Socioeducativo do Estado de Pernambuco, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Resoluon03RelatrioSocioeducativoPernambuco.pdf>

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/638353/do1-2017-12-01-resolucao-n-3-de-3-de-fevereiro-de-2017-638349

Resolução nº 4, de 24 de maio de 2017: Aprova a versão final do Relatório sobre rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco e seus efeitos sobre o Vale do Rio Doce, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Resoluon04RelatrioSamarco.pdf>

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/638327/do1-2017-12-01-resolucao-n-4-de-24-de-maio-de-2017-638323

Resolução nº 5, de 22 de junho de 2017: Dispõe sobre a criação da Subcomissão de Políticas de Drogas e Saúde Mental, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/resolucoes/Resoluon05SubcomissoSadeMental.pdf>

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/638380/do1-2017-12-01-resolucao-n-5-de-22-de-junho-de-2017-638376

Resolução nº 6, de 22 de junho de 2017: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em matéria de Direitos Humanos, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Resoluon06ComissoInternacional.pdf>

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/638393/do1-2017-12-01-resolucao-n-6-de-22-de-junho-de-2017-638389

Resolução nº 7, de 23 de agosto de 2017: Dispõe sobre posicionamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH na garantia de direitos e livre debate sobre gênero e sexualidade humana em âmbito escolar

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/resolucoes/Resoluon07escolasempartido_APROVADA.pdf

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/638406/do1-2017-12-01-resolucao-n-7-de-23-de-agosto-de-2017-638402

Resolução nº 8, de 25 de outubro de 2017: Instaura o Processo Apuratório nº 01/2017/CNDH para investigar possíveis condutas violadoras de direitos humanos por parte Ministro de Estado do Trabalho, Ronaldo Nogueira

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/resolucoes/Resoluon08Processoapuratrio.pdf>

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/646075/do1-2017-12-01-resolucao-n-8-de-25-de-outubro-de-2017-646071

Resolução nº 9, de 6 de dezembro de 2017: Dispõe sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada de mulheres e adolescentes em privação de liberdade, em especial gestantes, lactantes e com filhos e filhas

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/resolucoes/copy_of_ResoluonCNDHn92017_DireitoHumanoAlimentaoAdequadademulhereseadolescentesemprivaodeliberdadeemespecialgestanteslactantesecomfilhosefilhas.pdf

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/6115950/do1-2018-03-12-resolucao-n-9-de-6-de-dezembro-de-2017-6115946

2018

Resolução nº 1, de 1º de fevereiro de 2018: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente de Promoção e Defesa das Mulheres, da População LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos), Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo, no âmbito do Conselho Nacional de Direitos Humanos

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Resoluon012018ComissoGneroLGBTeRaa.pdf>

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/3708996/do1-2018-02-20-resolucao-n-1-de-1-de-fevereiro-de-2018-3708992

Resolução nº 2, de 14 de março de 2018: Dispõe sobre a prorrogação do prazo de duração dos trabalhos da Comissão de Apuração, do Processo Apuratório nº01/2017, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Resoluon02_2018Prorrogaodoprazo.ProcessoApuratrio.pdf

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/7866261/do1-2018-03-26-resolucao-n-2-de-14-de-marco-de-2018-7866257

Resolução nº 3, de 18 de junho de 2018: Dispõe sobre a prorrogação do prazo de duração dos trabalhos da Comissão de Apuração, do Processo Apuratório nº01/2017, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Resoluon32018Prorrogaoprocessoapuratrio.pdf>

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/27129466/do1-2018-06-25-resolucao-n-3-de-18-de-junho-de-2018-27129437

Resolução nº 4, de 08 de agosto de 2018: Dispõe sobre a extinção da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Segurança Pública, no âmbito do Conselho Nacional de Direitos Humanos

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of___SEI_MDH0511123Resoluo__.pdf

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/37213568/do1-2018-08-17-resolucao-n-4-de-8-de-agosto-de-2018-37213259

Resolução nº 5, de 09 de agosto de 2018: Aprova o Relatório das Violações de Direitos contra Comunidades Quilombolas, no âmbito do Conselho Nacional de Direitos Humanos

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of___SEI_MDH0533212Resoluo__.pdf

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/37213573/do1-2018-08-17-resolucao-n-5-de-9-de-agosto-de-2018-37213369

Resolução nº 6, de 09 de agosto de 2018: Aprova o Relatório sobre os Direitos da população atingida pela implementação da Usina Hidroelétrica de Belo Monte e da Mineradora Belo Sun, no âmbito do Conselho Nacional de Direitos Humanos

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of___SEI_MDH0533218Resoluo__.pdf

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/37213579/do1-2018-08-17-resolucao-n-6-de-9-de-agosto-de-2018-37213410

Resolução nº 7, de 09 de agosto de 2018: Aprova o Regulamento das Eleições da representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Resoluon7RegulamentodaseleiesdasociedadecivilnoCNDH.pdf>

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/37213579/do1-2018-08-17-resolucao-n-6-de-9-de-agosto-de-2018-37213410

Resolução nº 8, de 09 de agosto de 2018: Aprova o Relatório sobre as Violações de Direitos contra Imigrantes Venezuelanos no Brasil, do Conselho Nacional de Direitos Humanos

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of___SEI_MDH0533225Resoluo__.pdf

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/37213596/do1-2018-08-17-resolucao-n-8-de-9-de-agosto-de-2018-37213455

Resolução nº 9, de 09 de agosto de 2018: Aprova o Relatório sobre Direito Humanos à Alimentação Adequada na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, do Conselho Nacional de Direitos Humanos

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of___SEI_MDH0535161Resoluo__.pdf

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/37213612/do1-2018-08-17-resolucao-n-9-de-9-de-agosto-de-2018-37213468

Resolução nº 10, 17 de outubro de 2018: Dispõe sobre soluções garantidoras de direitos humanos e medidas preventivas em situações de conflitos fundiários coletivos rurais e urbanos

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Resoluon10SolucaoGarantidorasdeconflitosfundirioscoletivosrurais.pdf>

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/46888196/do1-2018-10-24-resolucao-n-10-de-17-de-outubro-de-2018-46888055

Resolução nº 11, de 17 de outubro de 2018, Dispõe sobre a prorrogação do prazo para as conclusões dos trabalhos da Comissão de Apuração, do processo apuratório nº 01/2017 do Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Resoluon11Prorrogaoprocessoapuratrio.pdf>

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/46888400/do1-2018-10-24-resolucao-n-11-de-17-de-outubro-de-2018-46888129

Resolução nº 12, de 31 de outubro de 2018, que institui a Comissão Eleitoral de que trata o §5º do art. 7º da Resolução nº1, de 09 de junho de 2015 e o Edital de Convocação nº1 de 10 de setembro de 2018, do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH e dá outras providências

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Resoluon12Comissoeeleitoral.pdf>

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/49750399/do2-2018-11-12-resolucao-n-12-de-31-de-outubro-de-2018-49750311

RECOMENDAÇÕES

2017

Recomendação nº 01, de 3 de fevereiro de 2017, sobre o Conselho Ribeirinho da UHE Belo Monte

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/recomendacoes-1/recomendacao-cndh-01-2017/view>
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=260&data=17/02/2017>

Recomendação nº 02, de 10 de março de 2017, sobre a Lista Suja do Trabalho Escravo

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/recomendacoes-1/recomendacao-cndh-02-2017/view>

Recomendação nº 03, de 10 de março de 2017, sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2017 (Reforma da Previdência)

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/recomendacoes-1/recomendacao-cndh-03-2017/view>

Recomendação nº 04, de 26 de abril de 2017, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 6787/2026 (Reforma Trabalhista)

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Recomendaon-04de26deabrilde2017ProjetodeLei6787_2026ReformaTrabalhista.pdf

Recomendação nº 05, de 02 de maio de 2017, sobre a MP 759, regularização fundiária urbana e rural

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/recomendacoes-1/recomendacao-05-regularizacao-fundiaria/view>

Recomendação nº 06, de 24 de maio de 2017, sobre ação das políticas nas região da Luz, em São Paulo

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Recomendaon06AonaLuzemSP.pdf>

Recomendação nº 07, de 25 de outubro de 2017, sobre violações de direitos humanos causadas pela política econômica brasileira e pela Emenda do “Teto dos Gastos”

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/recomendacoes-1/Recomendaon7_2017_Polticaeconmica.pdf

Recomendação nº 08, de 25 de outubro de 2017, sobre orçamentos destinados à participação e controle social

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/recomendacoes-1/Recomendaon8_ParticipaoSocial.pdf

Recomendação nº 09, de 25 de outubro de 2017, sobre tramitação do Projeto de Lei nº 6.670/2016, que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA)

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/recomendacoes-1/copy2_of_Recomendaon9_Agrotxicos.pdf

Recomendação nº 10, de 25 de outubro de 2017, sobre PLC nº 07/2016, que altera a Lei Maria da Penha, atribuindo à autoridade policial a concessão de medidas protetivas de urgência

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/recomendacoes-1/Recomendaon10_2017_PLCMariadaPenha_OK.pdf

2018

Recomendação nº 01, de 31 de janeiro de 2018, sobre direitos de venezuelanas e venezuelanos no fluxo migratório no Brasil

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/recomendacoes-1/Recomendao1fluxomigratriovenzuelanosnoBrasil_final.pdf

http://portal.impresnacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/3731500/do1-2018-02-20-recomendacao-n-1-de-31-de-janeiro-de-2018-3731496

Recomendação nº 02, de 31 de janeiro de 2018, sobre debate acerca de novas diretrizes da Política de Drogas

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/recomendacoes-1/Recomendao2CONAD.pdf>

http://portal.impresnacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/3731513/do1-2018-02-20-recomendacao-n-2-de-31-de-janeiro-de-2018-3731509

Recomendação nº 3, de 31 de janeiro de 2018, sobre revogação da Resolução nº 32/17 e da Portaria nº 3.588/17, do Ministério da Saúde, que alteraram a Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/recomendacoes-1/Recomendao3revogaioresoluoportariadoMS.pdf>

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/3731526/do1-2018-02-20-recomendacao-n-3-de-31-de-janeiro-de-2018-3731522

Recomendação nº 4, de 11 de junho de 2018, sobre sobre medidas de combate às fake news (notícias falsas) e garantia do direito à liberdade de expressão

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Recomendaon4fakenews.pdf>

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/27129495/do1-2018-06-25-recomendacao-n-4-de-11-de-junho-de-2018-27129463

Recomendação nº 5, de 17 de outubro de 2018, sobre o direito de venezuelanas e venezuelanos no fluxo migratório no Brasil em seguimento às missões do CNDH para verificação da situação em Roraima

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Recomendaon-5direitodevenezuelanxsnofluxomigratorioBrasilenseguimentosmissesdoCNDH.pdf>

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/47543086/do1-2018-10-29-recomendacao-n-5-de-17-de-outubro-de-2018-47542983

Recomendação nº 6, de 7 de novembro de 2018, sobre o posicionamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos contra a privatização do sistema prisional

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Recomendaon-6sobreoposicionamentodoConselhoNacionaldosDireitosHumanos-contraaprivatizaodosistemaprisional.pdf>

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/52004061/do1-2018-11-27-recomendacao-n-6-de-7-de-novembro-de-2018-52003799

Recomendação nº 7, de 8 de novembro de 2018, pela garantia dos direitos econômicos e sociais das organizações dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis e pela necessidade da aprovação da PEC 309/13, que prevê a aposentadoria especial para catadores e catadoras de materiais recicláveis

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Recomendaon7pelagarantiadosdireitoseconmicosesociaisdasorganizaesdoscatadoresedascatadorasdemateriaisreciclveis.pdf>

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/52004048/do1-2018-11-27-recomendacao-n-7-de-8-de-novembro-de-2018-52003846

Recomendação nº 8, de 7 de novembro de 2018, sobre a Ampliação das Unidades de Acolhimento (UA) e sobre a revogação da Portaria GM nº 3.449, de 25 de outubro de 2018, que institui comitê sobre Comunidades Terapêuticas

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Recomendaon8sobreaAmpliaodasUnidadesdeAcolhimentoUAesobrearevogaodaPortariaGMn3.449de25deoutubrode2018ComunidadesTeraputicas.pdf>

http://portal.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/52004066/do1-2018-11-27-recomendacao-n-8-de-7-de-novembro-de-2018-52003833

NOTAS PÚBLICAS

2017

Nota Pública, de 04 de janeiro de 2017, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos Sobre Massacre no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ), em Manaus

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/notas-publicas/nota-publica-sobre-massacre-no-compaj-manaus/view>

Nota Pública, de 03 de fevereiro de 2017, do CNDH Sobre o Emprego das Forças Armadas no Sistema Prisional

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/notas-publicas/nota-publica-do-cndh-sobre-o-emprego-das-forcas-armadas-no-sistema-prisional/view>

Nota Pública, de 10 de março de 2017, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/notas-publicas/nota-sobre-a-criminalizacao-de-movimentos-sociais/view>

Nota Pública, de 10 de março de 2017, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos Sobre os Crimes Praticados Contra as Pessoas em Situação de Rua

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/notas-publicas/nota-sobre-crimes-contrapopulacao-de-rua/view>

Nota Pública, de 11 de abril de 2017, do CNDH sobre a Morte de Manifestante em Itambé-PE

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/notas-publicas/nota-publica-sobre-jovem-assassinado-em-itambe-pe/view>

Nota de Repúdio, de 17 de maio de 2017, à violência contra as Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Brasil

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/20170517NotadeRepdioviolnciacontraasPessoasLGBTB_final.pdf

Nota de Repúdio, de 24 de maio de 2017, ao Decreto Presidencial de 24 De Maio de 2017, que Autoriza o Emprego das Forças Armadas para a “Garantia da Lei e da Ordem” no Distrito Federal

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/20170524NotadeRepdio_ForasArmadas.pdf

Nota Pública, de 22 de junho de 2017, em Repúdio ao Relatório da CPI da Funai e Incra

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/20170622NotaPblicaCPIFUNAIINCRA_aprovada.pdf

Nota Pública, de 21 de agosto de 2017, do CNDH sobre o Massacre de Pau D'arco (PA) e a Recente Soltura de Policiais sob Investigação

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/mocoos/20170811NotapblicaMassacredePauDArcoesolturadepoliciaissobinvestigao_revisada.pdf

Nota Pública, de 23 de agosto de 2017, do CNDH Contra o Foro Diferenciado para Militares Envolvidos em Mortes de Civis

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/mocoos/20170823NotaPblicaCNDHJusticaMilitar_APROVADA.pdf

Nota Pública, de 24 de agosto de 2017, do CNDH de Solidariedade às Defensoras e aos Defensores de Direitos Humanos dos Povos Indígenas

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/mocoos/20170824NotadesolidariedadeCNDHdefensorressul_APROVADA.pdf

Nota Pública, de 24 de agosto de 2017, do CNDH contra a Reforma Trabalhista

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/mocoos/20170824NotacontraaReformaTrabalhista.pdf>

Nota Pública, de 24 de agosto de 2017, do CNDH - Repúdio ao Emprego das Forças Armadas na Segurança Pública do Rio de Janeiro

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/mocoos/20170824NotaderepdioaoempregodasForasArmadasnRJ_revisada.pdf

Nota Pública conjunta do CNDH, Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF), de 18 de setembro de 2017, contra a Ampliação e o Financiamento Público de Leitos em Hospitais Psiquiátricos

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/mocoes/20170919Notapblicaconjuntacontrafinanciamentopublicoampliadeleitosemhospitaispsiquitricos.pdf>

Nota Pública, de 27 de setembro de 2017, do CNDH de Repúdio à Proibição de Visitas Íntimas no Sistema Penitenciário Federal

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/mocoes/2017.09.27NotaCNDHvisitaintimaSPF_aprovada.pdf

Nota Pública, de 27 de setembro de 2017, do CNDH - Repúdio ao Parecer 01/2017 da AGU que Viola o Direito dos Povos Indígenas aos seus Territórios

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/mocoes/2017.09.28NotasobreParecern01daAGU_aprovada_final.pdf

Nota Pública, de 28 de setembro de 2017, do CNDH - Apoio à Resolução nº 01/99 do Conselho Federal de Psicologia

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/mocoes/20170928NotadeApoioaResoluo01CFP_aprovada.pdf

Nota Pública, de 07 de dezembro de 2017, do CNDH em Repúdio à Desconfiguração da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/mocoes/2017.12.07Notaemrepdiodesconfiguraodapoliticadedrogasesademental.pdf>

Nota Pública, de 07 de dezembro de 2017, do CNDH em Repúdio ao Racismo Institucional

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/mocoes/copy_of_2017.12.07NotadoCNDHemrepdioao-racismoinstitutional_aprovada.pdf

Nota Pública, de 14 de dezembro de 2017, do CNDH e do Conanda sobre Liberdade Artística, Classificação Indicativa e Proteção de Crianças e Adolescentes

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/mocoes/2017.12.14NOTACNDHeCONANDAliberdadeartstica_aprovada.pdf

Nota Pública, de 28 de dezembro de 2017, do CNDH em Repúdio a Agressões Misóginas e de Incitação ao Crime de Estupro Proferidas por Vereador de Taquari/Rs

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/mocoos/2017.12.28NOTADOCNDHEMREPDIOAAGRESSESISMISGINAS_final.pdf

2018

Nota Pública, de 31 de janeiro de 2018, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos sobre o Aumento da Violência em Conflitos no Campo

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/mocoos/Notapblicaviolncianocampo_aprovada.pdf

Nota Pública, de 31 de janeiro de 2018, do CNDH - Repúdio à Resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), que Busca Alterar as Diretrizes para a Arquitetura Penal no Brasil

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/mocoos/NotaderepdioresoluodoCNPCCP.pdf>

Nota Pública, de 31 de janeiro de 2018, do CNDH em Defesa dos Direitos das Quebradeiras de Coco e em Repúdio ao Projeto de Lei Estadual 194/2017, que Incentiva a Queima Total do Babaçu no Tocantins

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/mocoos/NotadoCNDHsobreoprojetodelei194_AlteradanaCPIndgenas_aprovada.pdf

Nota Pública, de 19 de fevereiro de 2018, do CNDH Contra a Intervenção Militar no Estado do Rio de Janeiro

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cndh/mocoos/NotadoCNDHsobreintervencamilitarnoRJ_Aprovada.pdf

Nota Pública, de 15 de março de 2018, do CNDH - Pesar e Indignação pela Execução Brutal da Vereadora Carioca Marielle Franco

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/20180315NotaPblicadepesareindignaosobreexecuobrutaldeMarielleFranco.pdf>

Nota Pública, de 06 de abril de 2018, do CNDH em Repúdio às Reiteradas Ameaças ao Estado Democrático de Direito

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/20180406NotadocNDHemrepdiosreiteradasameaasaoEstadoDemocrticodeDireito.pdf>

Nota Pública, de 10 de maio de 2018, do CNDH sobre o Julgamento do Recurso Extraordinário 806.339, em Pauta no STF, Sobre Aviso Prévio Para Realização de Manifestações

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/20180510NotaCNDH_RESTF_AvisoPrevio_FinalparaanalisedoPleno_aprovada.pdf

Nota Pública, de 16 de julho de 2018, do CNDH - Pesar pelo Femicídio de Janaína Romão Lúcio

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/20180716NotadepesarpelamortedeJananaRomoLcio.pdf>

Nota Pública, de 27 de agosto de 2018, do CNDH em Reconhecimento à Legitimidade do Comitê de Direitos Humanos da ONU

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/20180828NotapblicasobredecisodoComitdeDHdaONU_propostaFabiana_aprovada.pdf

Nota Pública, de 05 de setembro de 2018, do CNDH - Pesar pelo Incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/copy_of_20180905NotadoCNDHpesarpeloincendionomuseunacionalRJ.pdf

Nota Pública, de 12 de setembro de 2018, do CNDH - Repúdio à Violência e ao Racismo Institucional Contra a Advogada Dra. Valéria dos Santos

Link: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/20180912NotaderepdioaoracismoinstitucionalcontraDra.ValriadosSantos.pdf>

Nota Pública, de 13 de setembro de 2018, do CNDH - Repúdio ao Uso do “Caveirão Aéreo” Pela Polícia Civil do Rio De Janeiro

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/20180912NotaPublicaCNDHcaveiraoaereo_aprovada.pdf

Agenda do Conselho Nacional dos Direitos Humanos para Presidenciáveis, de 13 de setembro de 2018

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/AgendaParapresidenciveis_final.pdf

Nota Pública, de 18 de outubro de 2018, do CNDH em Oposição aos Vetos à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/NotaPublicaCNDH_LeideProteoDadosPessoais_aprovada.pdf

Nota Pública, de 18 de outubro de 20148, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos em Repúdio à Violência no Contexto das Eleições 2018

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/20181810NotaPublicadeRepdiodoCNDHViolncianocontextodaseleies_discutidaemleniro_aprovada.pdf

Nota Pública, de 08 de novembro de 2018, do CNDH - Preocupação Com o Anúncio de Extinção do Ministério do Trabalho

Link: http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/Notaministeriodotrabalho_aprovada.pdf

EVENTOS PÚBLICOS DO CNDH

2017

MAIO/2017

23/05/2017 - ATO DENÚNCIA: Por Direitos e Contra a Violência no Campo o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), em conjunto com organizações da sociedade civil e órgãos públicos de atuação em defesa dos direitos humanos

Local: Memorial do MPF – Procuradoria Geral da República - Setor de Administração Federal Sul, Quadra 4, Conjunto C – Brasília/DF

AGOSTO/2017

22/08/2017 - Seminário Liberdade de Expressão e Violações de Direitos Humanos na Internet: Em Busca do Equilíbrio do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 10º andar - Brasília/DF

SETEMBRO/2017

22/09/17 - Evento Paralelo RPU Brasil - “Revisão Periódica Universal do Brasil: os desafios da implementação das recomendações”

Local: Palais de Nations, sala XXIV - Genebra/Suíça

OUTUBRO/2017

05/10/2017 - Lançamento das “Diretrizes para a Observação de Manifestações e Protestos Sociais”

Local: Auditório da FGV Direito - Rua Rocha, 233 – São Paulo/SP

NOVEMBRO/2017

08 e 09/11/2017 - Encontro Nacional de Direitos Humanos, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal

Local: Auditório Nereu Ramos, Palácio do Congresso Nacional - Praça dos 3 Poderes, Brasília - DF, 70160-900

NOVEMBRO/2017

08/11/2017 - II Reunião Ampliada do Conselho Nacional dos Direitos Humanos com os Conselhos Estaduais e Distrital de Direitos Humanos

Local: Palácio do Congresso Nacional - Praça dos 3 Poderes, Brasília - DF, 70160-900

2018

MARÇO/2018

13 a 17/03/18 - Tenda de Direitos Humanos no âmbito do Fórum Social Mundial

Local: Universidade Federal da Bahia - Ondina, Salvador - BA, 40170-115

ABRIL/2018

12/04/2018 - Debate Público sobre debate impactos da política de austeridade (Emenda Constitucional 95/2016) nos direitos humanos

Local: Defensoria Pública da União - St. de Autarquias Norte Q 5 Centro Empresarial CNC - Asa Norte, Brasília - DF, 70040-250

MAIO/2018

08/05/18 - Audiência pública “Estratégias de enfrentamento à violência contra comunicadores no Brasil”

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 10º andar - Brasília/DF

31/05/2018 a 02/06/2018 - Tenda de Direitos Humanos no IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)

Local: Parque Municipal de Belo Horizonte - Av. Afonso Pena, 1377 - Centro, Belo Horizonte - MG, 30130-000

JUNHO/2018

12/06/2018 - Audiência Pública deste Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH sobre “Violações de Direitos Humanos no Estado do Pará: contexto de violência no campo”

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes, da Universidade Federal do Pará, localizado na rua Augusto Corrêa, 01 – Guamá - Belém – PA

12/06/2018 - Audiência Pública deste Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH sobre “Violações de Direitos Humanos no Estado do Pará: contexto de violência no campo”

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes, da Universidade Federal do Pará, localizado na rua Augusto Corrêa, 01 – Guamá - Belém – PA

13/06/2018 - 10h às 11h - Audiência das Conselheiras e Conselheiros do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), com o Sr. Procurador-Geral de Justiça, GILBERTO VALENTE MARTINS, os Promotores de Justiça do Controle Externo da Atividade Policial de Belém, e da Promotora de Justiça Coordenadora do Núcleo Agrário do Ministério Público

Local: Plenário do Edifício Sede do MPPA, localizado na Rua do João Diogo, nº 100, Bairro da Cidade Velha – Belém/PA

13/06/2018 - 11h às 12h - Audiência das Conselheiras e Conselheiros do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), com o Exmo. Sr. Governador do Estado do Pará, Simão Robison Oliveira Jatene

Local: Gabinete do Governador, localizado na Av. Dr. Freitas, nº 2531, Palácio dos Despachos, Marco – Belém/PA

13/06/2018 - 13h às 14h - Audiência das Conselheiras e Conselheiros do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), com o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Des. Ricardo Ferreira Nunes

Local: Gabinete da Presidência do TJPA, localizado na Avenida Almirante Barroso, 3089 – Belém/PA

SETEMBRO/2018

13 e 14/09/2018 - Seminário Violência Letal contra a População em Situação de Rua no Brasil: “Construir Propostas para Enfrentar Aspectos de um Genocídio” do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 10º andar - Brasília/DF

OUTUBRO/2018

18 e 19/12/2018 - III Reunião Ampliada do Conselho Nacional dos Direitos Humanos com os Conselhos Estaduais e Distrital de Direitos Humanos

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 10º andar - Brasília/DF

NOVEMBRO/2018

06/11/2018 - Audiência Pública “Racismo Institucional no Brasil: Polícias, Sistema de Justiça e Sistema Prisional do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

Local: Auditório do Memorial do Ministério Público Federal, localizado na Procuradoria-Geral da República, SAF Sul - Qda 04, Conjunto C, Cobertura do Bloco B - Brasília/DF

NOVEMBRO/2018

13/11/2018 - Encontro Nacional para a eleição de organizações da sociedade civil de abrangência nacional e com relevantes atividades relacionadas à defesa dos direitos humanos para compor o Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, biênio 2018-2020 (Lei 12.986)

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 08º andar - Brasília/DF

REUNIÕES E AUDIÊNCIAS DO CNDH COM AUTORIDADES

22/03/2017 - Audiência da Presidência do Conselho Nacional dos Direitos humanos com a Exma. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia

Local: Gabinete da Presidência – Supremo Tribunal Federal, Ed. Sede, 03º andar – Brasília/DF

05/04/2017 – Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos com o Exmo. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sebastião Reis

Local: SAFS – Quadra 06, Lote 01 – Trecho III – Superior Tribunal de Justiça, Sala do Ministro Sebastião Reis Júnior – Brasília/DF

05/04/2017 – Audiência do Conselho Nacional dos Direitos humanos com o Procurador-Geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury

Local: SAUN, Quadra 05 Lote C, Centro Empresarial CNC - Torre A, 18º andar, Sala 1801, Asa Sul – Brasília/DF

19/04/2017 – Audiência com o Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara, juntamente com a Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, para tratar de temas relativos ao Relatório sobre o Sistema Socioeducativo do Estado de Pernambuco e do agravamento da crise do Sistema Socieducativo

Local: Palácio do Campo das Princesas, situado à Praça da República s/n, Bairro de Santo Antônio - Recife- PE

24/04/2017 - Audiência da Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com a Exma. Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Ministra Maria Thereza

Local: SAF Sul, Quadra 06, Lote 01, Trecho 03, Edifício ministros 02, 07º andar – Brasília/DF

25/04/2017 – Audiência da Presidência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com a Sra. Juíza Titular de Direito da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, Dra. Leila Cury

Local: SRTVS, Quadra 701, Lote 8, Bloco N – 3º andar – Fórum Júlio Fabrini Mirabete, Sala de Reuniões da Vara de Execuções Penais do DF – Brasília/DF

25/04/2017 - Reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

Local: Brasília/DF

25/04/2017 - Audiência da Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com a Exma. Ministra dos Direitos Humanos, Sra. Luislinda Valois

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 5º andar, sala 529 – Gabinete da Ministra – Brasília/DF

09/05/2017 – Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com a Comissão de Defesa de Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

Local: SAF Sul Quadra 02, sala 307 – Brasília/DF

09/05/2017 - Reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – Estado, Instituições e Democracia (DIEST)

Local: SBS Quadra 01, Bloco J, Edifício BNDES, 12º andar, Sala 1201, Asa Sul – Brasília/DF

08/05/2017 - Reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais, Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Conselho Indigenista Missionário Indígena (CIMI) sobre ataques a aldeias indígenas

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 10º andar - Brasília/DF

18/05/2017 - Audiência da Presidência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com a Exma. Senhora Juíza Titular da Vara Criminal da Comarca de Quedas do Iguaçu/PR, Fernanda Orsomarzo

Local: Vara Criminal da Comarca – Quedas do Iguaçu/PR

05/06/2017 - Reunião com Procuradores/as da República e Promotores/as de Justiça sobre o papel dos Ministérios Públicos no enfrentamento à violência no campo

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 10º andar - Brasília/DF

22/06/2017 - Reunião da Presidência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 10º andar - Brasília/DF

22/06/2017 – Reunião com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados sobre o Encontro Nacional de Direitos Humanos

Local: Brasília/DF

22/06/2017 - Reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com Embaixada dos Estados Unidos no Brasil

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 10º andar - Brasília/DF

11/07/2017 - Reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com o Ministério Público Federal sobre Pau D'Arco e Fazenda Santa Lúcia

Local: Procuradoria Geral da República, situado no SAF SUL (Setor Administrativo Federal Sul), QD-4, CJ-C, Bloco A, Cobertura - Edifício da Procuradoria Geral da República (PRG) – Brasília/DF

01/08/2017 - Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos com a Deputada do Parlamento Europeu Julie Ward

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 10º andar - Brasília/DF

03/08/2017 – Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com Exmo. Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes

Local: Praça dos Três Poderes, Anexo II, 5º andar, Sala C-521 – Brasília/DF

08/08/2017 – Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com Exmo. Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Sr. Luís Roberto Barroso

Local: Praça dos Três Poderes, Gabinete do Ministro – Brasília/DF

09/08/2017 - Audiência do conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com Exmo. Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Sr. Dias Toffoli

Local: Salão Branco da Corte do Supremo Tribunal Federal (STF), Praça dos Três Poderes – Brasília/DF

15/08/2017 – Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com Exmo. Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin

Local: Edifício Anexo II do Supremo Tribunal Federal (STF, sala C-319 – Brasília/DF

15/08/2017 – Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com Exmo. Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski

Local: Hall de Entrada da sala de Sessão da 2ª Turma, localizado no Anexo II, 4º andar do Supremo Tribunal Federal, Praça dos Três Poderes – Brasília/DF

15/08/2017 - Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com Exmo. Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Sr. Marco Aurélio

Local: Supremo Tribunal Federal (STF), Anexo II – A, Praça dos Três Poderes – Brasília/DF

12/09/2017 – Reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com a Secretaria de Governo sobre avaliação e encaminhamentos da missão Alcântara/MA

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 10º andar - Brasília/DF

15/09/2017 - Reunião ampliada do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com Defensoria Pública da União (DPU), Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (PFDC/MPF), 6ª CCR/MPF, 4ª CCR/MPF e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

(CONSEA) com a Caravana de Investigação Internacional sobre grilagem de terras no MATOPIBA

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 10º andar - Brasília/DF

17/08/2017 - Reunião da Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH em missão sobre o Sistema Socioeducativo do Estado do Ceará com instituições do Sistema de Justiça

Local: Procuradoria da República no Estado do Ceará, localizada na Rua João Brígido, 1260 – Joaquim Távora – Fortaleza/CE

18/08/2017 Reunião da Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH em missão sobre o Sistema Socioeducativo do Estado do Ceará com Vice-Governadora e demais instituições do Poder Executivo

Local: GABVICE – Gabinete do Vice-Governador do Estado do Ceará – Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 – Edson Queiroz – Fortaleza/CE

18/10/2017 - Reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com Ouvidorias Nacionais de Direitos Humanos (MDH), Agrária (INCRA) e de Serviços Penais (DEPEN)

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 10º andar - Brasília/DF

26/10/2017 - Reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), para tratar dos casos de conflitos fundiários envolvendo as comunidades quilombolas e em específico para tratar dos casos da Bahia/BA

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 10º andar - Brasília/DF

26/10/2017 – Audiência da Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com o Secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos (MDH) para tratar do seu processo de credenciamento junto à ONU como Instituição Nacional de Direitos Humanos do Brasil e questões atuais sobre sua estrutura administrativa

Local: Esplanada dos Ministérios – Bl. A – 09º andar - sala 909 – Brasília/DF

13/11/2017 - Reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

Local: Brasília/DF

22/11/2017 - Reunião sobre Denúncia de invasão para extração Ilegal de Madeira e Grilagem de RESEXs em Rondônia/RO e a violência contra as populações dessas áreas

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 10º andar - Brasília/DF

07/12/2017 - Reunião da Presidência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, com o conselheiro Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do CNMP, Sr. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 10º andar - Brasília/DF

18/01/2018 - Audiência do Grupo de Trabalho sobre a situação dos imigrantes venezuelanos do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH com Superintendente Regional da Polícia Federal no Pará, DPF Ualame Fialho Machado

18/01/2018 - Audiência do Grupo de Trabalho sobre a situação dos imigrantes venezuelanos do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH com o Senhor Prefeito de Belém, Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior, e representantes das Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Fundação Papa João XXIII e demais secretarias

19/01/2018 - Audiência do Grupo de Trabalho sobre a situação dos imigrantes venezuelanos do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH com o Exmo. Senhor Governador, Simão Jatene

20/01/2018 - Audiência do Grupo de Trabalho sobre a situação dos imigrantes venezuelanos do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH com Prefeito de Santarém, Nélio Aguiar

22/01/2018 - Audiência do Grupo de Trabalho sobre a situação dos imigrantes venezuelanos do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH com o Senhor Secretário Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Amazonas/AM, Elias Emanuel Rebouças

22/01/2018 - Audiência do Grupo de Trabalho sobre a situação dos imigrantes venezuelanos do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH com o Chefe da Delegacia de Imigração da Polícia Federal do Amazonas/AM, Ricardo Raposo

24/01/2018 - Audiência do Grupo de Trabalho sobre a situação dos imigrantes venezuelanos do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH com a Superintendente Regional da Polícia Federal em Roraima, DPF Rosilene Gleice Duarte Santiago

26/01/2018 - Audiência do “Grupo de Trabalho sobre a situação dos imigrantes venezuelanos do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH com o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima/ RR, Doriedson Silva Ribeiro

26/01/2018 - Audiência do Grupo de Trabalho sobre a situação dos imigrantes venezuelanos do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH com a Secretária Municipal de Gestão Social, Secretário Municipal da Saúde, Secretária Municipal da Educação e Cultura e Procuradora-Geral do Município do Estado de Roraima/RR

07/02/2018 - Reunião sobre Agenda de Convergência – Fórum Social Mundial (FSM)

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 10º andar - Brasília/DF

09/02/2018 - Reunião para tratar ações conjuntas de apoio entre a Autarquia e o Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH, para fortalecimento da Recomendação nº 02, de 31 de janeiro de 2018, acerca da proposta de Resolução para construção de novas diretrizes sobre a Política de Drogas

Local: Defensoria Pública da União em São Paulo – DPU/SP – São Paulo/SP

05/03/2018 – Reunião ampliada, promovida pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), para monitoramento de violações de direitos humanos decorrentes da intervenção militar no Rio de Janeiro

Local: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro/RJ

20/03/2018 – Audiência da Des^a. Federal Consuelo Yoshida com o Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

Local: Sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região – Sala de Sessões da Segunda Seção – 16º andar – São Paulo/SP

20/03/2018 - Reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - CREFITO-3

Local: Sede da Defensoria Pública da União (DPU/SP), situada na Rua Teixeira da Silva, 217 – Sala 405 – Paraíso/SP

10/04/2018 - Audiência da Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com o Exmo. Ministro dos Direitos Humanos, Gustavo do Vale Rocha

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco A – Brasília/DF

25/04/2018 - Audiência da Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com o Exmo. Sr. Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal – STF

Local: Gabinete do Ministro Edson Fachin – Supremo Tribunal Federal (STF), Praça dos Três Poderes – Brasília/DF

25/04/2018 - Audiência da Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com a Chefia de gabinete do Exmo. Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal – STF

Local: Gabinete do Ministro Luís Roberto Barroso – Supremo Tribunal Federal (STF), Praça dos Três Poderes – Brasília/DF

25/04/2018 - Audiência da Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com o Exmo. Sr. Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal – STF

Local: Gabinete do Ministro Dias Toffoli – Supremo Tribunal Federal (STF), Praça dos Três Poderes – Brasília/DF

27/04/2018 – Reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 09º andar - Brasília/DF

10/05/2018 - Audiência da Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com o Exmo. Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal – STF

Local: Salão Branco – Supremo Tribunal Federal (STF), Praça dos Três Poderes – Brasília/DF

23/05/2018 - Reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com Conselho Pastoral dos Pescadores

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 10º andar - Brasília/DF

05/06/2018 - Audiência da Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com o Exmo. Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia

Local: Gabinete da Presidência da Câmara dos Deputados, localizado no Edifício Principal – Brasília/DF

19/06/2018 - Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com o Chefe de Escritório da Unidade de Campo do ACNUR em Boa Vista/RR

Local: Av. Cap. Ene Garcêz, 2413 – Aeroporto – Universidade Federal de Roraima, prédio Nabri – Boa Vista/RR

20/06/2018 - Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH, com o Sr. Comandante e Chefe das Operações Humanitárias para Venezuelanos, General Eduardo Pazuello

Local: Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva – Setor Militar Rondon, 13 de setembro – Boa Vista/RR

07/08/2018 - Audiência da Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com Sr. Presidente do INCRA, Leonardo Góes

Local: SBN Qd. 01 Bloco D – Edifício Palácio do Desenvolvimento, 18º andar, Sala da Presidência – Asa Norte – Brasília/DF

11/09/2018 - 17h30 às 18h30 - Audiência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) com Exmo. Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski

Local: Hall de Entrada da Sala de Sessão da 2ª turma, localizado no Anexo II, 4º andar – Supremo Tribunal Federal (STF), Praça dos Três Poderes – Brasília/DF

05/11/2018 - Encontro entre a Mesa Diretora do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH) - Comissária Antonia Urrejola, Relatora de País e Relatora sobre Povos Indígenas; Luís Vargas, Relator para Migrantes; e Francisco Eguiguren, Relator para Defensores e Defensoras de Direitos Humanos

Local: B Hotel Brasília – SHN Q. 05, Bl J, Lote L – Asa Norte – Brasília/DF

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

21/12/2016 – Audiência Pública para debater a situação das Escolas Parque à luz da Medida Provisória 1144/2016, do MEC e da Resolução nº 05, do MEC e do FNDE

Local: Plenário 09, Anexo II da Câmara dos Deputados - Brasília/DF

21/01/2017 - Seminário “A Psicologia na Construção de Novos Possíveis”

Local: Centro Cultural de Brasília – CCB, sito à SGAN 601 - Módulo B Asa Norte - Brasília/DF

26/01/2017 - Audiência Pública sobre “Criação, implementação e aprimoramento de Políticas Públicas em favor de Pessoas em Situação de Rua”

Local: Auditório Pedro Jorge, na sede da Procuradoria da República no Distrito Federal – SGAS – Brasília/DF

06/02/2017 - Reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda - PEC nº 287/2016

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo, Ala “A”, 01º andar – Brasília/DF

10/02/2017 - Reunião de Trabalho sobre o Monitoramento das Medidas Cautelares proferidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

Local: Auditório da Vice Governadoria do Estado do Ceará, localizado na Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, bairro Edson Queiroz – Fortaleza/CE

21/02/2017 - Reunião da Mesa de Diálogos. Pauta: continuação das negociações referentes à Ocupação Wiliam Rosa, situada em Contagem-MG

Local: Cidade Administrativa (Prédio Gerais - 1º andar - salas 06 e 07) - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, bairro Serra Verde - Belo Horizonte/MG

03/03/2017 - Reunião de Trabalho no Município Rio Bonito do Iguaçu-PR

Local: Ginásio de Esportes de Rio Bonito – Iguaçu/PR

06/03/2017 - Reunião Extraordinária da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo, Ala “A”, 01º andar – Brasília/DF

07/03/2017 – Audiência com a Deputada Federal Mara Gabrilli

Local: Praça dos Três Poderes - Gabinete 226, Anexo IV da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

10/03/2017 - Reunião preparatória para realização do XI Edição do Fórum de Políticas Públicas para Mulher, Vítima de Violência Doméstica e Familiar

Local: Salão Nobre da Assembleia Legislativa -Térreo – Belo Horizonte/MG

16/03/2017 - Sessão Solene “Lançamento Estadual do Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos

Local: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – Curitiba/PR

29 a 30/03/2017 - 2º Encuentro Internacional: Sindicalismo y cooperativismo en América Latina, promovido pela CICOPA AMÉRICAS

Local: Braston Hotel, na Rua Martins Fontes 330 – Consolação – São Paulo/SP

30/03/2017 – Audiência Pública que tem por finalidade debater o Projeto de Lei nº 3.312/2016 que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e Outros Empreendimentos e dá outras providências

Local: Assembleia Legislativa de Minas Gerais – R. Rodrigues Caldas, 30 – Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG

31/03/2017 - Seminário Internacional Diálogo entre Cortes: fortalecimento da proteção dos direitos humanos

Local: Auditório externo do Superior Tribunal de Justiça, SAFS, Quadra 6, Lote 01, Trecho III - Brasília – DF

05/04/2017 – Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para debater a agenda de ações por democracia e direitos humanos no Brasil

Local: Plenário 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

18/04/2017– Videoconferência do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa sobre a atuação internacional do Brasil no campo dos direitos humanos

Local: Sede do Ministério Público Federal – Brasília/DF

20/04/2017 - Ato Inter-religioso em memória dos 20 anos da morte de Galdino Jesus dos Santos

Local: Praça do Compromisso, via W-3 Sul, entre as Quadras 703 e 704 - Brasília – DF

25 e 26/04/2017 - II Colóquio Estadual de Direitos Humanos

Local: Universidade Anhanguera UNIDERP – Rua Ceará, nº 333, Miguel Couto – Campo Grande/MS

25/04/2017 - Oficina: “Os Povos Indígenas e os Direitos Originários” tendo por objeto promover o debate do direito à terra indígena

Local: Auditório JK da Procuradoria-Geral da República, localizado no St. de Administração Federal Sul – Zona Cívica-Administrativa – Brasília/DF

26 a 29/04/2017 - Encontro Nacional de Direitos Humanos Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais, que, também, reunirá as 5 atuais Turmas de Direito da Via Campesina e do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, bem como os Egressos da pioneira Turma Evandro Lins e Silva

Local: Centro de Cultura e Eventos Prof. Ricardo Freua Bufaiçal, Avenida Esperança, s/n.º, Campus II – Samambaia – UFG – Goiânia/GO

05/05/2017 - Reunião de Monitoramento das Medidas Cautelares 60-15 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), bem como delibere e aprove sua participação no referido grupo permanente de Monitoramento e Medidas Cautelares 60-15

Local: Fortaleza/CE

09/05/2017 - Audiência Pública para “debater os temas do Projeto de Lei nº 6.478, de 2013”, referentes a coibir a violência contra a pessoa idosa

Local: Plenário 16, Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

11/05/2017 - Audiência Pública do Ministério Público Federal para discutir a participação das mulheres na política

Local: Auditório Juscelino Kubitschek da Procuradoria-Geral da República – SAF Sul Quadra 04, conjunto C, Bloco D – Brasília/DF

15/05/2017 - Audiência Pública da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná sobre: “A Defesa da Seguridade Social e dos Direitos Humanos”

Local: Plenarinho da Assembleia – Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº - Centro Cívico – Curitiba PR

18/05/2017 - Reunião com a Secretaria de Governo para dar continuidade às ações de monitoramento do PPA 2016-2019

Local: Auditório Dom Pedro I, Anexo da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, na via N2 Leste – Brasília/DF

18/05/2017 - Audiência Pública a fim de promover o debate sobre direitos e garantias das comunidades tradicionais de quilombolas no município de Paulo Lopes/SC, bem como construir soluções conjuntas de assistência a seus integrantes pelos órgãos públicos

Local: Auditório da Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes (Cerpalo) - Rua João de Souza, 355 - Paulo Lopes/SC

19/05/2018 - Mesa de abertura do evento “Regularização Fundiária: Mesa de debates sobre a MP 759/2016”

Local: Memorial do Ministério Público Federal (MPF) – Procuradoria da República – Brasília/DF

23/05/2017 - Cerimônia de Lançamento da Pauta Política da Unicopas e abertura do XI Encontro Nacional do Cooperativismo Solidário promovido pela Unicafes

Local: Auditório do Centro de Estudo Sindical Rural, à SMPW Q 1 - Núcleo Bandeirantes - Brasília/DF

25/05/2017 - Mesa da Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal para debater sobre: “A Criminalização dos Movimentos Sociais”

Local: Plenário nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal – Brasília/DF

30/05/2017 - Audiência Pública da Comissão de Segurança Pública e Crime Organizado para discutir o Projeto de Lei nº 5065/2016”, que altera a Lei Anti Terrorismo

Local: Plenário 06 do Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

31/05/2017 - Audiência Pública, com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, para debater os temas do Projeto de Lei nº 3.480, de 2012, que modifica as regras para a dedução do imposto de renda das doações feitas por pessoas físicas e jurídicas aos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais do Idoso

Local: Plenário 3 da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

02/06/2017 - Atividades de Monitoramento das Medidas Cautelares 60/15 expedidas pela CIDH diante da situação de gravidade e urgência no Sistema Socioeducativo do Ceará

Local: Fortaleza/CE

05 a 09/06/2017 - 4º Encontro Ministério Público e Movimentos Sociais do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP

Local: Sede do Conselho Nacional do Ministério público – Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 02 – Lote 03 – Edifício Adail Belmonte – Brasília/DF

07/06/2017 - Conflitos socioambientais e retrocessos nos marcos legais no Brasil: o caso emblemático da Bacia do Rio Doce

Local: Sala 17, Palais des Nations, avenue de la Paix – CH-1211, Geneva 10 – Genebra, na Suíça

08 e 09/06/2017 – Reunião de trabalho sobre “normas de direito internacional humanitário sobre os direitos dos povos indígenas em isolamento voluntário e em contato inicial na Amazônia e no Gran Chaco: revisão e propostas”, promovido pela Relatoria Especial das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, pela Relatoria Especial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre Direitos dos Povos

Indígenas e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Local: Lima, Peru

09/06/2017 - Lançamento da publicação “Diagnóstico de violações de direitos e situação de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em Brejo dos Crioulos”

Local: Auditório do Instituto Bíblico de Brasília, Módulo F, SGAN 601, Asa Norte - Brasília-DF

09/06/2017 - Lançamento da publicação: “Da democratização ao golpe: avanços e retrocessos na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Brasil”

Local: Auditório do Instituto Bíblico de Brasília, localizado no Módulo F, SGAN 601 - Asa Norte - Brasília-DF

09/06/2017 - Reunião sobre Ocupação William Rosa em Contagem/MG

Local: Secretaria de Governo – Prefeitura de Contagem/MG – Praça Tancredo Neves, 200 – Bairro Camilo Alves – Contagem/MG

12 e 13/06/2017 - Reuniões periódicas de Monitoramento das Medidas Cautelares – Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Local: Fortaleza/CE

12/06/2017 - Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal para debater sobre: “A chacina de trabalhadores rurais ocorrida no Estado do Pará”

Local: Plenário nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, do Senado Federal – Brasília/DF

12 e 13/06/2017 - Reuniões periódicas de Monitoramento das Medidas Cautelares – Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Local: Fortaleza/CE

13 e 14/06/2017 - Seminário “População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável: luta por direitos”, promovido pelo Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da PSR, CMR do Distrito Federal e Conselho Gestor do DF

Local: FIOCRUZ - Avenida L3 Norte, S/N - Campus Universitário Darcy Ribeiro – Brasília/DF

14/06/2017 - Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados com o objetivo de avaliar os resultados do Relatório de Conflitos no Campo Brasil 2016 e o aumento dos casos de trabalhadores mortos em 2017

Local: Plenário 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

14/06/2017 - Reunião de urgência com a Presidência do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP) - “Fiscalização de destinos e procedimentos dados aos usuários e dependentes da Cracolândia”

Local: Sede do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP) – Rua Luís Coelho, nº 26 – São Paulo/SP

14/06/2017 - Roda de Conversa em defesa e luta pelos direitos dos povos originários, pelo direito à demarcação de terras e contra os interesses do agronegócio

Local: Fundação Luterana de Diaconia – Rua Dr. Flores, 62/901 – Porto Alegre/RS

20/06/2017 – Audiência com crianças e jovens indígenas da etnia Guarani-Kaiowá (Delegação Guarani-Kaiowá), promovida pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 08º andar - Brasília/DF

21/06/2017 - Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para debater violência policial nas manifestações sociais no Brasil

Local: Plenário 9, do Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

23/06/2017 - Audiência Pública: “Atuação da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Clínicas do Testemunho e Comitê Estadual contra a Tortura do Rio Grande do Sul.”

Local: Procuradoria Regional da República do Rio Grande do Sul - Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha 800 - Porto Alegre/RS

23/06/2017 - “Patologização das Orientações Sexuais: estratégias contra as ameaças ao Estado Laico e à Resolução 01/1999”

Local: Auditório do CRP-01/DF (SRTVN Quadra 701, – Ed. Brasília Rádio Center – Ala A – 4º andar, Sala 4039 – Brasília/DF

26/06/2017 - Relatório anual do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e para mesa de debate sobre a prevenção à tortura

Local: Auditório do Conselho Superior do Ministério Público Federal (MPF) Bloco A Cobertura - Procuradoria Geral da República, situado no SAF SUL (Setor Administrativo Federal Sul), QD-4, CJ-C, Bloco A, Cobertura - Edifício da Procuradoria Geral da República (PRG) – Brasília/DF

27/06/2017 - Audiência Pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado sobre “questões referentes às invasões de propriedades rurais e à violência no campo”

Local: Plenário 06 do Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

28 a 30/06/2018 - Fórum Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental

Local: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Florianópolis/SC

13/07/2017 - Audiência Pública em comemoração ao aniversário do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA

Local: Plenário 09, Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

08 e 09/08/2017 - Seminário: “Balanço, Perspectivas e Desafios para as Políticas Públicas de Fomento à Economia Solidária no Estado de São Paulo”

Local: Faculdade de Diadema – Avenida Alda, 831 – Centro – Diadema/SP

08/08/2017 - Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal sobre “a situação dos direitos dos povos indígenas do Brasil”

Local: Plenário nº 06 da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal – Brasília/DF

08/08/2017 - Mesa de Abertura Seminário “Saúde como Direito Humano”, promovido pela Comissão de Desenvolvimento Urbano, Comissão da Legislação Participativa (CLP); Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM); Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF); Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)

Local: Plenário 14, Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

09/08/2017 - Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para debater as 246 Recomendações recebidas pelo Estado Brasileiro no âmbito do mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU), do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

Local: Plenário 09 do Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

10 a 13/08/2017 - Dia inteiro - VI Congresso Nacional da ABGLT

Local: Centro de Referência da Juventude – Belo Horizonte/MG

10/08/2017 - Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal sobre o tema: “o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”

Local: Plenário 06, da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal – Brasília/DF

11/08/2017– Reunião da Ouvidoria Nacional de Igualdade Racial para tratar da possível chacina na Comunidade Quilombola Iúna, situada no município de Lençóis Estado do Bahia

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 10º andar - Brasília/DF

15 e 16/08/2017- 3ª Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA

Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto – Brasília/DF

15/08/2017 - Ato de lançamento do 08ª Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Local: Auditório da CUT – DF - SDS Ed Venâncio V ljs 4, 14 e 22, Asa Sul – Brasília/DF

22/08/2017 - Seminário: Estado, Racismo e Violências

Local: Instituto de Biologia, Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB) – Brasília/DF

23 e 24/08/2017 - Seminário “Rio Doce: Desafios da Governança Interfederativa”

Local: Auditório nº 01 do Ibama Sede – Brasília/DF

28/08/2017 - Congresso Extraordinário e Exclusivo com o objetivo de afirmar disposição de luta intransigente contra o golpismo, por mais direitos e democracia

Local: Espaço Imensità / Av. Luiz Dumont Villares, 392 – Santana – São Paulo/SP

29 a 31/08/2017 - Evento de 10 anos do Movimento Nacional de População de Rua do Estado do Paraná - MNPR/PR

Local: Hotel Caravelle – Rua Cruz Machado 282 Centro – Curitiba/PR

29 a 31/08/2017 - Seminário Nacional: “Atendimento a crianças e jovens indígenas”

Local: Escola Nacional de Administração Pública – ENAP – Brasília/DF

05/09/2017 – Reunião do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH): *Empresas e Direitos Humanos*

Local: Casa da ONU – Brasília/DF

06/09/2017 - XI CONSENTE - Congresso Nacional de Sindicatos dos Engenheiros que contará com a palestra magna “Soberania, desenvolvimento e o papel do Estado brasileiro”

Local: Hotel Bourbon – Rua Cândido Lopes, 102, Centro – Brasília/DF

11/09/2017 - Reunião de Alinhamento de políticas públicas para a Comunidade Brejo dos Crioulos, no Território Norte

Local: Cidade Administrativa, Sala 6 e 7 – 3º andar – Prédio Minas – Belo Horizonte/MG

11/09/2017 – Audiência Pública em Bom Jesus/PI - Missão/ Caravana de Investigação Internacional sobre grilagem de terras no MATOPIBA

Local: Auditório do Ministério Público do Trabalho em Bom Jesus (R. Vereador Airan Miranda, 231 – Bairro Judite Paulino – Bom Jesus/PI)

12/09/2017 - Lançamento da campanha “TODOS JUNTOS CONTRA CORRUPÇÃO”

Local: Auditório do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – Brasília/DF

14/09/2017 - Seminário Projeto Redenção e a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS

Local: Prefeitura Municipal de São Paulo – Viaduto do Chá, 15 – 7º andar (Auditório) – São Paulo/SP

14/09/2017 - Audiência Pública da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados (CLP) para discutir diversos projetos de lei que dispõem, direta ou indiretamente, sobre o direito constitucional de reunião

Local: Plenário 03, Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

18/09/2017 - Audiência Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia para discutir “Prevenção ao Suicídio no Estado de Rondônia”

Local: Plenária da Assembleia Legislativa – Porto Velho/RO

26 e 27/09/2017 - Dia inteiro - 4ª Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA

Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto – Brasília/DF

28 e 29/09/2017 - Dia inteiro - Fórum Interconselhos 2017

Local: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) - Brasília-DF

01 a 10/10/2017 - Dia inteiro - 8ª Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB e solicitação de apoio

Local: Terreirão do Samba - R. Benedito Hipólito, 66 – Centro – Rio de Janeiro/RJ

02 a 04/10/2017 - Seminário Nacional “Construindo Ações Estratégicas de Advocacy para a Cidadania Plena LGBTI+ no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal”

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 8º andar - Brasília/DF

04/10/2017 - Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para debater o aumento da mortalidade de policiais no Brasil

Local: Plenário 9, anexo II da Câmara dos deputados – Brasília/DF

04/10/2017 - Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal sobre “Lançamento e apresentação dos resultados da Relatoria Especial de Impacto das Políticas de Austeridade e de Desmonte do Estado sobre os Direitos Humanos”

Local: Plenário nº 06, da Ala Nilo Coelho do Senado Federal – Brasília/DF

05/10/2017 - Lançamento do documento “Diretrizes para a Observação de Manifestações e Protestos Sociais” em português, pelo Escritório Regional da ONU Derechos Humanos - América del Sur, em parceria com o CNDH e outras instituições

Local: Auditório da FGV Direito - Rua Rocha, 233, São Paulo/SP

17 a 19/10/2017 - XI Curso Avançado de Direitos Humanos (CADH)

Local: Casa das Nações Unidas no Brasil (ONU) – Setor de Embaixadas Norte, Quadra 802, Conjunto C, Lote 17 – Brasília/DF

18/10/2017 - Lançamento da publicação Diretrizes Nacionais para o Atendimento a Criança e Adolescentes em Situação de Rua

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 08º andar - Brasília/DF

23 a 27/10/2017 - XXX Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados (RAADH)

Local: Brasília/DF

24/10/2017 - Lançamento do Relatório Temático “FUNPEN e Prevenção à Tortura: As ameaças e potenciais de um fundo bilionário na prevenção à tortura no Brasil”

Local: Procuradoria Geral da República, situado no SAF SUL (Setor Administrativo Federal Sul), QD-4, CJ-C, Bloco A, Cobertura - Edifício da Procuradoria Geral da República (PRG) – Brasília/DF

25/10/2017 - Audiência Pública do Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para debater a portaria do Ministério do Trabalho nº 1.129/2017 que dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho

Local: Anexo II – Sala 185ª – Pavimento Superior da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

08 e 09/11/2017 - Fórum Interconselhos 2017

Local: Escola Nacional de Administração Pública – ENAP – Brasília/DF

08 e 09/11/2017 - Reunião da ONU sobre Racial Profiling/ perfilamento/filtragem racial

Local: Sede do Centro de Informações da ONU no Rio de Janeiro – Rio de Janeiro/RJ

21 a 24/11/2017 - III Simpósio Nacional de Direitos Humanos e Políticas Públicas e II Semana da Consciência Negra, cujo tema será “A democracia que queremos: infâncias, juventudes e caminhos na luta por direitos”

Local: Dependências da PUCPR – Curitiba/PR

23/11/2017 - Audiência Pública da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados para discutir denúncias de perseguição, assédio moral, desrespeito a liberdade sindical, improbidade administrativa dentre outros em desfavor da EMBRAPA

Local: Plenário 12, do Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

23/11/2017 - 4º Encontro do Fórum por Direitos e Combate à Violência no Campo

Local: Foyer do Auditório JK, na Sede da Procuradoria-Geral da República, localizada no SAF Sul, Quadra 04, Conjunto C – Brasília/DF

24 e 25/11/2017 - II Seminário Alcântara: a Base Espacial e os Impasses Sociais

Local: Auditório do IFMA / Alcântara – MA

24/11/2017 - Evento público da Comissão de Direitos Humanos da OAB – Seccional Campinas/SP para ampliar o debate do Projeto de Lei nº 213/2013 e da Resolução nº 07/2018, que dispõe sobre livre debate no âmbito escolar

Local: Casa da Advocacia e da Cidadania de Campinas/SP – Rua Lupércio Arruda Camargo, 111 – Campinas/SP

28 a 30/11/2017 - 5ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) da gestão 2017-2019

Local: Palácio do Planalto – Brasília/DF

30/11 a 01/12/2017 - Dia inteiro - I Seminário Nacional de Crianças e Adolescentes com Familiares Encarcerados: “Invisíveis até

Quando?”, promovido pela Articulação de Movimentos Populares na Luta e Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes no Brasil

Local: Memorial da América Latina, Av. Auro Soares de Moura Andrade, 664 – Barra Funda – São Paulo/SP

04 e 05/12/2017 - Encontro da Resistência e Luta pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS, promovido pela Frente Nacional em Defesa do SUAS e da Seguridade Social

Local: IESB Campus Norte Giovanina Rímoli – SGAN 609, Asa Norte – Brasília/DF

06/12/2017 - Seminário Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas, promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados

Local: Plenário 09 da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

07 e 08/12/2017 - Diálogos sobre Cidadania e Documentação: Subsídios para Elaboração de Diretrizes de Atendimento de Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica População em Situação de Privação de Liberdade, promovido pelo Departamento Penitenciário Nacional

Local: SCN, Quadra 03 – Edifício Victória, Auditório do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ) – Brasília/DF

08/12/2017 - Sessão Solene da Câmara dos Deputados em homenagem ao Dia Internacional dos Direitos Humanos

Local: Auditório Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

11 e 12/12/2017 – IV Seminário Internacional Água, Vida e Direitos Humanos à luz dos Riscos Socioambientais, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público

Local: Auditório da Sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – Brasília/DF

11/12/2017 - Mesa Redonda com o tema “79 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: Avanços e Desafios”, promovido pela Universidade Federal do Paraná

Local: Salão Nobre da Universidade Federal do Paraná – Curitiba/PR

12 a 14/12/2017 - Terceira Consulta Regional para América Latina e Caribe sobre Empresas e Direitos Humanos, promovida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o Grupo

de Trabalho sobre Direitos Humanos e Empresas e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

Local: Sede de la Comisión Económica para América Latina, em Santiago de Chile

2018

31/01/2018 – Reunião promovida pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com Ministério da Defesa, a Secretaria de Governo da Presidência da República, Defensoria Pública da União, Marinha do Brasil, INCRA, Secretaria de Patrimônio da União e Fundação Palmares, sobre situação da titulação do território étnico da comunidade quilombola Rio dos Macacos (BA)

Local: Sala de Reuniões da 6ª Câmara, situada na sala 306, 3º andar, Bloco B, Edifício Sede da Procuradoria-Geral da República – Brasília/DF

06/02/2018 - Seminário “A recomposição do modo de vida e do território ribeirinho no reservatório da UHE Belo Monte”, promovido pelo Ministério Público Federal no município de Altamira

Local: Universidade de Brasília (UnB) – Brasília/DF

20/02/2018 – Reunião do Comitê Brasileiro de Política Externa e Direitos Humanos sobre atuação Internacional do Brasil em Direitos Humanos

Local: Sedes do Ministério Público Federal em Brasília (DF), Curitiba (PR), Dourados (MS), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e São (SP)

22/02/2018 - Reunião do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura de instalação do Fórum Nacional de Gênero e Diversidade Sexual no Sistema Socioeducativo

Local: Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 09, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A, 08º andar - Brasília/DF

26/02/2018 - Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal para debater sobre: “Democracia e Direitos Humanos” com foco na Segurança Pública

Local: Plenário nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho, do Senado Federal – Brasília/DF

27/02/2018 - 14h às 18h - Audiência Pública da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal, sobre o tema “Revisão Periódica Universal (RPU) no marco dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: por um plano nacional de monitoramento das recomendações”

Local: Auditório do Conselho Superior do Ministério Público Federal (MPF) – Procuradoria-Geral da República, SAF Sul Quadra 04, Conjunto C, Bloco A, cobertura – Brasília/DF

28/02/2018 - Audiência Pública da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, do Ministério Público Federal, para tratar de questões sensíveis à Comunidade Remanescente do Quilombo Rio dos Macacos (BA)

Local: Procuradoria da República na Bahia, localizada na Rua Ivonne Silveira, 243, Loteamento Centro Executivo – Doron – Salvador/BA

28/02/2018 – Audiência Pública do Núcleo Especializado em Situação Carcerária (NESC) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo sobre atuação do Grupo de Intervenção Rápida (GIR) dentro dos presídios paulistas

Local: Auditório da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Rua Boa Vista, 200 – Centro – São Paulo/SP

02/03/2018 - Reunião dos juristas sobre a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, promovido pelo Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola

Local: Auditório da Caixa de Assistência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro – CAARJ, localizado na Av. Mal. Câmara, 210 – Centro – Rio de Janeiro/RJ

06/03/2018 – Reunião da Comissão Especial do Sistema Penitenciário sobre “medidas para diminuição da taxa de presos provisórios”

Local: Sala de reuniões das Comissões Temporárias da Câmara dos Deputados (Anexo II - Sala 175-B - Pavimento Superior) – Brasília/DF

08 a 12/03/2018 - Roda de Diálogos sobre Violência Agrária contra as Mulheres Quilombolas, que tem como objetivo reunir lideranças dos Estados: SP, MG, RJ, GO, ES e SE, promovida pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas (CONAQ)

Local: Município de São Mateus/ES – São Mateus/ES

08/03/2018 - Cerimônia do lançamento oficial do Conselho de Direitos Humanos da Universidade de Brasília (CDHUnB)

Local: Anfiteatro 9 do Instituto Central de Ciências (ICC), localizado no campus Universitário Darcy Ribeiro – Brasília/DF

08/03/2018 - Plenária Temática: “Novos caminhos da saúde mental e da atenção às drogas no Brasil, promovido pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo

Local: Auditório da Subsede do Cremesp da V. Mariana, situado na r. Domingos de Moraes, 1810 – São Paulo/SP

12/03/2018 - Sessão Especial Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará para discutir sobre os possíveis desastres ecológicos resultantes de rompimentos de rejeitos

Local: Plenário da ALEPA – Rua do Aveiro, 130, Palácio Cabanagem – Cidade Velha – Belém/PA

14 e 15/03/2018 - Mesa de Abertura do 1º Seminário Internacional de Direitos Humanos dos Pacientes, promovido pela Confederação Federal de Enfermagem

Local: Auditório FioCruz, situado na Avenida L3 Norte Campus universitário Darcy Ribeiro – Brasília/DF

22/03/2018 - Sessão Solene da Câmara dos Deputados em homenagem ao “Dia Internacional do Direito à Verdade sobre as graves violações dos direitos humanos e da dignidade das vítimas.”

Local: Plenário Ulysses Guimarães – Câmara dos Deputados – Brasília/DF

24/03/2018 - Sessão Solene do “Dia Internacional do Direito à Verdade sobre as graves violações dos direitos humanos e da dignidade das vítimas.”

Local: PUC – Rua Ministro Godoi, 969, sala 239 – Perdizes – São Paulo/SP

02 a 05/04/2018 - Audiências de oitiva das testemunhas arroladas pela acusação no caso Pau D’arco

Local: Ministério Público do Estado do Pará – Belém/PA

02/04/2018 - Audiência Pública da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica e a Comissão de Representação para Acompanhar o Cumprimento das Leis da ALERJ sobre Retrocessos das Políticas de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas

Local: Plenário do Palácio do Tiradentes, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro/RJ

02/04/2018 - Reunião de trabalho, promovida pela Promotoria de Justiça de Direitos Humanos do Ministério Público do Estado de São Paulo, para tratar de assunto relacionado com o Projeto Redenção

Local: Promotoria de Justiça de Direitos Humanos – Saúde Pública do Ministério Público do Estado de São Paulo – São Paulo/SP

03/04/2018 - Seminário Direito à moradia e população em situação de rua: uma abordagem do “Casas Primeiro”, promovido pelo Ministério Público do Estado do Paraná

Local: Salão Nobre do Prédio Histórico da Universidade Federal do Paraná – Curitiba/PR

09/04/2018 - Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal: “Impactos da Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos) no serviço público” com foco na campanha pela revogação da EC/ 95

Local: Plenário nº 06, da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal – Brasília/DF

12 a 14/04/2018 - Seminário “Desafios e perspectivas sobre temas atuais dos direitos indígenas no Brasil”, promovido pela ESMPU, em parceria com a 6ª CCR/ MPF, a UnB, UCB e o Grupo de Trabalho Indígena do Ministério Público do Trabalho

Local: Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU – Brasília/DF

13/04/2018 – Reunião do Comitê Brasileiro de Política Externa e Direitos Humanos sobre a atuação internacional do Brasil em temas de direitos humanos

Local: Sede do Ministério Público Federal nas seguintes cidades: Brasília (DF), Dourados (MS), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP)

20/04/2018 - Audiência Pública da Comissão Externa sobre Assassinato da Vereadora Marielle Franco e Anderson Pedro Gomes, da Câmara dos Deputados, para debater o acompanhamento das investigações

Local: Salão Evandro Lins e Silva, da Ordem dos Advogados do Brasil – Rio de Janeiro/RJ

24/04/2018 - Diálogo com atores do poder público (Executivo, Legislativo e Judiciário), da academia, do empresariado e da sociedade civil sobre os desafios em torno da Defesa da Classificação Indicativa na conjuntura atual, promovido pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal

Local: Procuradoria Geral da República, situado no SAF SUL (Setor Administrativo Federal Sul), QD-4, CJ-C, Bloco A, Cobertura - Edifício da Procuradoria Geral da República (PRG) – Brasília/DF

25/04/2018 - Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para debater os impactos das políticas de austeridade (Emenda Constitucional nº 95) para os direitos humanos

Local: Plenário 01, Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

10 a 12/05/2018 - 1º Encontro Estadual das Populações Atingidas do Estado do Pará, promovido pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB-Pará)

Local: Altamira/PA

14/05/2018 - Reunião Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para tratar do processo de apuração sobre o uso de violência policial contra estudantes, servidores e professores que ocuparam a frente do Ministério da Educação, no dia 10/04/2018

Local: Plenário 09 do Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

16/05/2018 – Audiência Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para debater a aplicação do princípio da não violência e garantia dos direitos humanos no contexto de manifestações e eventos

Local: Plenário 09 do Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

17/05/2018 - Reunião da Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas - CONFENACT com a Presidência do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH

Local: Defensoria Pública da União (DPU/SP), situada na Rua Teixeira da Silva, 217 – Sala 405 – Paraíso/SP

22/05/2018 - Lançamento do relatório “Recomendações do Grupo de Trabalho da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos

ao Brasil: Status de implementação pelo governo e empresas”, promovido pela Conectas

Local: Casa do Saber – Rua Dr. Mário Ferraz, 414 – São Paulo/SP

22/05/2018 - Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados sobre as recomendações da Revisão Periódica Universal (RPU) da ONU

Local: Plenário 09 do Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

22/05/2018 – Reunião, promovida pelo Ministério Público Federal, para analisar a situação de ocupação de prédios públicos federais para fins de moradia na cidade de São Paulo

Local: Sede da Procuradoria Regional da República da 3ª Região, localizada na Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 2020 – 6º andar – Bela Vista – São Paulo/SP

22/05/2018 – Encontro, promovido pelo Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos e Embaixada do Canadá, sobre o papel da sociedade civil no processo de monitoramento da Revisão Periódica Universal (RPU) no Brasil

Local: Residência Oficial do Canadá – SHIS – QI 15 Chácara 32, Lago Sul – Brasília/DF

23 a 25/05/2018 – VII Conferência Internacional de Direitos Humanos, da Ordem dos Advogados do Brasil, sobre “Criminalização e Repressão aos Movimentos Sociais - Brasil e Américas”

Local: Fortaleza/CE

28/05/2018 - Audiência Pública, promovida pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, sobre implementação dos direitos e políticas públicas voltadas para os Povos Ciganos em todo o Brasil

Local: Memorial do Ministério Público Federal (MPF), localizado na Procuradoria-Geral da República, SAF Sul Quadra 04 Conjunto C – Cobertura – Brasília/DF

31/05 a 03/06/2018 - IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA) sobre “Agroecologia e Democracia Unindo Campo e Cidade”

Local: Parque Municipal de Belo Horizonte – Belo Horizonte/MG

04/06/2018 - Audiência Pública da Defensoria Pública da União sobre os “Efeitos da Emenda Constitucional 95, sobre os Serviços da Defensoria Pública da União”

Local: Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal – Brasília/DF

18 e 19/06/2018 - Seminário Internacional de Execução Penal, para tratar das dificuldades enfrentadas pelo Estado brasileiro na implementação de garantias estabelecidas internacionalmente para o problema prisional, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público

Local: Sede do CNMP – Brasília/DF

18/06/2018 - Lançamento do Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas, promovido pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, Conselho Federal de Psicologia e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

Local: Memorial do Ministério Público Federal (MPF), localizado na Procuradoria-Geral da República, SAF Sul Quadra 04 Conjunto C – Cobertura – Brasília/DF

18/06/2018 - Lançamento do Projeto “Atuação em Rede: capacitação dos atores envolvidos no acolhimento, integração e interiorização de refugiados e imigrantes no Brasil”, promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União

Local: Auditório Pedro Jorge I, localizado na Sede da Escola Superior do Ministério Público da União – Brasília/DF

19/06/2018 - Audiência Pública no Tribunal Regional Federal da 3ª Região sobre Resolução do Conselho Nacional de Política sobre Drogas (CONAD) sobre comunidades terapêuticas

Local: Avenida Paulista, nº 1842 – 16º andar. Quadrante 01 – Sala de Sessões da Segunda Seção – São Paulo/SP

20/06/2018 – Encontro do Grupo de Trabalho sobre Deslocamentos Compulsórios, no âmbito da iniciativa Grandes Obras na Amazônia, promovido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces) e a International Finance Corporation (IFC)

Local: Auditório 01 – DILIC/IBAMA – Brasília/DF

26/06/2018 - Lançamento de um novo projeto de lei para a criação de Comitê e Mecanismo de Prevenção no Estado de São Paulo, promovido pela Conectas Direitos Humanos

Local: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – São Paulo/SP

27 a 29/06/2018 - Cúpula Latino Americana pelos Direitos das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua

Local: Fortaleza/CE

12/07/2018 - Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para discutir conflitos fundiários na Região Norte de Minas Gerais, em especial para debater as violações aos Direitos Territoriais dos Povos das Águas

Local: Plenário 09 do Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

16 a 17/07/2018 - Atividades com o Relator Especial da ONU para a liberdade de reunião pacífica e associação, Sr. Clement Nyaletsossi Voule

Local: ADPERJ – R. do Carmo, 7 – Centro – Rio de Janeiro/RJ

19/07/2018 - Seminário “A repressão e criminalização do Direito à Manifestação e dos Direitos Humanos”, promovido pela Defensoria Pública Estado de São Paulo, Conectas Direitos Humanos e Artigo 19

Local: R. Boa Vista, 200 – Centro – São Paulo/SP

20/07/2018 - I Reunião Ordinária de 2018 da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD da Presidência da República

Local: Sala de Reuniões nº 97 do Palácio do Planalto – Brasília/DF

24/07/2018 – Reunião do Comitê Brasileiro de Política Externa e Direitos Humanos sobre a atuação Internacional do Brasil no campo dos Direitos Humanos

Local: Sede do Ministério Público Federal nas seguintes cidades: Brasília (DF), Dourados (MS), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP)

01/08/2018 - Mesa-redonda “Fake News e discurso de ódio: da liberdade de expressão à responsabilidade com a informação”, promovida pela ESMPU

Local: Auditório Pedro Jorge I da ESMPU – SGAS, Quadra 604, L2 Sul – Brasília/DF

07/08/2018 – Reunião da Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional da População Negra e Povos e Comunidades Tradicionais (CP5) do Consea para tratar de questões específicas do Território Quilombola em Alcântara – MA

Local: Anexo I do Palácio do Planalto – Brasília/DF

08/08/2018 - Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados sobre “Perspectivas para políticas contra o encarceramento em massa no Brasil”

Local: Plenário 09 do Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

08/08/2018 - 8ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA

Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto – Brasília/DF

09/08/2018 - Seminário: “Impactos de Medidas de Austeridade em Direitos Humanos”, promovido pelo Comitê Brasileiro de Política Externa e Direitos Humanos, Conectas, FES-Brasil e PUC-SP

Local: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP – São Paulo/SP

24/08/2018 - Audiência Pública: “Políticas Públicas e Violações de Direitos Humanos da População em Situação de Rua”, promovida pelo Movimento Nacional da População de Rua

Local: Salão Nobre da Universidade Federal do Paraná – Rua XV de novembro, nº 1299 – Centro – Curitiba/PR

24 e 25/08/2018 - I Debate público e oficina “Como a política econômica de cortes sociais afeta as vidas das pessoas? E como está o Paraná na retração dos direitos?”, promovido pela Terra de Direitos

Local: APP – Sindicato – Avenida Iguaçu, 880 – Curitiba/PR

27/08/2018 - ONU Livres & Iguais convida: O corpo é nosso - Direitos Sexuais e Reprodutivos de mulheres lésbicas

Local: Casa da ONU – Setor de Embaixadas Norte – Quadra 802, Conjunto C, Lote 17 – Brasília/DF

29/08/2018 - Oficina: “Monitorando os Direitos Humanos econômicos, sociais e culturais (DHESC) por meio da Revisão Periódica Universal da ONU”, promovida pelo Consulado Geral do Reino Unido no Rio de Janeiro e o Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH)

Local: Centro Cultural Correios – Rio de Janeiro/RJ

02/09/2018 - Mesa de abertura do 6º Congresso Brasileiro de Saúde Mental com o tema: “Agir e transformar: pessoas, afetos e conexões”

Local: Centro de Convenções Ulysses Guimarães, SDC Eixo Monumental, Lt. 05 – Brasília/DF

03/09/2018 - Lançamento no Brasil da Iniciativa da ONU de Direitos Ambientais

Local: Museu do Amanhã – Praça Mauá, 01 – Centro – Rio de Janeiro/RJ

10/09/2018 - Oficina da Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos com o tema “Violência contra Comunicadores”

Local: Escola Nacional de Administração Pública ENAP – localizada na SPO – Asa Sul – Brasília/DF

21/09/2018 - Mesa de Diálogos sobre Intervenção Federal sob a ótica de Direitos Humanos, promovido pelo ObservaRio do Ministério dos Direitos Humanos

Local: Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico – Casa Civil – Rio de Janeiro/RJ

25/09/2018 - Reunião da Comissão Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional das Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais - CP5 do CONSEA

Local: Sala 105 do Anexo I do Palácio do Planalto – Brasília/DF

28 a 29/08/2018 - Seminário: Direitos Humanos – (I) Migrantes e Refugiados/as “Não me julgue antes de me conhecer!”, promovido pelo Jubileu Sul Brasil; Missão Paz; Cáritas Arquidiocesana; África do Coração; SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes, e a Articulação para o Monitoramento dos DH no Brasil

Local: Missão Paz (teatro), Rua Glicério, 225 – São Paulo/SP

10 e 11/10/2018 - Seminário “A Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, promovido pelo Ministério dos Direitos Humanos

Local: Auditório da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Brasília/DF

15/10/2018 - Reunião do Grupo de Trabalho Executivo do CONSEA (Interconselhos)

Local: Presidência da República – Palácio do Planalto, Anexo I, térreo, sala C-2 – Brasília/DF

16/10/2018 - 18h às 21h - Conferencia Internacional “Desinformación en la era digital y su impacto en la libertad de expresión y los procesos electorales de la región”

Local: Institución Nacional de Derechos Humanos (INDDHH) – Bvar. Artigas 1532 Montevideo, Uruguay

16 a 19/10/2018 - Oficina “A ONU e os direitos humanos dos povos indígenas”, promovida pela ONU Brasil

Local: Casa da ONU, localizada no Setor de Embaixadas Norte Complexo Sérgio Vieira de Mello Lote 17 – Asa Norte – Brasília/DF

17/10/2018 – Audiência pública sobre a participação de mulheres como expositoras em eventos jurídicos do Ministério Público, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público

Local: Plenário do CNMP, localizado no Ed. Adail Belmonte – Lote 03, SHCS DF – Brasília/DF

23 a 27/10/2018 - Seminário Regional “Proteção aos direitos de venezuelanos e venezuelanas: Por uma acolhida humanitária na América Latina”, promovido pela ESMPU

Local: Auditório do CREA-SP – Av. 2364, Higienópolis – São Paulo/SP

05 e 06/11/2018 - XIII CADH - Curso Avançado de Direitos Humanos, promovido pelo IDDH

Local: Casa das Nações Unidas no Brasil (ONU) – Complexo Sérgio Vieira de Mello, Setor de Embaixadas Norte – Quadra 802, Conjunto C, Lote 17 – Brasília/DF

07/11/2018 - Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados sobre “Acolhimento a Imigrantes e Refugiados no Brasil”

Local: Plenário 09, Anexo II da Câmara dos Deputados – Brasília/DF

28/11/2018 - Seminário e abertura da Mostra Fotográfica 70 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos

Local: Av. Brasil 4365 Campus Fiocruz, Manguinhos, Rio de Janeiro-RJ

IMPACTO NA IMPRENSA - CLIPPING DE NOTÍCIAS

JANEIRO/2017

MASSACRE NO COMPLEXO PENITENCIÁRIO ANÍSIO JOBIM (COMPAJ), EM MANAUS

05/01/2017

Veículo: Valor Econômico

Conselho Nacional de Direitos Humanos aponta caos no sistema prisional

<http://www.valor.com.br/politica/4827286/conselho-nacional-de-direitos-humanos-aponta-caos-no-sistema-prisional>

05/01/2017

Veículo: Agência Brasil

CNDH critica Estado e defende penas alternativas como opção ao encarceramento

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-01/cndh-critica-estado-e-defende-penas-alternativas-como-opcao-ao>

05/01/2017

Veículo: Exame

CNDH defende penas alternativas como opção ao encarceramento

<http://exame.abril.com.br/brasil/cndh-defende-penas-alternativas-como-opcao-ao-encarceramento/>

05/01/2017

Veículo: Correio da Amazônia

CNDH defende penas alternativas como opção ao encarceramento

<https://www.correiodaamazonia.com.br/conselho-nacional-defende-penas-alternativas-como-opcao-ao-encarceramento/>

05/01/2017

Veículo: Diário de Pernambuco

CNDH critica Estado e defende penas alternativas ao encarceramento

http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2017/01/05/interna_brasil,683116/cndh-critica-estado-e-defende-penas-alternativas-como-opcao-ao-encarce.shtml

06/01/2017

Veículo: Jornal do Commercio

CNDH critica Estado e defende penas alternativas como opção ao encarceramento

http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/01/geral/540256-cndh-critica-estado-e-defende-penas-alternativas-como-opcao-ao-encarceramento.html

FEVEREIRO/ 2017

SUSPENSÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO DA MINERADORA BELO SUN

09/02/2017

Estadão

Conselho Nacional dos Direitos Humanos quer suspensão de mina de ouro em Belo Monte

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-nacional-dos-direitos-humanos-quer-suspensao-de-mina-de-ouro-em-belo-monte,70001660165?success=true>

09/02/2017

Agência Brasil

Conselho de Direitos Humanos recomenda que PA suspenda licença para mina de ouro

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-02/conselho-de-direitos-humanos-recomenda-que-20PA-suspenda-licenca-para-mina-de-ouro>

09/02/2017

Ecodebate

Conselho de Direitos Humanos pede suspensão de licença para mina de ouro Belo Sun, no Pará

<https://www.ecodebate.com.br/2017/02/10/conselho-de-direitos-humanos-pede-suspensao-de-licenca-para-mina-de-ouro-belo-sun-no-para/>

09/02/2017

Instituto Socioambiental - ISA

Conselho Nacional dos Direitos Humanos pede suspensão de Belo Sun

<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-pede-suspensao-de-belo-sun>

09/02/2017

Movimento Dos Atingidos Por Barragens - MAB

Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) requer suspensão de licença concedida a projeto da Belo Sun Mineração

<http://www.mabnacional.org.br/noticia/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-cndh-requer-suspens-licen-concedida-projeto-da-belo-0>

09/02/2017

Conselho Indigenista Missionário - CIMI

Conselho Nacional dos Direitos Humanos requer suspensão de licença concedida a projeto da Belo Sun Mineração

http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=9119&action=read

09/02/2017

Jornal do Brasil

Conselho de Direitos Humanos recomenda que PA suspenda licença para mina de ouro

<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2017/02/09/conselho-de-direitos-humanos-recomenda-que-pa-suspenda-licenca-para-mina-de-ouro/>

10/02/2017

Correio do Povo

Conselho de Direitos Humanos recomenda que PA suspenda licença para mina de ouro

<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Pol%C3%ADtica/2017/2/609880/Conselho-de-Direitos-Humanos-recomenda-que-PA-suspenda-licenca-para-mina-de-ouro>

10/02/2017

Plataforma Dhesca

Conselho Nacional dos Direitos Humanos requer suspensão de licença concedida a projeto da Belo Sun Mineração

<http://www.plataformadh.org.br/2017/02/10/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-requer-suspensao-de-licenca-concedida-a-projeto-da-belo-sun-mineracao/>

MARÇO/2017

REFORMA DA PREVIDÊNCIA / REFORMA TRABALHISTA / LISTA SUJA DO TRABALHO ESCRAVO

14/03/2018

O Globo

TST manda governo publicar lista suja do trabalho escravo

<https://oglobo.globo.com/economia/tst-manda-governo-publicar-lista-suja-do-trabalho-escravo-21059934>

15/03/2017

Valor Econômico

Conselho de Direitos Humanos recomenda retirar reforma da Previdência.

<http://www.valor.com.br/politica/4901034/conselho-de-direitos-humanos-recomenda-retirar-reforma-da-previdencia>

15/03/2017

Rede Brasil Atual

Conselho de Direitos Humanos se posiciona contra reforma da Previdência

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/03/conselho-nacional-de-direitos-humanos-se-posiciona-contr-a-reforma-da-previdencia>

22/03/2017

Congresso em Foco

Conselho Nacional de Direitos Humanos promete acionar órgãos internacionais contra reforma da Previdência.

<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/conselho-nacional-de-direitos-humanos-promete-acionar-orgaos-internacionais-contr-a-reforma-da-previdencia/>

27/03/2017

Brasil de Fato

“Sem Previdência, vamos retomar o apartheid social”, diz presidente do CNDH

<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/27/sem-previdencia-vamos-retomar-o-apartheid-social-diz-presidente-do-cndh/>

REUNIÃO COM PRESIDENTE DO STF, CÁRMEN LÚCIA

22/03/2017

Rede Brasil Atual

Ministra Cármen Lúcia recebe relatórios sobre violações de direitos humanos

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/03/carmen-lucia-recebe-relatorios-de-violacoes-de-direitos-humanos>

24/03/2017

Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e presidente do STF reafirmam compromisso com agenda de direitos humanos no Brasil

<https://cimi.org.br/2017/03/39350/>

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

21/03/2017

Folha PE

Relatório cita violações e precariedade na Funase

<http://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2017/03/21/NWS,21725,70,449,NOTICIAS,2190-RELATORIO-CITA-VIOLACOES-PRECARIEDADE-FUNASE.aspx>

23/03/2017

O Povo

Comissão internacional deve visitar sistema socioeducativo do Ceará.

<http://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/03/comissao-internacional-deve-visitar-sistema-socioeducativo-do-ceara.html>

ABRIL/2017

REFORMA DA PREVIDÊNCIA / REFORMA TRABALHISTA / LISTA SUJA DO TRABALHO ESCRAVO

17/04/2017

Estadão

Maus conselhos

Ao colocar a reforma da Previdência na mesma categoria da tortura, da censura e da prisão arbitrária, o CNDH desmoraliza a própria noção de direito humano

<https://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,maus-conselhos,70001740710>

26/04/2017

Rede Brasil Atual

Conselho Nacional dos Direitos Humanos faz recomendação contra 'reforma' trabalhista

<https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/04/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-emite-recomendacao-conta-reforma-trabalhista>

26/04/2017

Congresso em Foco

Conselho Nacional dos Direitos Humanos aprova recomendação contra reforma trabalhista

<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-aprova-recomendacao-contr-reforma-trabalhista/>

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

11/04/2017

JC Online

CNDH reforça recomendações de não violência em manifestações públicas

<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/04/11/cndh-reforca-recomendacoes-de-nao-violencia-em-manifestacoes-publicas-277996.php>

MAIO/2017

REFORMA DA PREVIDÊNCIA / REFORMA TRABALHISTA / LISTA SUJA DO TRABALHO ESCRAVO

09/05/2017

Carta Capital

Os direitos humanos e o mundo do trabalho

<https://www.cartacapital.com.br/politica/os-direitos-humanos-e-o-mundo-do-trabalho>

VIOLÊNCIA NO CAMPO

16/05/2017

Blog Ato Denúncia

ATO DENÚNCIA “Por direitos e contra a violência no campo”

<https://atodenuncia.wordpress.com/2017/05/16/protesto-denuncia-alto-indice-de-violencia-e-exige-providencias-do-governo/>

17/05/2017

Portal Vermelho

Ato em Brasília denuncia intensificação da violência no campo

<http://www.vermelho.org.br/noticia/297026-8>

18/05/2017

MPF

MPF sedia ato denúncia por direitos e contra a violência no campo

<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-sedia-ato-denuncia-por-direitos-e-contra-a-violencia-no-campo>

23/05/2017

Rede Brasil Atual

Estado omissivo contribui para aumento da violência, afirmam entidades

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/05/conselho-de-direitos-humanos-e-entidades-fazem-ato-contra-a-violencia>

24/05/2017

Blog Ato Denúncia

Movimentos sociais e órgãos do judiciário e de defesa dos direitos humanos assumem compromissos contra a violência no campo e a retirada de direitos

<https://atodenuncia.wordpress.com/2017/05/24/movimentos-sociais-e-orgaos-do-judiciario-e-de-defesa-dos-direitos-humanos-assumem-compromissos-contra-a-violencia-no-campo-e-a-retirada-de-direitos>

24/05/2017

Agência Brasil

Com falas de ameaçados de morte, Ato Denúncia pede fim da violência no campo

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-05/com-falas-de-ameacados-de-morte-ato-denuncia-pede-fim-da-violencia>

25/05/2017

Combate Racismo Ambiental

Ato denuncia: “É como se alguém tivesse licença para nos caçar e nos matar”

<http://racismoambiental.net.br/2017/05/25/ato-denuncia-e-como-se-alguem-tivesse-licenca-para-nos-cacar-e-nos-matar/>

MASSACRE PAU D'ARCO

Terra

24/05/2017

Chacina no Pará deixa 10 trabalhadores rurais mortos

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/chacina-no-para-deixa-10-trabalhadores-rurais-mortos,6b2f8d88c90eb2bcd8893d300da37bb9u5rdpp83.html>

Veja

24/05/2017

Dez posseiros são mortos pela polícia em reintegração no Pará

<http://veja.abril.com.br/brasil/dez-posseiros-sao-mortos-pela-policia-em-reintegracao-no-para/>

Rede Brasil Atual

25/05/2017

Em cinco meses, 36 trabalhadores são assassinados em conflitos no campo

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/05/violencia-no-campo-assassinou-36-trabalhadores-rurais-em-cinco-meses>

Folha De São Paulo

25/05/2017

Polícia removeu corpos de sem-terra antes da realização da perícia no Pará

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1887486-policia-removeu-corpos-de-sem-terra-antes-da-realizacao-da-pericia-no-para.shtml>

Agência Brasil

25/05/2016

Missão federal vai ao Pará cobrar investigação de mortes de trabalhadores rurais

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-05/missao-federal-vai-ao-para-cobrar-investigacao-de-mortes-de>

Rede TVT

26/05/2017

Conselho Nacional de direitos Humanos investiga morte de 10 agricultores no Pará

<https://www.youtube.com/watch?v=MWEGdDeEF1s>

Rádio Brasil Atual

26/05/2017

Exclusivo: Dois sobreviventes da chacina no Pará podem ajudar a solucionar caso

<https://soundcloud.com/redebrasilatual/dois-sobreviventes-da-chacina-no-para-podem-ajudar-a-solucionar-caso>

Agência Pública

26/05/2017

CNDH levanta hipótese de vingança de policiais em massacre de Pau D'Arco

<http://apublica.org/2017/05/cndh-levanta-hipotese-de-vinganca-de-policiais-em-massacre-de-pau-darco/>

Rede TVT

26/05/2017

Conselho Nacional de Direitos Humanos cria força-tarefa para investigar chacinas no campo

<https://www.youtube.com/watch?v=PdSYFAZ6i94>

Jornal Nacional

26/05/2017

Governo do Pará afasta policiais envolvidos em ação com 10 mortos

<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/05/governo-do-para-afasta-policiais-envolvidos-em-acao-com-10-mortos.html>

Agência Brasil

26/05/2017

Secretaria determina afastamento de 29 policiais envolvidos em chacina no Pará

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-05/secretaria-determina-afastamento-de-29-policiais-envolvidos-em>

O Dia

26/05/2017

Presidente do CNDH diz que sem-terra foram executados

<http://odia.ig.com.br/brasil/2017-05-26/presidente-do-cndh-diz-que-sem-terra-foram-executados.html>

Agência Pública

26/05/2017

Pau d'Arco Urgente: testemunhas oculares do massacre reforçam tese de execuções

<http://apublica.org/2017/05/pau-darco-urgente-testemunhas-oculares-do-massacre-reforam-tese-de-execucoes/>

Agência Brasil

26/05/2017

Sete pessoas da mesma família estão entre vítimas de chacina no Pará

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/sete-pessoas-da-mesma-familia-estao-entre-vitimas-de-chacina-no-para>

El País

27/05/2017

“Versão do confronto para chacina no Pará caiu”, diz titular de Conselho de Direitos Humanos

http://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/26/politica/1495832782_610111.html

Folha De São Paulo

27/05/2017

Policiais festejaram após matarem dez sem-terras, afirma testemunha

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1887886-policiais-festejaram-apos-matarem-dez-sem-terras-afirma-testemunha.shtml>

Jornal GGN

28/07/2017

Massacre de Pau D'Arco: testemunhas reforçam tese de execuções

<https://jornalggm.com.br/noticia/massacre-de-pau-darco-testemunhas-reforam-tese-de-execucoes>

Bom Dia Brasil

30/05/2017

Ativistas de direitos humanos reforçam suspeitas de tortura a vítimas de chacina no Pará

<https://globoplay.globo.com/v/5904079/programa/>

Jornal Brasil de Fato

31/05/2017

Chacina no Pará: Deputado pede federalização do caso

<https://www.brasildefato.com.br/2017/05/31/chacina-no-para-deputado-pede-federalizacao-do-caso/>

Agência Brasil

31/05/2017

MPF pede à Polícia Federal informações sobre empresas de segurança particular

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-05/mpf-pede-policia-federal-informacoes-sobre-empresas-de-seguranca>

CRACOLÂNDIA

G1

26/05/2017

Conselho pede apuração de violações de direitos humanos na Cracolândia

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/conselho-pede-apuracao-de-violacoes-de-direitos-humanos-na-cracolandia.ghtml>

Consultor Jurídico

26/05/2017

Justiça de SP vai definir quais usuários serão internados pela prefeitura

<http://www.conjur.com.br/2017-mai-26/prefeitura-sp-internar-usuarios-crack-compulsoriamente>

Agência Brasil

26/05/2017

Conselho nacional recomenda suspensão de remoções e demolições na Cracolândia

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/conselho-nacional-recomenda-suspensao-de-remocoes-e-demolicoes-na-cracolandia>

Rede TVT

29/05/2017

Conselho de Direitos Humanos vistoria Cracolândia

<https://www.youtube.com/watch?v=iUtcnNIOxTo>

Agência Brasil

29/05/2017

Conselho Nacional de Direitos Humanos ouve relatos de abusos na Cracolândia

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/em-sao-paulo-conselho-de-direitos-humanos-ouve-relatos-de-abusos>

R7

29/05/2017

Prefeitura vai montar balcão de reclamações para moradores e comerciantes da região da Cracolândia

<http://noticias.r7.com/sao-paulo/prefeitura-vai-montar-balcao-de-reclamacoes-para-moradores-e-comerciantes-da-regiao-da-cracolandia-29052017>

G1

29/05/2017

Conselho Nacional de Direitos Humanos vistoria 'nova' Cracolândia em SP

<http://g1.globo.com/google/amp/g1.globo.com/sao-paulo/noticia/conselho-nacional-de-direitos-humanos-vistoria-nova-cracolandia-em-sp.ghtml>

Globonews

29/05/2017

Conselho Nacional de Direitos Humanos coleta informações sobre ações na Cracolândia

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/conselho-nacional-de-direitos-humanos-vistoria-nova-cracolandia-em-sp.ghtml>

UOL

30/05/2017

Para MP e Conselho, nova cracolândia virou “feirão de droga” e “campo de refugiados”

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/05/30/para-mp-e-conselho-nova-cracolandia-de-sp-virou-feirao-de-droga-e-campo-de-refugiados.htm?cmpid=copiaecola>

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Revista Fórum

24/05/2017

Conselho Nacional de Direitos Humanos chama decreto de Temer de “inadmissível Estado de Sítio”

<https://www.revistaforum.com.br/conselho-nacional-de-direitos-humanos-chama-decreto-de-temer-de-inadmissivel-estado-de-sitio/>

Rede Brasil Atual

25/05/2017

Conselho Nacional de Direitos Humanos repudia convocação das Forças Armadas

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/05/conselho-nacional-de-direitos-humanos-repudia-convocacao-das-forcas-armadas>

Agência Pulsar Brasil

25/05/2017

Brasil vive momento perigoso para a liberdade de expressão

<http://brasil.agenciapulsar.org/mais/politica/brasil-mais/brasil-vive-momento-perigoso-para-a-liberdade-de-expressao/>

Sul 21

25/05/2017

Após decreto de Temer, deputados denunciam à ONU violações aos Direitos Humanos

<http://www.sul21.com.br/jornal/apos-decreto-de-temer-deputados-denunciam-onu-violacoes-aos-direitos-humanos/>

VIOLÊNCIA POLICIAL

Huffpost Brasil

03/05/2017

Senado avança na criminalização de assassinatos praticados por policiais

https://www.huffpostbrasil.com/2017/05/03/senado-avanca-na-criminalizacao-de-assassinatos-praticados-por-p_a_22067717/

JUNHO/2017

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

30/06/2017

O Povo

Conselho de Direitos Humanos irá a centros socioeducativos em agosto

<http://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/07/conselho-de-direitos-humanos-ira-a-centros-socioeducativos-em-agosto.html>

MASSACRE PAU D'ARCO

23/06/2017

Justiça Global

Massacre de Pau D'Arco completa um mês sem que o Estado apresente respostas

<http://www.global.org.br/blog/massacre-de-pau-darco-completa-um-mes-sem-que-o-estado-apresente-respostas/>

24/06/2017

Carta Capital

Laudos reforçam tese de massacre por disputa agrária em Pau D'Arco

<https://www.cartacapital.com.br/revista/958/laudos-reforcam-tese-de-massacre-por-disputa-agraria-em-pau-d-arco>

CRACOLÂNDIA

22/06/2017

G1

Conselho dos Direitos Humanos vai representar ao MP contra Doria por ação na Cracolândia.

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/conselho-dos-direitos-humanos-vai-representar-ao-mp-contrad-oria-por-acao-na-cracolandia.ghtml>

22/06/2017

Rede Brasil Atual

Conselho de Direitos Humanos abre representação contra Doria por improbidade

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/06/conselho-de-direitos-humanos-abre-representacao-contrad-oria-por-improbidade>

23/06/2017

Carta Capital

Conselho de Direitos Humanos abre representação contra Doria por improbidade

<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/06/23/conselho-de-direitos-humanos-abre-representacao-contrad-oria-por-improbidade/>

23/06/2017

EBC Radioagência Nacional

Conselho de Direitos Humanos acusa prefeito de SP de improbidade por ação na Cracolândia

<http://radioagencianacional.ebc.com.br/direitos-humanos/audio/2017-06/conselho-de-direitos-humanos-acusa-prefeito-de-sp-de-improbidade-por>

CPI FUNAI / INCRA

23/06/2017

ISTOÉ

Conselho Nacional de Direitos Humanos repudia relatório da Funai e Incra

<http://www.istoedinheiro.com.br/conselho-nacional-de-direitos-humanos-repudia-relatorio-da-funai-e-incra/>

23/06/2017

Estadão

Conselho Nacional de Direitos Humanos repudia relatório da CPI da Funai e Incra

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-nacional-de-direitos-humanos-repudia-relatorio-da-funai-e-incra,70001859289>

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

21.06.2017

Terra sem Males

“Governo reduz o debate da Reforma da Previdência a ‘cálculo frio’ e não explica a desvinculação das receitas da Previdência Social”, avalia CNDH

<https://www.terrasem males.com.br/governo-reduz-o-debate-da-reforma-da-previdencia-a-calculo-frio-e-nao-explica-a-desvinculacao-das-receitas-da-previdencia-social-avalia-cndh/>

JULHO/2017

DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

14/07/2017

Folha de São Paulo

Ameaçadas, defensoras de direitos humanos fogem de casa na Amazônia

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1901234-ameacadas-defensoras-de-direitos-humanos-fogem-de-casa-na-amazonia.shtml>

MASSACRE PAU D'ARCO

10/07/2017

Portal Vermelho

Chacina no Pará: Avança investigação e Conselho quer PF na região.

<http://www.vermelho.org.br/noticia/299176-1>

13/07/2017

Correio Braziliense

Polícia Civil e SSP do Pará admitem execução de sem-terra, em Pau D'arco

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/07/13/internas_polbraeco,609430/chacina-em-pau-darco-foi-feita-pela-policia.shtml

28/07/2017

O Globo

Governo federal pode deixar caso de massacre no Pará pela metade

<https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/governo-federal-pode-abandonar-investigacoes-de-massacre-no-para-pela-metade.html>

COMUNIDADES TERAPÊUTICAS

17/07/2017

G1/Espírito Santo

Direitos humanos são colocados em xeque na internação de dependentes químicos

<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/direitos-humanos-sao-colocados-em-xeque-na-internacao-de-dependentes-quimicos-no-es.ghtml>

20/07/2017

Gazeta Online

Falta fiscalização nas clínicas de reabilitação, dizem especialistas

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2018/07/falta-fiscalizacao-nas-clinicas-de-reabilitacao-dizem-especialistas-1014140650.html>

AGOSTO/2017

DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

29/08/2017

Racismo Ambiental

CNDH denuncia a criminalização de defensores e defensoras de direitos humanos no Rio Grande do Sul

<https://racismoambiental.net.br/2017/08/29/cndh-denuncia-a-criminalizacao-de-defensores-e-defensoras-de-direitos-humanos-no-rio-grande-do-sul/>

CRACOLÂNDIA

21/08/2017

Radioagência Nacional

Operação na Cracolândia prendeu 446 pessoas em três meses; Conselho de Direitos Humanos critica ação

<http://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2017-08/operacao-na-cracolandia-prendeu-446-pessoas-em-tres-meses-conselho-de-direitos>

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

18/08/2017

Sistema socioeducativo do Ceará continua violando direitos, diz CNDH

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/sistema-socioeducativo-do-ceara-continua-violando-direitos-diz-cndh>

19/08/2017

O Povo

2 de 200 denúncias de tortura de adolescentes teriam virado inquérito

<https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/08/2-de-200-denuncias-de-tortura-de-adolescentes-teriam-virado-inquerito.html>

FORO DIFERENCIADO PARA MILITARES ENVOLVIDOS EM MORTES DE CIVIS

24/08/2017

Congresso em Foco

Conselho Nacional dos Direitos Humanos divulga nota contra foro especial para militares envolvidos em mortes de civis

<https://portaldomagistrado.com.br/2017/08/23/congresso-em-foco-conselho-nacional-dos-direitos-humanos-divulga-nota-contr-foro-especial-para-militares-envolvidos-em-mortes-de-civis/>

23/08/2017

Congresso em Foco

Conselho Nacional dos Direitos Humanos divulga manifesto contra foro especial para militares envolvidos em mortes de civis

<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-divulga-manifesto-contr-foro-especial-para-militares-envolvidos-em-mortes-de-civis/>

23/08/2017

Araraquara News

Conselho Nacional dos Direitos Humanos divulga manifesto contra foro especial para militares envolvidos em mortes de civis

<https://araraquaranews.com.br/v2/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-divulga-manifesto-contr-foro-especial-para-militares-envolvidos-em-mortes-de-civis/>

MASSACRE PAU D'ARCO

23/08/2017

24horasNews

Conselho de Direitos Humanos manifesta preocupação com soltura de policiais acusados de chacina

<https://www.24horasnews.com.br/noticia/conselho-de-direitos-humanos-manifesta-preocupacao-com-soltura-de-policiais-acusados-de-chacina.html>

AGOSTO/2017

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

24/08/2017

Carta Capital/Blog Intervezes

Não é para isso que a gente paga a internet

<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervezes/nao-e-pra-isso-que-a-gente-paga-a-internet>

INTERNACIONAL

09/08/2017

Agência Brasil

Organizações cobram que Brasil acate recomendações da ONU sobre direitos humanos

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/organizacoes-cobram-que-brasil-acate-recomendacoes-da-onu-sobre>

SETEMBRO/2017

ESCOLA SEM PARTIDO

30/08/2017

Correio Braziliense

CNDH aprova resolução em repúdio ao projeto “Escola sem Partido”

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/08/30/internas_polbraeco,622174/direitos-humanos-e-contra-escola-sem-partido.shtml

30/08/2017

Exame Brasil

Conselho Nacional de Direitos Humanos repudia Escola sem Partido

<https://exame.abril.com.br/brasil/conselho-nacional-de-direitos-humanos-repudia-escola-sem-partido/>

30/08/2017

Carta Campinas

Criador do 'Escola Sem Partido' fez modelo de notificação na internet para ameaçar professores

<https://cartacampinas.com.br/2017/08/xcriador-do-escola-sem-partido-criou-notificacoes-na-internet-para-ameacar-professores/>

30/08/2017

ADVFN

Escola sem partido e com ensino religioso

<http://br.advfn.com/jornal/2017/08/resumo-do-dia-veja-os-principais-topicos-da-politica-nacional>

08/09/2017

G1 Campinas

OAB recorre ao Conselho dos Direitos Humanos contra 'Escola sem Partido' em Campinas

<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/oab-recorre-ao-conselho-dos-direitos-humanos-contra-escola-sem-partido-em-campinas.ghtml>

MISSÃO QUILOMBOLA A ALCÂNTARA-MA

30/08/2017

Defensoria Pública da União

DPU participa de audiência sobre direitos de quilombolas em Alcântara (MA)

<http://www.dpu.def.br/noticias-maranhao/140-noticias-ma-slideshow/39038-dpu-participa-de-audiencia-sobre-direitos-de-quilombolas-em-alcantara-ma>

30/08/2017

Rádioagência Nacional

Conselho de Direitos Humanos apura violações contra quilombolas em Alcântara

<http://radioagencianacional.ebc.com.br/direitos-humanos/audio/2017-08/conselho-de-direitos-humanos-apura-violacoes-contr-quilombolas-em>

30/08/2017

Terra Sem Males

Conselho Nacional dos Direitos Humanos vai em missão ao Território Quilombola de Alcântara, no Maranhão

<http://www.terrasemmalles.com.br/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-vai-em-missao-ao-territorio-quilombola-de-alcantara-no-maranhao/>

29/08/2017

Conselho Federal de Psicologia

Missão em Território Quilombola de Alcântara investiga violações de direitos humanos

<https://site.cfp.org.br/tag/alcantara/>

05/09/2017

Blog do Pedrosa

A Missão do CNDH em Alcântara

<http://blog-do-pedrosa.blogspot.com/2017/09/a-missao-do-cndh-em-alcantara.html>

06/09/2017

Conselho Federal de Psicologia

Audiência em Alcântara denuncia possibilidade de deslocamento compulsório de quilombolas <https://site.cfp.org.br/deslocamento-compulsorio-de-quilombolas/>

OUTUBRO/2017

MISSÃO QUILOMBOLA A SANTARÉM-PA

02/10/2017

Agência Brasil

Quilombolas do Pará recebem visita do Conselho Nacional dos Direitos Humanos

<http://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2017-10/quilombolas-do-para-recebem-vista-do-conselho-nacional-dos-direitos-humanos>

02/10/2017

G1 Pará

Conselho Nacional dos Direitos Humanos visita comunidades quilombolas de Santarém

<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-visita-comunidades-quilombolas-de-santarem.ghtml>

02/10/2017

Folha GO

Conselho Nacional dos Direitos Humanos visita comunidades quilombolas de Santarém

<http://www.folhago.com.br/artigo/226073/Conselho-Nacional-dos-Direitos-Humanos-visita-comunidades-quilombolas-de-Santarem>

10/10/2017

CFP

Territórios quilombolas em Santarém são violados

<https://site.cfp.org.br/territorio-quilombolas-em-santarem-sao-violados/>

PROCESSO APURATÓRIO

25/10/2017

O Globo

Órgão do governo investigará Ronaldo Nogueira por portaria do trabalho escravo

<https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/orgao-do-governo-investigara-ronaldo-nogueira-por-portaria-do-trabalho-escravo.html>

26/10/2017

Agência Brasil

CNBB repudia e classifica de desumana portaria sobre trabalho escravo

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-10/cnbb-repudia-portaria-sobre-trabalho-escravo-e-estimula-manifestacoes>

26/10/2017

Carta Campinas

Conselho Nacional decide apurar Ministro-Pastor que fez portaria que facilita o uso do trabalho escravo

<https://cartacampinas.com.br/2017/10/conselho-nacional-decide-apurar-ministro-pastor-que-fez-portaria-para-facilitar-o-trabalho-escravo/>

27/10/2017

Brasil de Fato

Conselho Nacional de Direitos Humanos abre procedimento contra ministro

<https://www.brasildefato.com.br/2017/10/27/conselho-nacional-de-direitos-humanos-abre-procedimento-contra-ministro/>

30/10/2017

Carta Capital

Quanto vale um escravo para o governo Temer?

<https://www.cartacapital.com.br/revista/976/quanto-vale-um-escravo-para-o-governo-temer>

FORO DIFERENCIADO PARA MILITARES ENVOLVIDOS EM MORTES DE CIVIS

11/10/2018

Transferência de julgamento de oficiais para a Justiça Militar gera polêmica

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-10/transferencia-de-julgamento-de-oficiais-para-justica-militar-gera-polemica>

24/10/2017

Carta Capital

No Brasil de Temer, os militares ganham proteção judicial

<https://www.cartacapital.com.br/revista/975/no-brasil-de-temer-os-militares-ganham-protecao-judicial>

NOVEMBRO/2017

ENCONTRO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 2017

6/11/2017

TV Câmara - Programa Participação Popular sobre Políticas de Direitos Humanos

<https://www.youtube.com/watch?v=m6SgKmTbCgQ>

7/11/2017

TV Câmara - Programa Palavra Aberta

Câmara sedia nesta semana Encontro Nacional de Direitos Humanos 2017

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PALAVRA-ABERTA/547729-CAMARA-SEDIA-NESTA-SEMANA-ENCONTRO-NACIONAL-DE-DIREITOS-HUMANOS-2017.html>

8/11/2017

Câmara Notícias

Câmara sedia encontro nacional de direitos humanos

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/547715-CAMARA-SEDIA-ENCONTRO-NACIONAL-DE-DIREITOS-HUMANOS.html>

8/11/2017

Câmara Notícias

Encontro alerta para ameaças aos direitos humanos

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/547888-ENCONTRO-ALERTA-PARA-AMEACAS-AOS-DIREITOS-HUMANOS.html>

8/11/2017

Rádio Câmara

Debatedores apontam retrocessos na conquista de direitos humanos

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/547895-DEBATEDORES-APONTAM-RETROCESSOS-NA-CONQUISTA-DE-DIREITOS-HUMANOS.html>

8/11/2017

Rede TVT

Em Brasília, encontro nacional de Direitos Humanos discute retrocessos do governo Temer

https://www.youtube.com/watch?time_continue=5&v=7NINd2QjNBI

9/11/2017

Rede Brasil Atual

Conselho Nacional de Direitos Humanos defende revogação de medidas de Temer

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/11/conselho-nacional-de-direitos-humanos-tambem-quer-revogacao-de-medidas-de-temer>

9/11/2017

Combate Racismo Ambiental

Trincheira de resistência: encontro em Brasília debate agenda democrática para direitos humanos

<https://racismoambiental.net.br/2017/11/09/trincheira-de-resistencia-encontro-em-brasilia-debate-agenda-democratica-para-direitos-humanos/>

9/11/2017

Plataforma Dhesca

Encontro Nacional de Direitos Humanos reivindica unidade de ação

<http://www.plataformadh.org.br/2017/11/09/8745/>

9/11/2017

Câmara Notícias

Encontro nacional de direitos humanos continua hoje na Câmara

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/547941-ENCONTRO-NACIONAL-DE-DIREITOS-HUMANOS-CONTINUA-HOJE-NA-CAMARA.html>

9/11/2017

Câmara Notícias

Encontro Nacional de Direitos Humanos estabelece pauta prioritária para o setor

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/548008-ENCONTRO-NACIONAL-DE-DIREITOS-HUMANOS-ESTABELECE-PAUTA-PRIORITARIA-PARA-O-SETOR.html>

9/11/2017

Radioagência Câmara

Encontro Nacional de Direitos Humanos estabelece pauta prioritária para o setor

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/548032-ENCONTRO-NACIONAL-DE-DIREITOS-HUMANOS-ESTABELECE-PAUTA-PRIORITARIA-PARA-O-SETOR.html>

Vermelho

12/11/2017

Direitos Humanos: Comissão da Câmara pressiona por políticas públicas

<http://www.vermelho.org.br/noticia/304236-1>

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO CEARÁ

16/11/2017

G1 CE

Comissão Interamericana de Direitos Humanos vem a Fortaleza inspecionar centros socioeducativos

<https://g1.globo.com/ceara/noticia/comissao-interamericana-de-direitos-humanos-vem-a-fortaleza-inspecionar-centros-socioeducativos.ghtml>

17/11/2017

Diário do Nordeste

Estado não cumpriu medidas, diz CNDH

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/estado-nao-cumpriu-medidas-diz-cndh-1.1851954>

17/11/2017

Estadão

Conselho de Direitos Humanos acusa Ceará de cometer 'graves violações' contra jovens infratores

<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-de-direitos-humanos-acusa-ceara-de-cometer-graves-violacoes-contra-jovens-infratores,70002087809>

17/11/2017

Isto É

Ceará comete violações contra jovens infratores, diz Conselho de Direitos Humanos

<https://istoe.com.br/ceara-comete-violacoes-contra-jovens-infratores-diz-conselho-de-direitos-humanos/>

17/11/2017

O Globo | Coluna Lauro Jardim

Órgãos ligados ao governo federal e à PGR recomendam sanções ao governador do Ceará

<http://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/orgaos-ligados-ao-governo-federal-e-pgr-recomendam-sancoes-ao-governador-do-ceara.html>

DEZEMBRO/2017

BELO SUN

19/12/2018

Conselho de Direitos Humanos quer paralisação de mina de ouro no Xingu

https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,conselho-de-direitos-humanos-quer-paralisacao-de-mina-de-ouro-no-xingu,70002125202?fbclid=IwAR2dvoxRivsBwYaJRm27xkdSdCpVW26dG_RQAqC-6QmFrZxFf1PFK_j6o7A

JANEIRO/2018

INSTITUCIONAL

08/01/2018

Conselho Nacional de Direitos Humanos quer retomar políticas de igualdade

<https://www.youtube.com/watch?v=qFSLxpu0H54&fbclid=IwAR2sHs--5SNWmysj0vBddZ9R9MXkHwqCHfb961lvOdcNB1-vlzjdXyTXBkA>

MISSÃO VENEZUELANOS/AS

17/01/2018

Amazonas Atual

Direitos Humanos vem ao Amazonas verificar situação de venezuelanos

<http://amazonasatual.com.br/direitos-humanos-vem-ao-amazonas-verificar-situacao-de-venezuelanos/>

17/01/2018

Migra Mundo

Missão do CNDH vai checar situação de migrantes venezuelanos no norte do Brasil

<http://migramundo.com/missao-do-cndh-vai-checar-situacao-de-migrantes-venezuelanos-no-brasil/>

18/01/2018

O Liberal

CNDH checa condições de vida de venezuelanos

<http://www.orm.com.br/oliberal/atualidades/NjEzNw==/CNDH-checa-condi%C3%A7oes-de-vida-de-venezuelanos>

18/01/2018

Diário Online

Direitos Humanos discute caso de venezuelanos

<http://www.m.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-480397-direitos-humanos-discute-caso-de-venezuelanos.html>

18/01/2018

Fato Amazônico

Violação de direitos de imigrantes venezuelanos no Brasil será tema de missão do CNDH

<http://www.fatoamazonico.com/site/violacao-de-direitos-de-imigrantes-venezuelanos-no-brasil-sera-tema-de-missao-do-cndh/>

18/01/2018

Portal Amazônia

Direitos Humanos verifica situação de venezuelanos no AM, PA e RR

<http://portalamazonia.com/noticias/direitos-humanos-verifica-situacao-de-venezuelanos-no-amazonas-para-e-roraima>

18/01/2018

Radaramazônico

Violação de direitos de imigrantes venezuelanos no Brasil será tema de missão do CNDH

<https://radaramazonico.com.br/violacao-de-direitos-de-imigrantes-venezuelanos-no-brasil-sera-tema-de-missao-do-cndh/>

19/01/2018

Agência Belém

Prefeitura recebe Conselho Nacional dos Direitos Humanos para tratar sobre refugiados venezuelanos

<http://agenciabelem.com.br/Noticia/161403/prefeitura-recebe-conselho-nacional-dos-direitos-humanos-para-tratar-sobre-refugiados-venezuelanos>

19/01/2018

Radioagência Nacional

Conselho Nacional de Direitos Humanos visita abrigos de venezuelanos em 5 cidades brasileiras

<http://radioagencianacional.ebc.com.br/direitos-humanos/audio/2018-01/conselho-nacional-de-direitos-humanos-visita-abrigos-de-venezuelanos>

19/01/2018

SBT Pará

Direitos humanos: Comissão Nacional avalia situação de índios venezuelanos

<https://www.youtube.com/watch?v=YvMNDI-Khjl>

19/01/2018

G1 Pará

Indígenas venezuelanos são levados para abrigo em dia de missão dos Direitos Humanos em Belém

<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/indigenas-venezuelanos-sao-levados-para-abrigo-na-vespera-de-missao-dos-direitos-humanos-em-belem.ghtml>

20/01/2018

G1 Pará

Missão dos Direitos Humanos acompanha situação de imigrantes venezuelanos em Santarém

<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/missao-dos-direitos-humanos-acompanha-situacao-de-imigrantes-venezuelanos-em-santarem.ghtml>

20/01/2018

O Liberal

CNDH intervém em defesa dos Warao

<http://www.orm.com.br/oliberal/atualidades/NjIwNA==/CNDH-intervem-em-defesa-dos-Warao>

20/01/2018

Agência Tauá

Indígenas venezuelanos são levados para abrigo em dia de missão dos Direitos Humanos em Belém

<http://agenciataua.com.br/indigenas-venezuelanos-sao-levados-para-abrigo-em-dia-de-missao-dos-direitos-humanos-em-belem/>

20/01/2018

TV Tapajós

Missão dos Direitos Humanos acompanha situação de imigrantes venezuelanos em Santarém

<https://globoplay.globo.com/v/6436781/programa/>

21/01/2018

Agência Santarém

Prefeitura e CNDH discutem situação dos Venezuelanos em Santarém

<http://www.agenciasantarem.com.br/noticia/1685/>

22/01/2018

CBN Amazônia

Missão acompanha situação de imigrantes indígenas venezuelanos em Belém

<http://cbnamazonia.com/noticias/missao-acompanha-situacao-de-imigrantes-indigenas-venezuelanos-em-bele>

22/01/2018

Combate Racismo Ambiental

MPF coordena missão do CNDH para verificar situação dos migrantes venezuelanos

<https://racismoambiental.net.br/2018/01/22/mpf-coordena-missao-do-cndh-para-verificar-situacao-dos-migrantes-venezuelanos/>

22/01/2018

G1 Amazonas

Conselho Nacional dos Direitos Humanos verifica situação de venezuelanos em Manaus

<http://g1.globo.com/am/amazonas/jam/videos/v/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-verifica-situacao-de-venezuelanos-em-manaus/6440404/>

23/01/2018

Amazônia notícia e informação

Violação de direitos de imigrantes venezuelanos no Brasil será tema de missão do CNDH

<http://amazonia.org.br/2018/01/violacao-de-direitos-de-imigrantes-venezuelanos-no-brasil-sera-tema-de-missao-do-cndh/>

23/01/2018

Ananideua +

Missão do Conselho Nacional dos Direitos Humanos verifica atendimento a imigrantes venezuelanos no Pará

<http://ananideuamais.com.br/2018/01/23/missao-do-conselho-nacional-dos-direitos-humanos-verifica-atendimento-a-imigrantes-venezuelanos-no-para/>

23/01/2018

G1 Amazonas

Conselho de Direitos Humanos visita Manaus para ver situação de Venezuelanos

<http://g1.globo.com/am/amazonas/bom-dia-amazonia/videos/v/conselho-de-direitos-humanos-visita-manaus-para-ver-situacao-de-venezuelanos/6441722/>

23/01/2018

Prefeitura de Manaus

Prefeitura se prepara para atender imigrantes venezuelanos

<http://semmasdh.manaus.am.gov.br/prefeitura-se-prepara-para-atender-imigrantes-venezuelanos/>

23/01/2018

Atual Amazonas

Prefeitura de Manaus usará até quadra esportiva para abrigar venezuelanos

<http://amazonasatual.com.br/prefeitura-de-manaus-usara-ate-quadra-esportiva-para-abrigar-venezuelanos/>

23/01/2018

G1 Roraima

Conselho Nacional de Direitos Humanos acompanham situação de imigrantes em Roraima

<http://g1.globo.com/rr/roraima/jornal-de-roraima/videos/v/conselho-nacional-de-direitos-humanos-acompanham-situacao-de-imigrantes-em-roraima/6443370/>

24/01/2018

Defensoria Pública do Estado do Pará

DPE/PA participa de reunião com CNDH sobre a situação dos refugiados da etnia Warao

http://www2.defensoria.pa.gov.br/portal/noticia.aspx?NOT_ID=3456

24/01/2018

EBC

Venezuelanos não-indígenas serão acolhidos em dois imóveis em Manaus

<http://radioagencianacional.ebc.com.br/direitos-humanos/audio/2018-01/venezuelanos-nao-indigenas-serao-acolhidos-em-dois-imoveis-em-manaus>

25/01/2018

Roraima em tempo

Situação dos imigrantes vai ser analisada pelos Direitos Humanos nesta sexta (25) em Roraima

<http://roraimaemtempo.com/situacao-dos-imigrantes-vai-ser-analisada-pelos-direitos-humanos-nesta-sexta-25-em-roraima/>

25/01/2018

MPF

Missão CNDH: governo do AM e prefeitura de Manaus assumem compromisso de acolhimento de imigrantes

<http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/governo-do-am-e-prefeitura-de-manaus-assumem-compromisso-de-garantir-acolhimento-de-imigrantes-durante-visita-do-cndh>

26/01/2018

EBC

Conselho de Direitos Humanos avalia situação de imigrantes venezuelanos no Norte

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/conselho-de-direitos-humanos-checam-situacao-de-imigrantes-venezuelanos-no>

25/01/2018

Roraima em Tempo

CNDH elabora plano para melhorar assistência a imigrantes

<http://roraimaemtempo.com/cndh-elabora-plano-para-melhorar-assistencia-de-imigrantes/>

27/01/2018

FolhaWeb

Direitos Humanos vê colapso de assistência a venezuelanos em RR

<http://folhabv.com.br/noticia/Direitos-Humanos-ve-colapso-de-assistencia-a-venezuelanos-em-RR/36298>

28/01/2018

D24am

Solicitação de refúgios de venezuelanos ao Brasil cresce cinco vezes, em 2017

<http://d24am.com/brasil/solicitacao-de-refugios-de-venezuelanos-ao-brasil-cresce-cinco-vezes-em-2017/>

29/01/2018

EBC

CNDH quer que governo federal coordene acolhida de venezuelanos

<http://radioagencianacional.ebc.com.br/direitos-humanos/audio/2018-01/cndh-quer-que-executivo-coordene-acolhida-de-venezuelanos-e-crie>

29/01/2018

EBC

Missão do CNDH sobre venezuelanos pedirá maior envolvimento do governo federal

<http://www.mpf.mp.br/rr/sala-de-imprensa/noticias-rr/missao-do-cndh-sobre-venezuelanos-pedira-maior-envolvimento-do-governo-federal>

29/01/2018

MigraMundo

Governos falham na assistência a venezuelanos, aponta missão do CNDH

<http://migramundo.com/governos-falham-na-assistencia-a-venezuelanos-aponta-missao-do-cndh/>

29/01/2018

24horasNews

CNDH quer que Executivo coordene acolhida de venezuelanos e crie gabinete de gestão

<https://www.24horasnews.com.br/noticia/cndh-quer-que-executivo-coordene-acolhida-de-venezuelanos-e-crie-gabinete-de-gestao.htm>

30/01/2018

Jornal do Brasil

Conselho de Direitos Humanos avalia situação de imigrantes venezuelanos no Norte

<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2018/01/27/conselho-de-direitos-humanos-avalia-situacao-de-imigrantes-venezuelanos-no-norte-2/>

INTERVENÇÃO MILITAR NO RIO DE JANEIRO

19/02/2018

Uol

Intervenção no Rio é “licença para matar”, diz Conselho de Direitos Humanos

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/19/intervencao-no-rio-e-regime-de-excecao-em-tempos-de-paz-diz-conselho-de-direitos-humanos.htm>

19/02/2018

O Globo

Conselho do Ministério de Direitos Humanos diz que intervenção é inadequada e ineficaz

<http://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/conselho-do-ministerio-de-direitos-humanos-diz-que-intervencao-e-inadequada-e-ineficaz.html>

19/02/2018

Estadão

Exército pede uso de mandado coletivo; população e especialistas temem abusos

<http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,defesa-pede-autorizacao-judicial-para-aplicar-mandados-coletivos-de-busca-e-apreensao-no-rio,70002195172>

19/02/2018

Congresso em Foco

Intervenção com militares no Rio é “licença para matar”, diz Conselho Nacional dos Direitos Humanos

<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/intervencao-com-militares-no-rio-e-licenca-para-matar-diz-conselho-nacional-dos-direitos-humanos/>

19/02/2018

Brasil 247

Intervenção com militares no Rio é “licença para matar”, diz Conselho Nacional dos Direitos Humanos

<https://www.brasil247.com/pt/247/rio247/343011/>

Interven%C3%A7%C3%A3o-no-Rio-%C3%A9-%E2%80%9Clicen%C3%A7a-para-matar%E2%80%9D-diz-Conselho-Nacional-dos-Direitos-Humanos.htm

20/02/2018

Estado de Minas Exército pede uso de mandado coletivo; população e especialistas temem abusos

https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2018/02/20/interna_nacional,938807/exercito-pede-uso-de-mandado-coletivo-populacao-e-especialistas-temem.shtml

MARÇO/2018

CASO MARIELLE FRANCO

15/03/2018

Portal Vermelho

Golpe agravou violação de direitos humanos, diz Conselho

<http://www.vermelho.org.br/noticia/308836-1>

16/03/2018

Agência Brasil

Conselho de Direitos Humanos acompanhará investigações sobre morte de Marielle

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/direitos-humanos-acompanharao-investigacoes-sobre-morte-de-marielle>

16/03/2018

Valor Econômico

Conselho de Direitos Humanos vai ao Rio acompanhar caso Marielle

<http://www.valor.com.br/politica/5389695/conselho-de-direitos-humanos-vai-ao-rio-acompanhar-caso-marielle>

16/03/2018

Jornal Destak

Conselho de Direitos Humanos acompanhará investigações

<http://www.destakjornal.com.br/cidades/rio-de-janeiro/detalhe/conselho-de-direitos-humanos-acompanhara-investigacoes>

16/03/2018

Revista Exame

Conselho de Direitos Humanos auxilia investigação sobre Marielle

<https://exame.abril.com.br/brasil/conselho-de-direitos-humanos-auxilia-investigacao-sobre-marielle/>

16/03/2018

Jornal Correio do Brasil

Conselho de Direitos Humanos acompanhará investigações sobre morte de vereadora

<https://www.correiodobrasil.com.br/conselho-de-direitos-humanos-acompanhara-investigacoes-sobre-morte-de-vereadora/>

16/03/2018

Jornal do Brasil

Conselho de Direitos Humanos acompanhará investigações sobre morte de Marielle

<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2018/03/16/conselho-de-direitos-humanos-acompanhara-investigacoes-sobre-morte-de-marielle/>

16/03/2018

Jornal Cruzeiro do Sul

CNDH acompanhará investigações sobre o assassinato de Marielle

<https://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/869100/cndh-acompanhara-investigacoes-sobre-o-assassinato-de-marielle>

16/03/2018

Diário do Centro do Mundo

Conselho de Direitos Humanos acompanhará investigações sobre morte de Marielle

<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/conselho-de-direitos-humanos-acompanhara-investigacoes-sobre-morte-de-marielle/>

16/03/2018

Agência Brasil

Conselho dos Direitos Humanos pede proteção a familiares e amigos de Marielle

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-03/conselho-dos-direitos-humanos-pede-protacao-familiares-e-amigos-de>

16/03/2018

Jornal Destak

CNDH pede proteção a familiares e amigos de Marielle

<http://www.destakjornal.com.br/brasil/detalhe/cndh-pede-protacao-a-familiares-e-amigos-de-marielle>

17/03/2018

Portal Terra

Direitos Humanos pede proteção a familiares de Marielle

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/conselho-dos-direitos-humanos-pede-protacao-a-familiares-e-amigos-de-marielle,3cc5ae54165a52316f7cfc8e824bf6d2cdn83rs1.html>

17/03/2018

Jornal O Dia

Conselho Nacional dos Direitos Humanos pede proteção a familiares e amigos de Marielle

<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/03/5523246-conselho-nacional-dos-direitos-humanos-pede-protacao-a-familiares-e-amigos-de-marielle.html#foto=1>

17/03/2018

Deutsche Welle (DW) Brasil

Conselho dos Direitos Humanos pede proteção para familiares e amigos de Marielle

<http://www.dw.com/pt-br/conselho-dos-direitos-humanos-pede-prote%C3%A7%C3%A3o-para-familiares-e-amigos-de-marielle/a-43025075>

17/03/2018

Valor Econômico

Conselho dos Direitos Humanos pede proteção a familiares de Marielle

<http://www.valor.com.br/politica/5391249/conselho-dos-direitos-humanos-pede-protecao-familiares-de-marielle>

18/03/2018

Jornal Destak

Assessora de Marielle deixa Estado do Rio de Janeiro

<http://www.destakjornal.com.br/brasil/detalhe/assessora-de-marielle-deixa-estado-do-rio-de-janeiro>

ABRIL/2018

POLÍTICAS DE AUSTERIDADE E DIREITOS HUMANOS

10/04/2018

Senado Notícias

Especialistas defendem fim do teto de gastos em áreas sociais

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/10/especialistas-defendem-fim-do-teto-de-gastos-em-areas-sociais>

13/042018

IstoÉ/Agência Brasil

Comissão Interamericana será informada sobre violações de direitos humanos

<https://istoe.com.br/comissao-interamericana-sera-informada-sobre-violacoes-de-direitos-humanos/>

14/04/2018

IstoÉ/Agência Brasil

Após um mês, investigação da morte de Marielle é marcada por incógnitas

<https://istoe.com.br/apos-um-mes-investigacao-da-morte-de-marielle-e-marcada-por-incognitas/>

VIOLÊNCIA POLÍTICA

13/04/2018

Rede Brasil Atual

Conselho denuncia ameaças à democracia e aponta Estado de exceção

<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/04/conselho-de-dh-denuncia-ameacas-a-democracia-e-aponta-estado-de-excecao>

12/04/2018

Correio Braziliense

CNDH critica atentados à democracia e teme pelas eleições de outubro

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/04/12/interna-brasil,673242/direitos-humanos-temem-onda-de-violencia-contra-figuras-politicas.shtml>

MISSÃO ANAPU

13/04/2018

Radioagência Nacional

CNDH vai a Anapu na próxima semana acompanhar denúncias de conflitos agrários

<http://radioagencianacional.ebc.com.br/direitos-humanos/audio/2018-04/cndh-vai-anapu-na-proxima-semana-acompanhar-denuncias-de-conflitos>

MAIO/2018

RELATÓRIO SOBRE VIOLAÇÕES DE DIREITOS DE MIGRANTES VENEZUELANOS/AS

21/05/2018

Destak Jornal

Conselho aponta violação de direitos humanos em Roraima

http://www.destakjornal.com.br/brasil/pelo-pais/detalhe/conselho-ponta-violacao-de-direitos-humanos-em-roraima?ref=SEC_ultimos_ultima-hora

21/05/2018

Agência Brasil

CNDH critica “militarização” do atendimento a venezuelanos em Roraima

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/cndh-critica-militarizacao-do-atendimento-venezuelanos-em-roraima>

22/05/2018

G1

Conselho de Direitos Humanos critica ‘acolhida humanitária militarizada’ de venezuelanos em RR: ‘é preocupante’

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/conselho-de-direitos-humanos-critica-acolhida-humanitaria-militarizada-de-venezuelanos-em-rr-e-preocupante.ghtml>

22/05/2018

Jornal GGN

Militarização dos abrigos para imigrantes indígenas em Roraima preocupa

<https://jornalggn.com.br/noticia/militarizacao-dos-abrigos-para-imigrantes-indigenas-em-roraima-preocupa>

23/05/2018

Nexo

Quais as críticas ao uso de militares na assistência a imigrantes

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/05/23/Quais-as-cr%C3%ADticas-ao-uso-de-militares-na-assist%C3%A2ncia-a-imigrantes>

28/05/ 2018

Nexo

Como o uso de militares nas estradas confunde entusiastas da ‘intervenção’

<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/05/28/Como-o-uso-de-militares-nas-estradas-confunde-entusiastas-da-%E2%80%98interven%C3%A7%C3%A3o%E2%80%99>

21/05/2018

“CNDH vê com preocupação militarização da resposta humanitária ao fluxo de venezuelanos”, diz relatório aprovado pelo colegiado

<http://www.terrasemmas.com.br/cndh-ve-com-preocupacao-militarizacao-da-resposta-humanitaria-ao-fluxo-de-venezuelanos-diz-relatorio-aprovado-pelo-colegiado/>

29/05/2018

CNDH está preocupado com militarização da resposta humanitária ao fluxo de venezuelanos no Brasil

<http://www.transformamp.com/cndh-ve-com-preocupacao-militarizacao-da-resposta-humanitaria-ao-fluxo-de-venezuelanos-diz-relatorio-aprovado-pelo-colegiado/>

20/06/2018

CNDH constata melhorias em abrigos, mas interiorização ainda preocupa

<http://www.folhabv.com.br/noticia/CNDH-constata-melhorias-em-abrigos-mas-interiorizacao-ainda-preocupa/41116>

UM ANO DO MASSACRE PAU D'ARCO

24 /05/ 2018

Justiça Global

Um ano de Pau D'Arco: relembre os principais fatos do maior massacre desde Carajás

<http://www.global.org.br/blog/um-ano-da-chacina-de-pau-darco-relembre-os-principais-fatos-do-maior-massacre-desde-carajas/>

24/05/2018

Estadão

Advogado de delatores de chacina no Pará diz ser alvo de ameaça

<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,advogado-de-delatores-de-chacina-no-para-diz-ser-alvo-de-ameaca,70002321940>

24/05/2018

Vermelho

Pau D'Arco: Há um ano agentes do Estado executaram 10 sem terras

<http://www.vermelho.org.br/noticia/311387-1>

24/05/2018

Rede Brasil Atual

Um ano após massacre de Pau D'Arco, mandantes do crime seguem impunes

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/05/um-ano-apos-massacre-de-pau-darco-mandantes-do-crime-seguem-impunes>

24/05/2018

Agência Brasil

Massacre de Pau D'Arco completa um ano com 13 indiciados

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/massacre-de-pau-darco-completa-um-ano-com-13-indiciados>

24/05/2018

IstoÉ

Massacre de Pau D'Arco completa um ano com 13 indiciados

<https://istoe.com.br/massacre-de-pau-darco-completa-um-ano-com-13-indiciados/>

24/05/2018

Jornal do Brasil

Massacre de Pau D'Arco completa um ano com 13 indiciados

<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2018/05/24/massacre-de-pau-darco-completa-um-ano-com-13-indiciados/>

24/05/2018

Uol

Um ano após massacre de sem-terra, PF ainda busca mandantes de mortes em Pau D'Arco (PA)

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/05/24/um-ano-apos-massacre-de-sem-terra-pf-ainda-busca-mandantes-de-mortes-em-pau-darco-pa.htm>

21/05/2018

Amazônia Notícia e Informação

Um ano após massacre de sem-terra, PF ainda busca mandantes de mortes em Pau D'Arco (PA)

<http://amazonia.org.br/2018/05/um-ano-apos-massacre-de-sem-terra-pf-ainda-busca-mandantes-de-mortes-em-pau-darco-pa/>

JUNHO/2018

REUNIÃO NO PARÁ/ VIOLÊNCIA NO CAMPO/ CHACINAS URBANAS

18/06/2018

Carta Maior

Chacinas urbanas no Brasil retratam perversidade do Estado

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Antifascismo/Chacinas-urbanas-no-Brasil-retratam-perversidade-do-Estado/47/40647>

21/06/2018

Carta Maior

Brutalidade do Estado não passará sem resistência social

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/Brutalidade-do-Estado-nao-passara-sem-resistencia-social/52/40679>

08/06/2018

Portal Amazônia

Comitiva vai ao Pará verificar situação de agricultores ameaçados de morte

<http://portalamazonia.com/noticias/comitiva-vai-ao-para-verificar-situacao-de-agricultores-ameacados-de-morte>

08.06.2018

UFPA

Conselho Nacional dos Direitos Humanos realiza 38ª Reunião Ordinária no Pará

<https://www.portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/8474-conselho-nacional-dos-direitos-humanos-realiza-38-reuniao-ordinaria-no-para>

10/06/2018

EBC

Conselho Nacional de Direitos Humanos faz reuniões no Pará após denúncias de violência

<http://radioagencianacional.ebc.com.br/direitos-humanos/audio/2018-06/conselho-nacional-de-direitos-humanos-faz-reunioes-no-para-apos>

13/06/2018

Brasil de Fato

Audiência pública no Pará expõe incapacidade do governo em resolver conflitos rurais

<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/13/audiencia-publica-no-para-expoe-incapacidade-do-governo-em-resolver-conflitos-rurais/>

13/06/2018

MPPPA BELÉM

Procuradoria-Geral recebe integrantes do Conselho Nacional de Direitos Humanos

<http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.interna&id=9274&class=N>

14/06/2018

EBC

Conselho denuncia ao governo do Pará violências no campo e nas cidades

<http://radioagencianacional.ebc.com.br/direitos-humanos/audio/2018-06/conselho-denuncia-ao-governo-do-para-violencias-no-campo-e-nas>

18/06/2018

Carta Maior

Chacinas urbanas no Brasil retratam perversidade do Estado

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Antifascismo/Chacinas-urbanas-no-Brasil-retratam-perversidade-do-Estado/47/40647>

21/06/2018

Carta Maior

Brutalidade do Estado não passará sem resistência social

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/Brutalidade-do-Estado-nao-passara-sem-resistencia-social/52/40679>

AGOSTO/2018

INTERVENÇÃO FEDERAL E CASO MARIELLE FRANCO - MISSÃO DE SEGUIMENTO

28/08/2018

Agência Brasil

CNDH monitora intervenção no Rio e investigação de caso Marielle

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-08/cndh-monitora-intervencao-no-rio-e-investigacao-de-caso-marielle>

29/08/2018

Agência Brasil

CNDH acompanha no Rio investigação da morte de Marielle Franco

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-08/cndh-acompanha-no-rio-investigacao-da-morte-de-marielle-franco>

30/08/2018

Agência Brasil

Defensoria Pública reúne relatos de violações em comunidades do Rio

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-08/defensoria-publica-reune-relatos-de-violacoes-em-comunidades-do-rio>

30/08/2018

Veja

Conselho de Direitos Humanos acompanha investigação da morte de Marielle

<https://veja.abril.com.br/brasil/conselho-de-direitos-humanos-acompanha-investigacao-da-morte-de-marielle/>

30/08/2018

O Dia

Conselho Nacional dos Direitos Humanos tem, no Rio, reuniões sobre o caso Marielle Franco

<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/08/5570694-conselho-nacional-dos-direitos-humanos-tem-no-rio-reunioes-sobre-o-caso-marielle-franco.html#foto=1>

30/08/2018

Correio

Conselho dos Direitos Humanos acompanha investigação da morte de Marielle

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/conselho-dos-direitos-humanos-acompanha-investigacao-da-morte-de-marielle/>

30/08/2018

JC online

CNDH acompanha no Rio investigação da morte de Marielle

<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/brasil/noticia/2018/08/30/cndh-acompanha-no-rio-investigacao-da-morte-de-marielle-352875.php>

30/08/2018

Folha PE

CNDH acompanha no Rio investigação da morte de Marielle Franco

<http://www3.folhape.com.br/politica/politica/politica/2018/08/30/NWS,79652,7,547,POLITICA,2193-CNDH-ACOMPANHA-RIO-INVESTIGACAO-MORTE-MARIELLE-FRANCO.aspx>

30/09/2018

Vice

169 dias sem ela: Conselho Nacional dos Direitos Humanos acompanha caso Marielle

https://www.vice.com/pt_br/article/mb4z9b/169-dias-sem-ela-conselho-nacional-dos-direitos-humanos-acompanha-caso-marielle

30/08/2018

Jornal do Brasil

CNDH acompanha no Rio investigação da morte de Marielle Franco

http://www.jb.com.br/_conteudo/rio/2018/08/1819-cndh-acompanha-no-rio-investigacao-da-morte-de-marielle-franco.html

30/08/18

Rádio Bandeirantes – Programa Brasil de Fato – Rio de Janeiro

A visita ao Rio do Conselho Nacional de Direitos Humanos e o lançamento da plataforma “Rio por Inteiro” são os destaques

<https://www.brasildefato.com.br/2018/08/31/ouca-o-programa-brasil-de-fato-rio-de-janeiro-300818/>

31/08/2018

Jornal O Globo

CNDH questiona Temer sobre intervenção no Rio

<https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/cndh-questiona-temer-sobre-intervencao-no-rio.html>

01/09/2018

Jornal Brasil de Fato

“Segurança pública precisa ser vista como política pública”, diz presidenta do CNDH

<https://www.brasildefato.com.br/2018/09/01/seguranca-publica-precisa-ser-vista-como-politica-publica-diz-presidenta-do-cndh/>

DEFESA DA LEGITIMIDADE DO COMITÊ DE DIREITOS HUMANOS DA ONU

29/08/2018

Brasil 247

Conselho Nacional dos Direitos Humanos: Brasil deve cumprir decisão da ONU sobre Lula

<https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/367011/Conselho-Nacional-dos-Direitos-Humanos-Brasil-deve-cumprir-decis%C3%A3o-da-ONU-sobre-Lula.htm>

29/08/2018

Revista Fórum

Conselho Nacional dos Direitos Humanos reconhece que decisão da ONU sobre Lula é legítima

<https://www.revistaforum.com.br/conselho-nacional-dos-direitos-humanos-reconhece-que-decisao-da-onu-sobre-lula-e-legitima/>

29/08/2018

Nocaute

CNDH reforça legitimidade do Comitê da ONU

<https://nocaute.blog.br/2018/08/29/cndh-reforca-legitimidade-do-comite-da-onu/>

29/08/2018

Portal Vermelho

Conselho Nacional dos Direitos Humanos: decisão da ONU sobre Lula é legítima

<http://www.vermelho.org.br/noticia/314520-1>

29/08/2018

Jornal GGN

Conselho Nacional de Direitos Humanos diz que Lula deve ser candidato

<https://jornalgggn.com.br/noticia/conselho-nacional-de-direitos-humanos-diz-que-lula-deve-ser-candidato>

29/08/2018

Diário do Centro do Mundo

Decisão da ONU sobre Lula é legítima, diz Conselho Nacional dos Direitos Humanos

<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/decisao-da-onu-sobre-lula-e-legitima-diz-conselho-nacional-dos-direitos-humanos/>

SETEMBRO/2018

20/09/2018

Brasil de Fato

Conselho Nacional de Direitos Humanos pede para candidatos revogarem o Teto de Gastos

<https://www.brasildefato.com.br/2018/09/20/conselho-nacional-de-direitos-humanos-pede-para-candidatos-revogarem-o-teto-de-gastos/>

OUTUBRO/2018

VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DAS ELEIÇÕES

18/10/2018

Agência Brasil

CNDH repudia violência nas eleições e cobra providências do Judiciário

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/cndh-repudia-violencia-nas-eleicoes-e-cobra-providencias-do-judiciario>

18/10/2018

CBN

Conselho Nacional de Direitos Humanos alerta para onda de violência no país

<http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/221539/conselho-de-direitos-humanos-alerta-para-onda-de-v.htm>

18/10/2018

Destak

Entidades cobram ação da justiça contra violência nas eleições

<https://www.destakjornal.com.br/brasil/eleicoes-2018/detalhe/entidades-cobram-acao-da-justica-contra-violencia-nas-eleicoes>

18/10/2018

Portal Imprensa

Conselho Nacional de Direitos Humanos critica omissão do TSE frente às fake news

http://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/81153/conselho+nacional+de+direitos+humanos+critica+omissao+do+tse+frente+as+fake+news

18/10/2018

Rede Brasil Atual

Conselho Nacional de Direitos Humanos cobra ação contra fake news

<https://www.redebrasilatual.com.br/eleicoes-2018/conselho-de-direitos-humanos-cobra-acoes-contra-fake-news-e-violencia-politica>

18/10/2018

Agência Brasil

TSE e PGR foram omissos diante de atos violentos e fake news diz CNDH

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/tse-e-pgr-foram-omissos-diante-de-atos-violentos-e-fake-news-diz-cndh>

18/10/2018

O Globo

Conselho de Direitos Humanos pede ações objetivas da justiça eleitoral contra atos de intolerância

<https://oglobo.globo.com/brasil/conselho-de-direitos-humanos-pede-acoes-objetivas-da-justica-eleitoral-contra-atos-de-intolerancia-23169008>

18/10/2018

Rádio Nacional

TSE e PGR foram omissos no combate às fake news e violência nas eleições , avalia CNDH

<http://radioagencianacional.ebc.com.br/politica/audio/2018-10/pgr-e-tse-foram-omissos-no-combate-fake-news-e-violencia-nas-eleicoes-avalia>

18/10/2018

TV Brasil

Conselho Nacional de Direitos Humanos Cobra TSE e PGR

<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2018/10/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cobra-tse-e-pgr>

OUTUBRO/2018

FAKE NEWS

22/10/2018

Radioagência Nacional

Impactos de fake news na vida do brasileiro vão além da política

<http://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2018-10/impactos-de-fake-news-na-vida-do-brasileiro-vaio-alem-da-politica>

NOVEMBRO/2018

MISSÃO VALE DO RIBEIRA

22/11/2018

Conselho Nacional de Direitos Humanos checa denúncias no Vale do Ribeira

<https://registro.portaldacidade.com/noticias/regiao/conselho-nacional-de-direitos-humanos-checa-denuncias-e-ouve-denuncias-no-vale>



